

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

ANDRESSA RAMOS TEIXEIRA

**A Contribuição das Associações Caminho dos Pomeranos e Porto Alegre
Rural para o Desenvolvimento da Atividade Turística no Espaço Rural**

Porto Alegre

2011

ANDRESSA RAMOS TEIXEIRA

A Contribuição das Associações Caminho dos Pomeranos e Porto Alegre Rural para o Desenvolvimento da Atividade Turística no Espaço Rural

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Marcelino de Souza

Série PGDR Dissertação nº 145

Porto Alegre

2011

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis Wiebelling do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

T266c Teixeira, Andressa Ramos

A contribuição das associações Caminho dos Pomeranos e Porto Alegre Rural para o desenvolvimento da atividade turística no espaço rural / Andressa Ramos Teixeira. – Porto Alegre, 2011.
120 f. : il.

Orientador: Marcelino de Souza.

(Série PGDR – Dissertação, n. 145).

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2011.

1. Turismo rural : Porto Alegre. 2. Espaço rural. 3. Desenvolvimento rural. 4. Associativismo. I. Souza, Marcelino de. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. III. Título. IV. Série.

CDU 338.48

ANDRESSA RAMOS TEIXEIRA

A Contribuição das Associações Caminho dos Pomeranos e Porto Alegre Rural para o Desenvolvimento da Atividade Turística no Espaço Rural

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 27 de junho de 2011.

Banca Examinadora:

Professor Dr. Marcelino de Souza – Orientador
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Professor Dr. Ivo Elesbão
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM - UDESSM)

Professor Dr. Antonio Carlos Castrogiovanni
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Professor Dr. Egon Roque Fröhlich
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

“Porquanto, uma andorinha não faz verão [...]”.

ARISTÓTELES

Aos empreendedores rurais que investem no turismo e na ação coletiva como meios de contribuir para o desenvolvimento rural.

AGRADECIMENTOS

Aos empreendedores do turismo rural, interlocutores dessa pesquisa, agradeço pela disponibilidade e bom grado com que me receberam. Dedicando seu tempo a mais um entre tantos pesquisadores que batem às suas portas, em busca de respostas para compreender a realidade do homem do campo.

A todos aqueles que trabalham constantemente para tornar o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) um curso de excelência acadêmica, e, sobretudo, que se esmeram para oferecer a nós, alunos, as melhores condições para desempenharmos nossos estudos e pesquisas, nos proporcionando, ainda, um ambiente de afável convivência. E, ao agradecer ao programa, faz-se necessária a menção aos órgãos públicos que dão o suporte para o funcionamento das universidades públicas, possibilitando-nos o acesso ao ensino gratuito e de qualidade.

Agradeço a figura do meu orientador, Marcelino de Souza, o qual me acompanha desde os tempos de graduação, e que foi quem me incentivou a permanecer no meio acadêmico, e adentrar nesse programa. E agradeço, é claro, pelo acompanhamento no processo de elaboração deste trabalho.

Agradeço a meus familiares. A meus pais, por todo amor, preocupação e companheirismo dedicados, não só nesta etapa, mas em todas as outras, que por fim, me conduziram até aqui. A meu irmão, pela amizade e parceria de sempre, a alguns tios que zelam por mim e que participam constantemente de minha vida, aos quais dedico imenso carinho.

Aos amigos, a família que vamos reconhecendo e formando no decorrer da vida, agradeço pelo cuidado com que receberam meus problemas e pela alegria com que celebraram minhas conquistas. Dentre estes estão os grandes amigos geográficos, de longa data, parceiros constantes mesmo na distância; os amigos do Grupo Mercados Não-Agrícolas Rurais; a turma 2009 do PGDR, grandes colegas e parceiros, que constituíram um lindo grupo, do qual guardo na lembrança felizes momentos; e demais amigos que não estão no núcleo acadêmico, mas que não deixaram de participar e colaborar nesse percurso.

E, por fim, não poderia deixar de agradecer a Mãe lemanjá e todos os orixás, que me acompanham na fé.

RESUMO

O turismo rural vem sendo fortemente atrelado a perspectivas de desenvolvimento que valorizam as ações dos atores locais, a partir da criação de espaços de tomada de decisão, que a priori, colocam os atores das comunidades como os principais agentes na implantação e implementação de modelos autônomos de desenvolvimento do turismo. Neste contexto, é crescente o número de roteiros turísticos rurais que estão alicerçados em associações comunitárias a fim de gerir o desenvolvimento da atividade. Assim, ressalta-se a necessidade de conhecer o funcionamento dessas associações e suas contribuições para o fortalecimento da atividade turística. Para tanto, delineou-se como objetivo principal dessa pesquisa a análise do associativismo como instrumento de desenvolvimento da atividade turística no espaço rural, a partir da visão dos empreendedores rurais. Para tal elegeram-se como objetos de estudo a Associação Porto Alegre Rural, vinculada ao Roteiro Caminhos Rurais, e a Associação Caminho dos Pomeranos, atrelada ao Roteiro Caminho Pomerano. A metodologia que norteou o processo de pesquisa esteve ancorada na abordagem qualitativa/descritiva e nos procedimentos de pesquisa de campo, documental e bibliográfica. Os resultados obtidos mostram que as associações surgiram concomitantemente aos roteiros e tiveram suas origens estimuladas pelo incentivo do poder público local. As duas associações estudadas apresentam ações e perspectivas diferenciadas, o que está intimamente vinculado com as visões, participação e ações de seus integrantes sobre o que seja e o que pode realizar uma entidade associativa, a partir da ação coletiva. Ambas as associações desempenham funções que colaboram para o incremento da atividade turística, mesmo que em alguns casos essas sejam incipientes, as mesmas atuam, ainda, como elo indutor de forças provindas de entidades externas que colaboram, da mesma forma, para a condução do turismo. Contudo, a relação estabelecida com essas entidades tem delegado às mesmas as ações mais importantes, o que gera uma dependência, que poderá, no momento do afastamento de um desses agentes, estar colocando em risco as associações e a função de agente perpetuador dos roteiros turísticos a que estão atrelados.

Palavras-chave: Turismo no espaço rural. Associativismo. Desenvolvimento rural.

ABSTRACT

Rural tourism has been strongly connected to perspectives of development which value local actors' actions due to the creation of spaces of taking decision, which, a priori, put the actors of the community as the main agents in the establishment of autonomous models of the development of tourism. In such context, it is increasing the number of rural touristic routes which are based on community associations in order to manage the development of the activity. Thus, it is enhanced the necessity of knowing the functioning of such associations and their contributions to the strengthening of the touristic activity. For that, the main purpose of this research is to analyze associativism as a tool of the development of touristic activity in the rural space, parting from the view of the rural entrepreneurs. For this, it was chosen as object of research the Porto Alegre Rural Association, which is entailed to the Itinerary of Rural Routes, and the Pomeranians' Route Association, which is linked to the Itinerary of Pomeranian Route. The methodology which has supported the research is based on the qualitative/descriptive approach and in the procedures of documental, bibliographical and field research. The obtained results show that the associations emerged simultaneously with the routes and had their origins stimulated by the incentive of local public authorities. Both researched associations presented different actions and perspectives, which are intimately connected with their integrators' views, participation and actions about what be accomplished or what an associative entity can accomplish from the corporative action. Both associations have played roles which collaborated to the improvement of touristic activity, even though in some cases those ones are beginners; they also act as an inducing link of forces coming from external organizations which, in the same way, cooperate to the management of tourism. However, the relation established with such organizations has entrusted to those ones the most important actions, which cause dependency, and which, in the very moment of the removal of one of those agents, could put at risk the association and its function as a perpetuating agent of the touristic routes to which they are linked.

Keywords: Tourism in rural space. Associativism. Rural development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema ilustrativo dos procedimentos metodológicos.....	18
Figura 2 - Esquema ilustrativo das amostras utilizadas na pesquisa.	24
Figura 3 - Esquema ilustrativo da análise dos dados.	26
Figura 4 - Mapa de localização dos municípios de Porto Alegre e São Lourenço do Sul em relação ao Estado do Rio Grande do Sul.	29
Figura 5 - Processo de evolução do desenvolvimento rural, do turismo no espaço rural e do associativismo no contexto dos paradigmas da modernidade e pós-modernidade.	37
Figura 6 - Formas de participação.....	64
Figura 7 - Formação da Associação Porto Alegre Rural.	72
Figura 8 - Formação da Associação Caminho dos Pomeranos.	75
Figura 9 - Formas de participação dos associados.	90

LISTA DE SIGLAS

COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento.

COODESTUR – Cooperativa de Turismo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MTur – Ministério do Turismo

PDDUA – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEPLAG – Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã

SMTUR – Secretaria Municipal de Turismo de Porto Alegre

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	15
2.1 OS MÉTODOS NORTEADORES DA PESQUISA	15
2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	17
2.3 DELIMITAÇÃO DA POPULAÇÃO DE ESTUDO E AMOSTRA	22
2.4 PROCESSO DE ANÁLISE	25
3 OS LUGARES DE PESQUISA	28
3.1 A MACROZONA “RURURBANA” DE PORTO ALEGRE	29
3.2 SÃO LOURENÇO DO SUL	33
4 TURISMO NO ESPAÇO RURAL E ASSOCIATIVISMO.....	36
4.1 O TURISMO COMO COMPLEXIDADE.....	38
4.1.1 Mutações do Modelo de Desenvolvimento Turístico	41
4.2 A COMPLEXIDADE DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL	47
4.2.1 A Complexidade das Conceituações.....	48
4.2.2 A Manifestação do Turismo no Campo no Contexto do Desenvolvimento Rural	50
4.3 ASSOCIATIVISMOS COMO FORMA DE GESTÃO TURÍSTICA.....	56
4.3.1 Associativismo	60
4.3.2 Participação	63
4.3.3 Alguns Estudos Sobre Turismo e Associativismo.....	66
5 TURISMO NO ESPAÇO RURAL E ASSOCIATIVISMO IN LOCO.....	69
5.1 CONHECENDO AS ASSOCIAÇÕES ESTUDADAS: DA FORMAÇÃO A COMPOSIÇÃO ATUAL	70
5.1.1 O Roteiro Caminhos Rurais e a Associação Porto Alegre Rural	70
5.1.2 O Roteiro Caminho Pomerano e a Associação Caminho dos Pomeranos.....	74

5.2 DA CONSCIÊNCIA À PRÁTICA ASSOCIATIVA: AS VISÕES SOBRE AS FUNÇÕES E AS AÇÕES DA ASSOCIAÇÃO JUNTO A ATIVIDADE TURÍSTICA.....	76
5.2.1 Da Noção Associativa.....	78
5.2.2 Da Prática Associativa: Visões sobre Ações e Gestão e sua Importância para o Desenvolvimento do Turismo	80
5.3 PARTICIPAÇÃO.....	88
5.4 OS ELOS ESTABELECIDOS A PARTIR DA ASSOCIAÇÃO: DAS RELAÇÕES ENTRE ASSOCIADOS À RELAÇÃO COM A COMUNIDADE.....	94
5.5 DESAFIOS E PERSPECTIVAS	96
6 CONCLUSÃO	98
REFERÊNCIAS.....	103
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA ASSOCIADOS	111
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA INTEGRANTES DOS ROTEIROS E NÃO ASSOCIADOS	115
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PRESIDENTE DAS ASSOCIAÇÕES.....	117
ANEXO A – PRIMEIRA PÁGINA DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO PORTO ALEGRE RURAL.....	120
ANEXO B – PRIMEIRA PÁGINA DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO CAMINHO POMERANO	121

1 INTRODUÇÃO

O espaço rural, multifacetado, difere no tempo e no espaço, sendo concebido por diferentes estratégias de desenvolvimento, as quais variam conforme a conjuntura de um dado momento e conforme a reflexão da mesma em cada local. Assim, muitos proprietários rurais que não conseguiram se adequar à conjuntura imposta pela modernização do campo, que adentrou os meios rurais brasileiros na década de 70, sob a ideiação da revolução verde, tiveram que buscar estratégias para arquitetar formas que favorecessem sua permanência no rural.

Para tanto, diversos cenários rurais vêm sendo palco, nas últimas três décadas, de transformações a lume da inserção de novas atividades no campo que, simultaneamente, vem engendrando novas funções para esses espaços e configurando a pluriatividade de famílias rurais, antes envolvidas, basicamente, com as atividades agropecuárias. Características estas que vem configurando, de acordo com diversos autores, novas ruralidades.

Nesse contexto está inserido o turismo no espaço rural, atividade que emergiu no campo brasileiro na década de 80 e vem se fortalecendo, sobretudo, a partir da década de 90, despontando como estratégia de agricultores e órgãos públicos para o fortalecimento de propriedades e comunidades rurais, gerando, assim, novas funções para esses espaços, antes direcionados unicamente à produção de alimentos.

Assim, a atividade turística vem, crescentemente, sendo aderida como estratégia para dinamizar e revitalizar comunidades rurais, muitas vezes, ancorada na perspectiva do desenvolvimento local. Dessa forma, o turismo no espaço rural, sobre a ótica local de desenvolvimento, deve estar alicerçado no planejamento da atividade a partir de ações endógenas, que contribuam para o fortalecimento de comunidades rurais e valorizem os aspectos locais, sejam esses culturais, ambientais e sociais; devendo, ainda, contribuir economicamente para o incremento das mesmas.

Diante dessa assertiva, as associações comunitárias, enquanto estratégia de organização da sociedade civil, na busca por satisfazer as necessidades e interesses, bem como legitimar as demandas sociais locais frente às políticas

públicas, vêm ganhando crescente importância junto ao turismo no espaço rural, por ser esse tipo de organização que vem preponderando mediante a gestão da atividade.

No contexto específico do turismo, ressalta-se que, as organizações, sejam associações ou cooperativas, têm o papel da promoção coletiva do produto turístico, atuando como elo que converge os diferentes elementos da cadeia turística, devendo assim ser indutoras das relações entre os elementos internos e externos à comunidade, conforme Mielke (2009). Destarte, apreende-se que, as organizações comunitárias que tem dentre seus objetivos o de cooperar para o fomento da atividade turística, a partir da articulação de diversos atores, internos e externos a comunidade, com interesses diferentes, mas convergentes ao produto turístico, podem constituir a base da produção de idéias e processos atuantes na condução do desenvolvimento da atividade turística na esfera local.

Vislumbra-se, desta forma, pertinente o estudo das associações rurais voltadas para o incremento do turismo no espaço rural, visto a importância que a atividade vem adquirindo no contexto rural nacional e a importância das associações comunitárias para a consolidação de roteiros turísticos estabelecidos em comunidades rurais. Para tanto, propõe-se nessa pesquisa analisar duas associações voltadas para o desenvolvimento do turismo no espaço rural.

O turismo no espaço rural vem sendo fortemente atrelado a perspectivas de desenvolvimento que valorizam as ações dos atores locais, a partir da criação de espaços de tomada de decisão, que a priori, colocam os atores da comunidade como os principais agentes na implantação e implementação de modelos autônomos de desenvolvimento do turismo. Neste contexto, é crescente o número de roteiros turísticos rurais que estão alicerçados em associações comunitárias a fim de gerir a propagação da atividade. Assim, ressalta-se a necessidade de conhecer o funcionamento destas associações e suas contribuições para a propagação e fortalecimento da atividade turística, fazendo emergir a seguinte questão: Como associações comunitárias vêm contribuindo para o desenvolvimento da atividade turística no espaço rural?

Para tanto, delineou-se como objetivo principal dessa pesquisa a descrição do associativismo como instrumento de desenvolvimento da atividade turística no espaço rural, a partir da visão dos empreendedores rurais, e tendo como foco de

pesquisa a Associação Porto Alegre Rural, vinculada ao Roteiro Caminhos Rurais, e a Associação Caminho dos Pomeranos, atrelada ao Roteiro Caminho Pomerano. Tendo sido, estipulados como objetivos específicos: a descrição do processo e o contexto de criação da entidade associativa; a identificação das funções desempenhadas pela associação, bem como, o papel dos associados junto à organização; a análise das relações estabelecidas com outras entidades (públicas ou privadas) que apresentam vínculo com a associação e a sistematização das principais contribuições e dificuldades da entidade para o desenvolvimento da atividade turística.

Trata-se, portanto, da busca por compartilhar um olhar que registre o associativismo como um conjunto de iniciativas, que emergem dos empreendedores rurais, como meio de enfrentamento das dificuldades inerentes a efetivação da atividade turística no meio rural e da sua atuação enquanto instrumento capaz de colaborar para o desenvolvimento local.

O presente trabalho está estruturado em cinco partes, dentre as quais, primeiramente, apresenta-se esta breve introdução, na qual se buscou apresentar um esboço, do tema, do enfoque e dos objetivos da pesquisa. Na segunda parte estão delineados os procedimentos metodológicos que se procederam para a organização e realização desse trabalho. Na terceira parte estão descritos os municípios onde estão os grupos associativos e roteiros turísticos, objetos de análise do estudo. Na quarta parte apresentam-se as perspectivas conceituais que deram embasamento para construção deste trabalho. No quinto capítulo estão descritas as análises dos resultados obtidos a partir do levantamento de dados em campo. Por fim, o trabalho apresenta as considerações finais, extraídas dos resultados alcançados.

2 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

A ciência tem como objetivo fundamental chegar a veracidade dos fatos. Nesse sentido não se distingue de outras formas de conhecimento. O que torna, porém, o conhecimento científico distinto dos demais é que tem como característica fundamental a sua verificabilidade. Para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação. Ou, em outras palavras, determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento. (GIL, 2009, p. 8).

Assim, a pesquisa científica, enquanto forma de construção e aquisição de conhecimento científico, deve estar alicerçada e regida por métodos que sistematizam as formas de concretizá-la. Rudio (1997) acrescenta que, no sentido mais amplo, pesquisa é um conjunto de atividades orientadas a fim de alcançar um determinado objetivo. Para ter caráter científico, a pesquisa deve ser sistematizada através de métodos e técnicas específicos, buscando um conhecimento que se refira à realidade empírica, atingindo assim o principal objetivo da ciência, que é estabelecer os princípios gerais com os quais se pode explicar e prognosticar os fenômenos empíricos.

Para tanto, neste capítulo é apresentado o conjunto de métodos e técnicas que foi utilizado no trajeto dessa pesquisa, a fim de ordená-la e sistematizá-la. Estão descritos primeiramente os métodos quanto à abordagem, aos objetivos e aos procedimentos empregados, e posteriormente encontra-se a descrição das técnicas utilizadas como meio de coleta de dados.

2.1 OS MÉTODOS NORTEADORES DA PESQUISA

Os métodos de pesquisa correspondem ao conjunto de etapas e processos que ordenam a investigação científica, conduzindo a um caminho esquemático que se deve seguir desde a problematização. Ratificando, Lakatos e Marconi evidenciam que:

[...] o método é o conjunto de atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista. (LAKATOS; MARCONI, 2001, p. 83)

Para tanto, considerando os objetivos desse estudo, que estiveram direcionados à análise de associações comunitárias que atuam na gestão do turismo rural, considerou-se como tipos de estudo mais adequados para o ordenamento e a concretização do proposto, os métodos: qualitativo quanto à abordagem, descritivo no que refere aos objetivos, e descritiva no que concerne aos níveis de pesquisa, ou seja, os procedimentos utilizados.

Abordar esse estudo de forma qualitativa sugestionou-se mais adequado por esse demandar a análise aprofundada dos fatos, o que é propiciado por essa abordagem, ao ensejar a apreciação dos elementos subjacentes aos mesmos, a partir do entendimento de suas complexidades e particularidades, contrapondo a generalização dos fatos.

Conforme salientado por Richardson (1999), os estudos que utilizam o método qualitativo têm como objeto situações complexas, pois, a partir desse método, pode-se analisar a interação entre variáveis, classificar processos dinâmicos, proporcionando, ainda, o entendimento de particularidades relacionadas à situação analisada. Destaca-se que algumas das situações que implicam em estudos qualitativos são: quando há necessidade de substituir informações estatísticas por qualitativas, principalmente no que se refere a estudos sobre fatos passados; quando um estudo busca compreender aspectos psicológicos e quando se busca entender o funcionamento de estruturas sociais.

Bogdan¹ (1982, *apud* TRIVIÑOS, 1987) destaca cinco características da pesquisa qualitativa e que se mostraram pertinentes ao conjunto dessa investigação, as quais são: a busca de dados no ambiente e o pesquisador como instrumento-chave; o caráter descritivo da pesquisa; a preocupação com o processo e não apenas com os resultados; a análise dos dados que é feita a partir do fenômeno social; e a atenção aos pressupostos que servem de base para a vida das pessoas.

¹ BOGDAN, R. C.; BIRTEN, S. K. **Qualitative research for education**; an Introduction for to theory and methods. Boston: Allyn and Bacon, 1982. p. 27-30.

Contudo, a abordagem qualitativa de uma pesquisa pode ser ancorada em uma diversidade de métodos no que diz respeito aos objetivos. Assim, ao se ponderar os objetivos do estudo, avaliou-se que esses apresentam caráter descritivo, visto que se propuseram ao registro e correlacionamento de opiniões e ações de indivíduos que atuam junto aos grupos comunitários investigados.

Sobre a pesquisa descritiva, Gil (2009) aponta que essa converge no estudo dos elementos que caracterizam um determinado grupo de indivíduos, podendo ter diversas delimitações no que concerne às variáveis levantadas, dentre as quais estão as pesquisas que almejam verificar opiniões e atitudes de uma determinada população. Em complemento, Andrade (1993, p.98) ressalta que na pesquisa descritiva “[...] os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles.”.

Por tanto, vislumbrou-se a delimitação qualitativo-descritiva apropriada para guiar esta pesquisa, direcionando-a, assim, ao entendimento de fenômenos complexos e de natureza social, não tendendo à quantificação, e buscando o entendimento de interrelações sociais, dadas no espaço a partir da descrição de variáveis estabelecidas.

2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos, fez-se uso das pesquisas: bibliográfica, de campo e documental, como pode ser observado na figura 1. O delineamento dos procedimentos de pesquisa conteve em si a definição das técnicas de coleta de dados utilizadas na investigação.

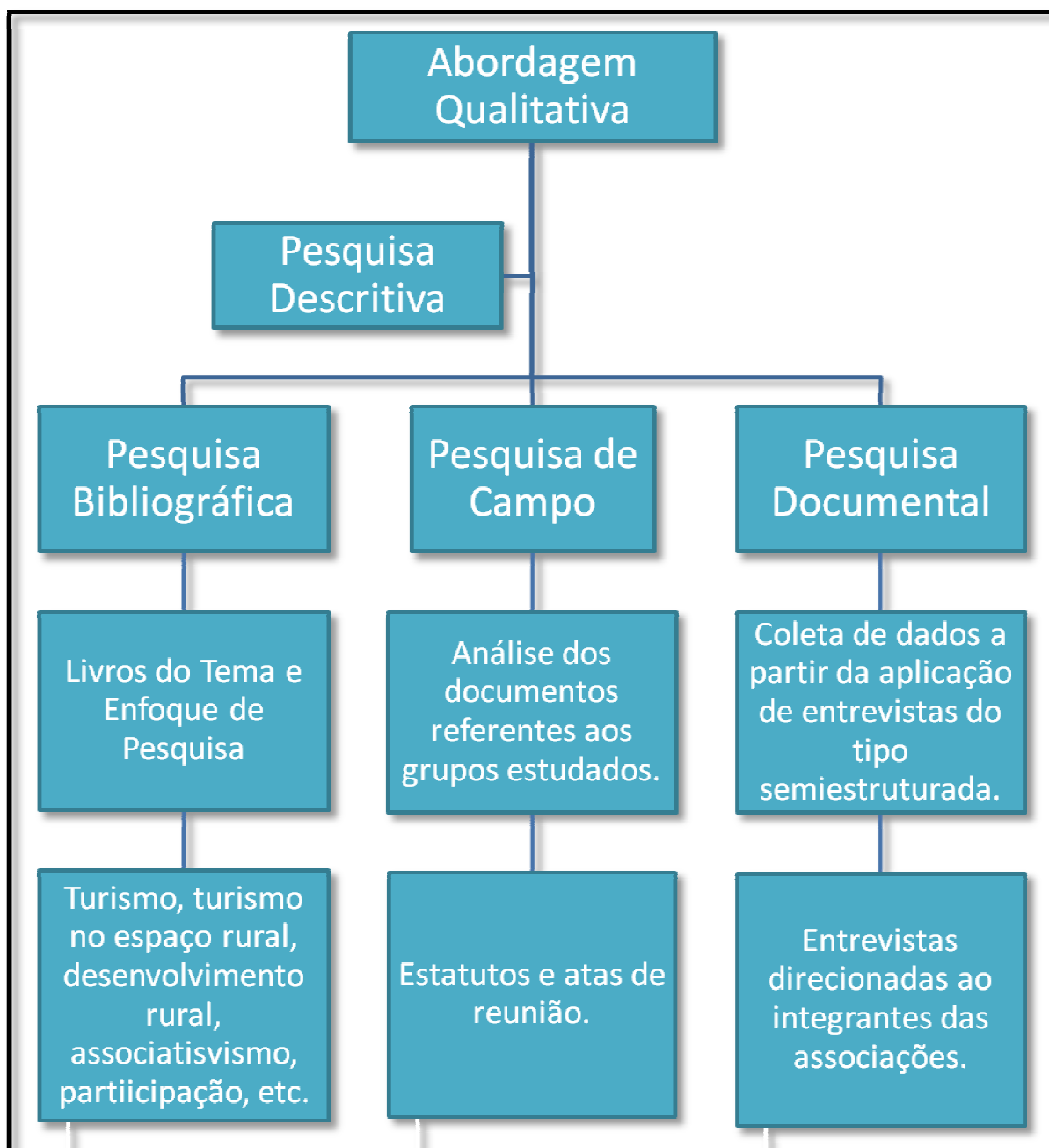


Figura 1 - Esquema ilustrativo dos procedimentos metodológicos.

Fonte: Elaborada pela autora (2011).

Para Creswell (2010), a pesquisa bibliográfica tem diversas finalidades, pois, a partir dessa, apontam-se desde resultados de outros estudos densamente vinculados ao que está sendo apresentado, bem como, estabelece-se o diálogo com

a literatura mais ampla, que possa contemplar os aspectos analisados, na busca de preencher lacunas sobre o tema em questão.

Inicialmente, direcionaram-se esforços à pesquisa bibliográfica, visto o caráter exploratório que essa apresenta, propiciando a maior aproximação acerca do enfoque de estudo. A pesquisa bibliográfica contemplou primeiramente o estudo acerca do turismo e turismo no espaço rural, a fim de verificar as matrizes conceituais às quais a atividade vem sendo vinculada, bem como, buscar trabalhos direcionados ao enfoque aqui abordado. Após feitas algumas delimitações, buscou-se direcionar a pesquisa ao estudo do associativismo enquanto forma de gestão turística. A pesquisa bibliográfica também foi direcionada para a busca de informações e dados sobre os lugares de estudo.

Contudo, cabe salientar que a pesquisa bibliográfica perdurou por todo o percurso, visto a necessidade constante de verificar e acrescentar informações disponíveis nestes meios de informação. De acordo com Gil (2009, p. 60), “A necessidade de consulta a material publicado manifesta-se ao longo de todo o processo de pesquisa.”

Em complemento, utilizou-se a pesquisa documental, a partir da análise das atas de reuniões das associações estudadas, tendo sido essa técnica pensada e ordenada a partir da afirmativa de Richardson (2009), o qual destaca que essa escolha deve ser balizada por quatro aspectos, que são: exaustividade, representatividade, homogeneidade e adequação. A exaustividade refere-se ao rigor quanto à pesquisa de todo o material possível de utilização; a representatividade refere-se à amostra a ser tirada; a homogeneidade direciona-se aos critérios de escolha do tipo de documento; e a adequação refere-se à conformação dos documentos com os objetivos da pesquisa.

A pesquisa documental, enquanto procedimento metodológico, fez-se importante por propiciar a análise das opiniões e ações dos grupos, os quais, por convenção, devem registrar os encontros formais realizados periodicamente. Richardson (2009) caracteriza este tipo de pesquisa como a fonte que expressa as manifestações da vida social, a partir do registro em documentos que possibilitam a transmissão dessas manifestações entre pessoas e gerações, sem perder a

confiabilidade. Sobre a importância deste procedimento, Cellard² (2008 apud SÁ-SILVA, 2009) salienta que a pesquisa documental apresenta seu valor como testemunho do passado distante e recente, atuando como testemunho das atividades humanas e proporcionando também a observação da evolução de grupos, indivíduos, práticas, etc.

A pesquisa documental, efetivada a partir da análise das atas de reunião e dos estatutos das organizações estudadas, foi de fácil acesso, visto que, em nenhum momento, os dirigentes das associações opuseram-se à disponibilização de tais documentos; entretanto, a análise das atas foi prejudicada porque, na última gestão de cada uma das associações, não estavam sendo realizados os registros das reuniões dos grupos associativos.

Mas, ainda assim, a pesquisa documental forneceu importante subsídio para o entendimento da dinâmica associativa dos grupos em análise, pois propiciou a apreciação da evolução das discussões e ações das organizações estudadas a partir de uma configuração temporal. Posteriormente, a análise documental possibilitou contrapor as informações coligidas nos documentos com as compiladas em campo, a partir das entrevistas realizadas. A simples análise da periodicidade de efetivação destes documentos foi outro componente importante, visto que, sendo as atas de reunião uma convenção de organizações formais, a efetivação ou não das mesmas nos remete a apreciação do nível organizacional.

A pesquisa de campo, processo metodológico que exige a incursão do pesquisador no local de estudo para promover a interação com os indivíduos que compõem os grupos estudados, é um dos meios pelo qual se obtêm informações sobre a realidade de fenômenos sociais. De acordo com Minayo:

O que torna o trabalho interacional (ou seja, de relação entre pesquisador e pesquisados) um instrumento privilegiado de coleta de informações para as pessoas é a possibilidade que tem a *fala* de ser reveladora de condições de vida, da expressão dos sistemas de valores e crenças e, ao mesmo tempo, ter a magia de transmitir, por meio de um porta-voz, o que pensa o grupo dentro das mesmas condições históricas, socioeconômicas e culturais que o interlocutor. (MINAYO, 2009, p. 63).

² CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

O processo interacional dessa pesquisa ocorreu nos meses de novembro e dezembro de 2010 e janeiro de 2011. Procedimento esse que não apresentou empecilhos, visto que os interlocutores foram extremamente solícitos e prestativos ao serem contatos, num primeiro momento, via telefone e, posteriormente, na chegada às propriedades.

As técnicas de pesquisa consistem nos meios de aquisição de dados, as quais são delineadas a partir dos procedimentos de pesquisa estipulados para a realização do estudo. De acordo com Lakatos e Marconi:

Técnica é um conjunto de preceitos e processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática. Toda ciência utiliza inúmeras técnicas na obtenção de seus propósitos. (LAKATOS; MARCONI, 2001, p. 174).

Para tanto, foram delimitadas como técnicas pertinentes ao estudo a entrevista semiestruturada e as notas de campo, técnicas utilizadas na incursão a campo. Assim, realizou-se uma triangulação de técnicas, visto que foram empregadas diversas formas de obtenção de dados. Para Triviños (1987, p.138), “[...] a técnica de triangulação tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo.”

Por tanto, a pesquisa de campo foi efetuada a partir da aplicação de instrumento de coleta de dados, o qual consistiu em um roteiro de entrevista semiestruturado, e com o qual foram contemplados os objetivos específicos, levantando informações sobre o contexto de criação das entidades, as formas de gestão e a participação associativa, as relações com outras entidades atuantes no processo, a atuação das organizações junto à comunidade, etc. Sobre essa técnica de coleta de dados Triviños ressalta que:

[...] a entrevista semi-estruturada, em geral, é aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam a pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem a respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal coletado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. (TRIVIÑOS, 1987, p.146).

As investigações qualitativas têm caráter exploratório, por isso devem estimular os entrevistados a falar livremente sobre algum tema ou objeto. Elas fazem emergir aspectos subjetivos, atingem motivações não explícitas, ou mesmo não conscientes, de forma espontânea (RICHARDSON, 1999). Evidencia-se, assim, porque a entrevista semiestruturada encontrou-se alinhada à proposta do presente estudo, o qual se propôs a desvendar visões, relações e ações estabelecidas dentro de um grupo social.

Utilizou-se, ainda, a técnica de notas de campo, a qual contribuiu para o registro de informações observadas no percurso da pesquisa de campo, como falas e outros acontecimentos de interesse da mesma.

2.3 DELIMITAÇÃO DA POPULAÇÃO DE ESTUDO E AMOSTRA

A amostra na pesquisa qualitativa consiste em um instrumento de importância fundamental, visto que o universo de pesquisa, ou seja, a população de interesse tem comumente grandes dimensões, tornando difícil considerá-las em sua totalidade, fazendo-se assim, necessária a extração de uma parcela representativa dessa população. Nesse sentido Gil salienta que:

[...] quando um pesquisador seleciona uma pequena parte da população, espera que ela seja representativa dessa população que pretende estudar. Para tanto, necessita observar os procedimentos definidos pela Teoria da Amostragem. (GIL, 2009, p.89).

O tipo de amostragem utilizada nessa pesquisa foi a intencional, a qual se caracteriza como não-probabilística, por não utilizar técnicas estatísticas para a escolha da parcela estudada. Para Gil (2009, p. 94), a amostragem não-probabilística “consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população.” Ou seja, partir da amostra não-probabilística do tipo intencional, o pesquisador delibera intencionalmente os subgrupos, devendo, para tanto, ter

conhecimento prévio sobre os mesmos, para, assim, poder inferir que os mesmos são representativos da população de interesse.

Nesse estudo, caracterizaram-se como universo ou população da pesquisa, todas as associações que se direcionam a gestão e planejamento do turismo no espaço rural. A utilização do tipo amostral não-probabilístico intencional nos conduziu à escolha de dois subgrupos, duas associações, como representantes da população de interesse. A escolha desses grupos, baseada na amostra intencional caracterizada acima, deu-se pelo conhecimento prévio dessas associações, o qual nos permitiu identificar que essas são representativas frente à população de interesse. De acordo com Gil (2009, p. 94), a amostra do tipo intencional “requer considerável conhecimento da população e do subgrupo selecionado.”

Depois de selecionados os grupos a serem estudados, foi definido o tipo de amostragem para se delimitar os sujeitos a serem entrevistados dentro de cada grupo. Para tanto, determinou-se que a amostragem seria definida a campo, com base no grau de saturação apresentado, pois, como afirma Deslandes (2009), em alguns casos “se opta por definir o número de sujeitos por inclusão progressiva (sem demarcar a priori o número de participantes) que é interrompida pelo critério de saturação, ou seja, quando as concepções, explicações e sentidos atribuídos pelos sujeitos começam a ter regularidades de apresentação”. Os tipos de amostragem utilizados na pesquisa podem ser observados na figura 2, a seguir.

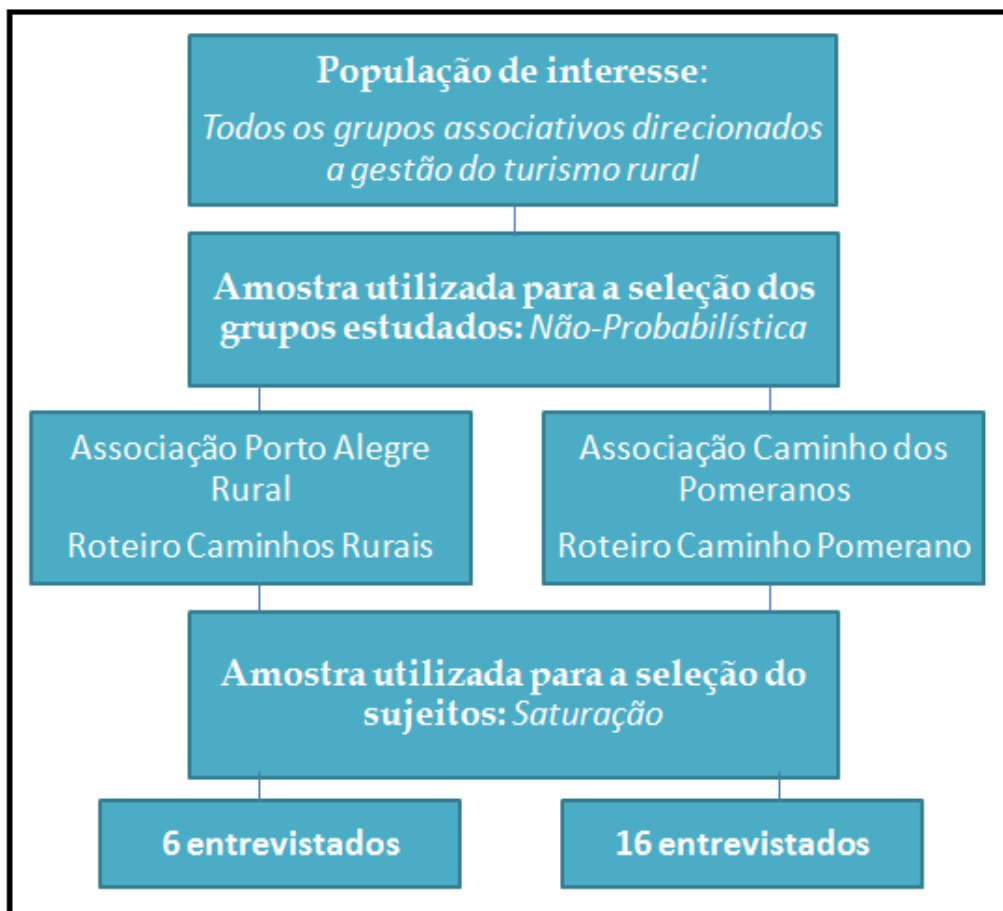


Figura 2 - Esquema ilustrativo das amostras utilizadas na pesquisa.

Fonte: Elaborada pela autora (2011).

Por fim, os números que expressam a amostra da pesquisa são: na Associação Porto Alegre Rural, a qual é composta por vinte e dois associados, foram entrevistados treze de seus componentes, sendo que, dentre esses sujeitos, dois foram entrevistados enquanto presidente e ex-presidente da associação e os outros onze enquanto associados. Considerando que os componentes do Roteiro Caminhos Rurais não são obrigados a integrar a associação, dos trinta e dois componentes do roteiro dez não compõem a associação, desses dez, foram entrevistados três integrantes do roteiro não associados.

Já a Associação Caminho dos Pomeranos vinculada ao Roteiro Caminho Pomerano, tem como associados todos os componentes do roteiro, visto que, participar da associação é um pré-requisito para integrar o grupo turístico. É importante mencionar que esta associação não está direcionada apenas a gestão do

roteiro, portanto muitos integrantes não trabalham com turismo no espaço rural. Dessa forma, foram direcionadas, nesse grupo, entrevistas ao presidente e associados, dentre os quais foi entrevistado o atual presidente da associação, que não integra o roteiro turístico, e cinco integrantes dos seis que compõem a associação e o roteiro.

Ao final da pesquisa de campo foram entrevistados um total de vinte e dois atores que compõem os dois grupos estudados, sendo que a diferença no número de entrevistados entre as duas associações deve-se a diferença do número de integrantes de cada uma.

2.4 PROCESSO DE ANÁLISE

A última etapa da pesquisa consistiu na análise dos dados, processo que compreende a organização, análise dos dados e explanação dos resultados obtidos.

Para Minayo (2009), o processo de análise é orientado por três finalidades, que são:

- a) compreender os dados da pesquisa;
- b) comprovar ou rebater as hipóteses, ou responder ao problema de pesquisa proposto;
- c) transpor a análise imediata para apreender os fenômenos de maneira mais ampla.

Primeiramente, na fase de pré-análise, foi feita a organização dos dados coletados em campo, a partir da aplicação de entrevista semi-estruturada e de pesquisa documental, sendo que, inicialmente, as entrevistas gravadas foram transcritas, para posteriormente, a partir da leitura dos registros, se estruturarem os dados para a análise. Richardson destaca que a pré-análise:

É a fase de organização propriamente dita, Visa operacionalizar e sistematizar as idéias, elaborando um esquema preciso de desenvolvimento do trabalho. A pré-análise é uma etapa bastante flexível que permite a eliminação, substituição e introdução de novos elementos que contribuam para melhor explicação do fenômeno estudado. (RICHARDSON, 2009, p. 231).

Para atender as finalidades dessa pesquisa, no processo de análise dos dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, visto que essa possui a propriedade de desvendar as questões norteadoras de uma pesquisa. De acordo com Bardin³ (1979, apud GOMES, 2009), existem diversas maneiras de explorar essa técnica de pesquisa, dentre as quais fizemos uso da análise temática. Na qual o tema se “comporta como um feixe de relações e pode ser graficamente apresentado através de uma palavra, uma frase, um resumo.” (GOMES, 2009, p. 86)

A partir desse delineamento analítico, recortamos o texto para a construção de categorias (temas), para as quais foram considerados elementos com características comuns, interrelacionados, que possibilitaram o agrupamento de visões, valores, comportamentos, etc. em temáticas – categorias, como pode ser observado abaixo, na figura 3.

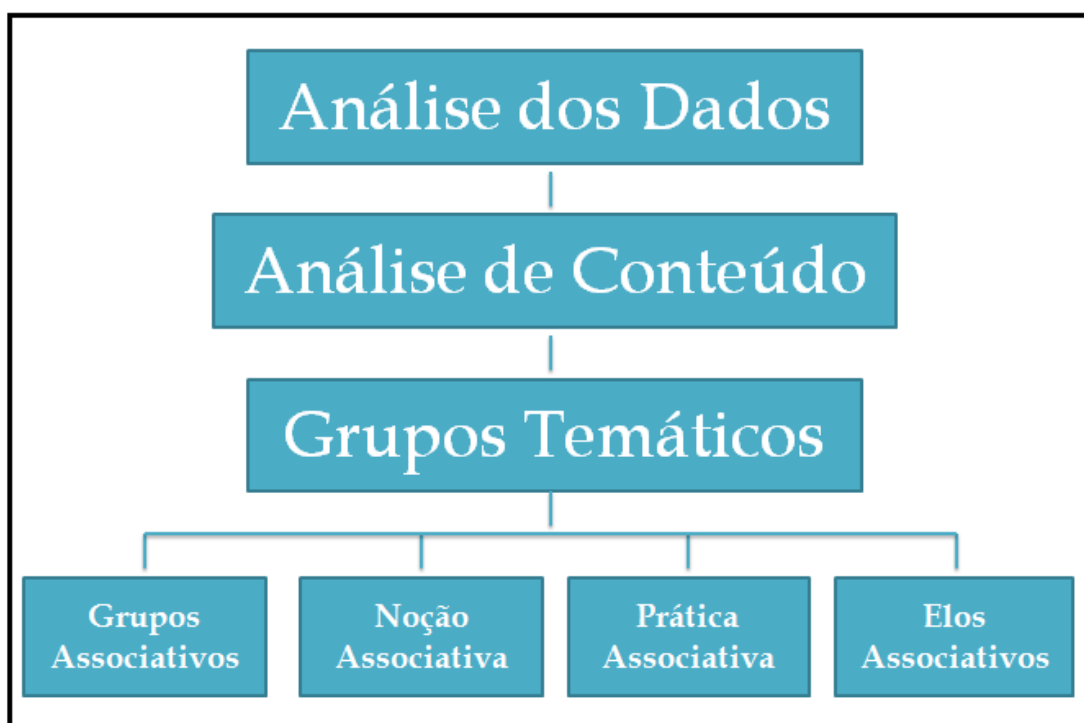


Figura 3 - Esquema ilustrativo da análise dos dados.

Fonte: Elaborada pela autora (2011).

³ BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

Um aspecto importante do método qualitativo é o caráter interpretativo, visto que a análise dos dados exige do pesquisador alto grau de entendimento sobre o objeto e assunto pesquisados. Nesse sentido, Alves-Mazzotti (1998) destaca que se pode considerar neste método que o pesquisador é o principal instrumento de investigação, visto que os estudos qualitativos exigem uma visão holística do fenômeno estudado, na busca por compreender as interrelações existentes.

Conforme afirmado por Gil (2009, p. 60), “[...] os trabalhos de análise e interpretação exigem o cotejo dos dados coligidos em campo com os dados disponíveis, que habitualmente são encontrados nas bibliotecas.” Desta forma, a fim alcançar os objetivos propostos, se concretizou o estudo a partir da análise e interpretação das informações coletadas em campo articulando com o referencial utilizado.

3 OS LUGARES DE PESQUISA

O lugar é o produto das relações humanas, entre o homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida. [...] O lugar contém uma multiplicidade de relações, discerne um isolado, ao mesmo tempo em que se apresenta como realidade sensível correspondendo a um uso, a uma prática social vivida. (CARLOS, 1996, p. 29-30).

Conhecer o lugar onde estão inseridos os grupos estudados significa buscar entender a conjuntura local, que evidentemente atua como uma das balizadoras das ações dos grupos estudados; ou seja, as ações e reações produzidas pelos indivíduos estão entremeadas pelo contexto em que se inserem. Conseqüentemente, traçar a descrição das conjunturas locais faz-se de extrema importância para o entendimento das análises a serem esboçadas nesse trabalho. Corroborando, Alencar (2001, p.26) discorre que “[...] o associativismo surge, se desenvolve ou perece dentro de um sistema social [...] o associativismo, como qualquer forma de organização, sofre a influência do sistema social em que está inserido.”.

Delimitam-se como lugares de interesse dessa pesquisa aqueles onde estão traçadas as relações e ações estabelecidas pelos grupos de indivíduos aqui analisados. Portanto, o município de Porto Alegre, enquanto lugar onde está estabelecido o roteiro de turismo no espaço rural Caminhos Rurais, gestado pela Associação Porto Alegre Rural, e o município de São Lourenço do Sul, lugar onde está fundado o Roteiro Caminho Pomerano, gestado pela Associação Caminho dos Pomeranos, ambos situados no estado do Rio Grande do Sul (FIGURA 4), apresentam-se como os lugares de interesse dessa pesquisa, os quais são descritos nesta seção.

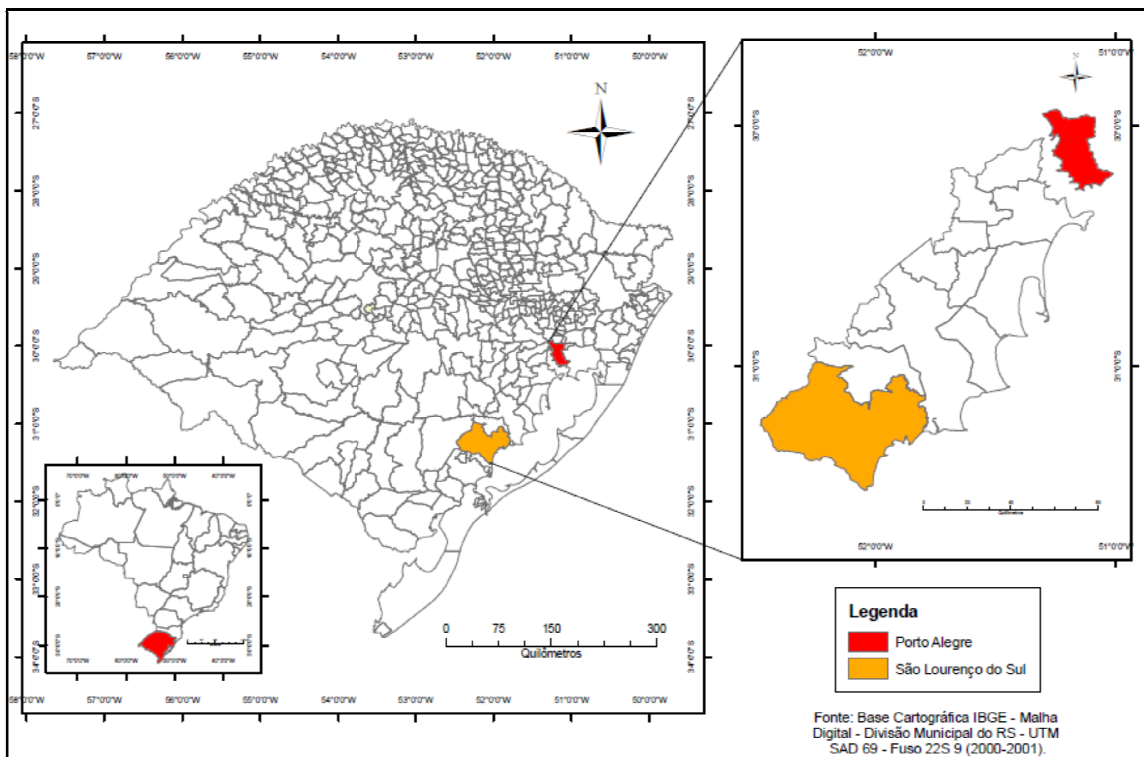


Figura 4 - Mapa de localização dos municípios de Porto Alegre e São Lourenço do Sul em relação ao Estado do Rio Grande do Sul.

Fonte: Base Cartográfica IBGE.

Nota: Elaboração de Michele Lindner.

3.1 A MACROZONA “RURURBANA” DE PORTO ALEGRE

A formação do município de Porto Alegre, como a de qualquer outro, encontra-se inicialmente demarcada pelo rural. Yázig (2001, p. 13) ressalta que “[...] o estudo dos lugares costuma começar, erroneamente, pela fundação de suas cidades. Um equívoco: por muito tempo, a história urbana foi apenas um capítulo da história rural.”

Nesse contexto, o marco que antecede a formação de Porto Alegre e atua como baluarte para o delineamento do município está na concessão de grandes áreas de terras distribuídas pela coroa portuguesa – Sesmarias – a alguns portugueses, a fim de promover a ocupação da região. De acordo com IBGE (2002), os nativos da área eram indígenas tapes minuanos, os quais foram perdendo seu espaço a partir do início da colonização, que foi marcada pela doação e estabelecimento de três sesmarias em 1732, sendo o povoamento iniciado em 1740.

Souza e Müller (2007), ao discorrerem sobre a evolução urbana do município, destacam diversas fases que caracterizam sua evolução, dentre as quais estão: a primeira fase (1680 – 1772), pontuada pela ocupação do território, em que primeiro aportaram os sesmeiros portugueses e, posteriormente, os colonos açorianos. A segunda etapa (1772 – 1820) apresentou estreitos laços rurais, sendo marcada pela crescente produção de trigo, que escoado para outras regiões, propiciou o desenvolvimento portuário. O terceiro período (1820-1890) marcado por problemas de estagnação econômica e guerra, também vivenciou o desenvolvimento portuário e a chegada de imigrantes europeus. O quarto período (1890 – 1945) caracterizou-se pela fundação de indústrias, período em que se deu a partir do governo nacional a valorização das cidades. No período posterior, iniciado em 1945 e vindo até os nossos dias, Porto Alegre vem sendo marcada pela metropolização, a qual é caracterizada, em parte, pelo crescimento populacional da cidade e o êxodo do campo, deslocamento da indústria para a periferia, fortalecimento da região Metropolitana, etc.

Atualmente, o município de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, está inserido na Região Metropolitana de Porto Alegre, a qual apresenta a maior densidade demográfica do estado. Isso porque a região se apresenta como um pólo de atração, que antes era restrito às maiores cidades. Atualmente vem se expandindo para os municípios periféricos, os quais vêm se caracterizando como áreas de expansão econômica. (RIO GRANDE DO SUL, ca2010).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – (2010b), Porto Alegre é um município composto por uma população de 1.365.039 habitantes, dentre os quais se contabiliza apenas população urbana. Sendo que, no ano de 2000, quando foi publicado o penúltimo Censo Demográfico, realizado pelo IBGE, Porto Alegre recém havia tido a sua área rural transformada, pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) de 1999, em área rururbana. Dessa forma, ainda se contabilizou população rural no município. Nesse censo, publicado em 2000, o município possuía uma população de 1.360.590 habitantes dentre os quais, 1.320.739 eram urbanos e 39.851 eram rurais. A população rural apresentou, naquela época, um aumento significativo de sua população em relação a 1990, transcendendo 200%. Isso já vinha caracterizando

mudanças significativas da função desse espaço, sendo tomado cada vez mais como espaço de moradia, e cada vez menos de produção agrícola. Ver tabela 1.

Tabela 1- Evolução da população do Município de Porto Alegre

População \ Ano	1980		1991		2000		2010	
	Absoluta	%	Absoluta	%	Absoluta	%	Absoluta	%
Rural	10.627	0,9	15.874	1,3	39.851	2,9	0	0
Urbana	1.114.851	99,1	1.247.529	98,7	1.320.739	97,1	1.365.039	100
<i>Total</i>	1.125.478	100	1.263.403	100	1.360.590	100	1.365.039	100

Fonte: IBGE (2010a).

Nota: Elaborada pela autora com base nos Censos Demográficos do IBGE de 1980, 1991, 2000 e 2010.

A área em que estão localizadas as propriedades rurais de Porto Alegre está situada no sul do município e é caracterizada como Macrozona "Cidade Rururbana", conforme designado pelo segundo PDDUA, implementado em 1999. De acordo com artigo 29 do PDDUA, o qual estabelece a divisão de Porto Alegre em macrozonas, a

Cidade Rururbana (Macrozona 8) - é caracterizada pela presença de zonas de produção de alimentos e criação de animais junto a áreas residenciais com baixo número de moradores, espalhadas pela região. Nela existem, também, os núcleos de Belém Novo, Belém Velho e Lami, mais ocupados e com características de cidade intensiva. Dada a predominância de valores naturais, como os morros e a orla, seu uso deverá ser incentivado, também, para o lazer e o turismo ecológico. (PORTO ALEGRE, 1999).

O termo rururbano, utilizado para definir a área em estudo, remete ao conceito de rururbanização, o qual está permeado por uma questão socioespacial, que engendra a idéia de intersecção entre os elementos que caracterizam o rural e o urbano, fenômeno sucedido pela tomada do campo pela cidade, sendo concebido como uma forma de desenvolvimento por Gilberto Freyre, o qual defende:

[...] uma política social que não se extreme nem na urbanização nem na ruralização da comunidade pernambucana mas se esmere na sua rurbanização. Ou seja: no equilíbrio, dentro dessa comunidade complexa e [...] já antiga e ecológica e sociologicamente diversa pelos seus vários espaços naturais e culturais que devemos procurar transformar de antagônicos em complementares – agrários, pastoris, industriais – dos valores e estilos urbanos com os valores e estilos rurais. Mais que equilíbrio: interpretação. Compenetração. Precisamos formar e desenvolver aqui uma mentalidade rurbarana, na concepção por assim dizer conjugal, de rurbanidade. [...] venho, no Brasil, procurando desenvolver para caracterizar situação mista, dinâmica e, repito, conjugal, fecundamente conjugal: terceira situação desenvolvida pela conjugação de valores das duas situações originais e às vezes contrárias ou desarmônicas, quando puras. (FREYRE, 1982, p. 82).

É a partir desse discurso, da rurbanidade, de conjugação entre o rural e o urbano, que o rural de Porto Alegre passou a ser visto e planejado a partir de 1999. Contudo, ao invés da interação entre esses espaços, percebe-se uma constante tomada do espaço rural pelo urbano, em que os valores e estilos urbanos vão se sobrepondo aos valores e estilos rurais e não interagindo entre si. Visto que, as áreas residenciais e o baixo número de moradores previstos pelo segundo plano diretor do município vêm tomando dimensões abrangentes, enquanto a função de produção de alimentos e criação de animais também julgada a esta macrozona, vem perdendo cada vez mais espaço.

É a partir de contextos como esse, que o rurbarano assume matizes conceituais diferenciadas das de Freyre, como a trazida por Graziano da Silva (1996), que utiliza a noção de rurbarano ou de “novo rural” para designar o processo de transformação do rural brasileiro, o qual compreende, entre outros aspectos, a urbanização do campo a partir da modernização da agricultura. Corroborando, Coelho salienta que:

[...] rurbaranização é um fenômeno relativo tanto ao comportamento social do cidadão moderno quanto da urbanização em si e enquanto processo e expressão físico-espacial. Em essência, deve-se entender que rurbaranização é, eminentemente, um processo de desenvolvimento sócio-econômico e não apenas a alocação e o desenvolvimento físico espacial de uma urbanização. (COELHO, 1999, p.17).

É nesse contexto de tomada do rural pelo urbano, que o Roteiro Caminhos Rurais e a Associação Porto Alegre Rural estão alocados, podendo estar

desempenhando importante papel em meio à desarticulação da ruralidade em Porto Alegre, divulgando esse espaço e suas funções, promovendo sua valorização frente à população urbana local, bem como, se engajando em lutas em prol da manutenção do que resta de rural nesse município.

3.2 SÃO LOURENÇO DO SUL

Em tempos que precederam a formação de São Lourenço do Sul, o espaço que hoje compreende o município era habitado por índios, pois, de acordo com Hammes (2010, p. 114), nesse espaço, até a chegada do homem branco no século XVIII, “[...] viveram os Guaranis que, segundo consta, foram os primeiros agricultores do nosso estado.” Para Costa,

A história de São Lourenço do Sul é omissa no que tange ao passado indígena da região. [...] A razão maior que alimenta a idéia de um passado sem índios deve ser a ausência de choques com o homem branco, tão comuns em outras zonas do Estado. (COSTA, 1994, p. 39).

A colonização desse espaço por europeus se concretizou com a chegada de açorianos que ocuparam a região de forma esparsa e conformaram ali grandes propriedades de terra. Sendo que a primeira propriedade privada do município data de 1776 (HAMMES, 2010). Deve-se destacar que na mesma época aportaram nesses espaços os negros, provindos da África para América, para serem escravizados. De acordo com Hammes:

Não se sabe exatamente em que data foram trazidos os primeiros negros para cá. Seguramente vieram logo após o assentamento dos primeiros brancos estancieiros. O português e o luso-brasileiro não podiam passar sem escravos. Por isso, a presença desses se fez sentir desde o início. (HAMMES, 2010, p. 157).

Por fim, os imigrantes pomeranos⁴ e alemães foram outros colonizadores que aportaram na localidade e colaboraram para a formação de São Lourenço do Sul. A chegada de imigrantes oriundos da Alemanha e da Pomerânia ocorreu em meados do século XIX. De acordo com Schwartz,

Acreditava-se que a colonização poderia dinamizar a economia regional e viu-se na fundação da colônia uma ótima oportunidade de negócios, pois, não havia nenhuma colônia ao sul do Estado. (SCHWARTZ, 2009, p.5).

A constituição do município remete à formação de um pequeno povoado junto ao porto da Fazenda São Lourenço, o qual era utilizado para o desembarque de imigrantes e escoamento de produtos. A dinâmica da atividade portuária deu ao povoado crescente importância no contexto regional, visto que o local se tornou um entreposto comercial. Tal fato elevou a localidade à vila no ano de 1890, sendo que a crescente dinâmica portuária que seguiu nas décadas posteriores elevou a vila à cidade no ano de 1938 (COSTA, 1994, p. 39).

Atualmente o município de São Lourenço do Sul possui uma população de 43.114 habitantes, dos quais 24.234 residem no espaço urbano e 18.880 ocupam o meio rural (IBGE, 2010b). Percebe-se que, desde 1991, o espaço rural do município vem perdendo habitantes, enquanto o meio urbano, concomitantemente, vem ampliando sua população. Contudo, a população rural desse município, mesmo que em menor número que a urbana, é expressiva, constituindo a parcela de 43,79% do total da população, o que pode ser visualizado na tabela 2.

⁴ “Cerca de oitenta por cento das terras do interior do município de São Lourenço do Sul foram ocupadas por imigrantes conhecidos aqui – erroneamente – como “pomberanos” ou, de modo aceitável, como “pomeranos”. Os mais importantes dicionários da língua portuguesa, no entanto, registram “o natural da Pomerânia” (substantivo) ou “relativo a Pomerânia” (adjetivo) como “pomerânio”. (COSTA, 1994, p. 177). Considerando que, o roteiro e a associação estudados tem seus nomes compostos pelo termo “pomerano”, fazemos uso, nesse trabalho, do mesmo termo que denomina nossos objetos de estudo.

Tabela 2 - Evolução da população do Município de São Lourenço do Sul

Ano	1980		1991		2000		2010	
	Absoluta	%	Absoluta	%	Absoluta	%	Absoluta	%
População								
Rural	14.041	33,8	22.502	54,3	20.228	46,3	18.880	43,8
Urbana	27.556	66,2	18.918	45,7	23.463	53,7	24.234	56,2
<i>Total</i>	41.597	100	41.420	100	43.691	100	43.114	100

Fonte: IBGE (2010a).

Nota: Elaborada pela autora com base nos Censos Demográficos do IBGE de 1980, 1991, 2000 e 2010.

A importância que o espaço rural tem para o município de São Lourenço do Sul pode ser observada, não só através de sua densa população, mas também por se situar na atividade primária, praticada nesse meio, sendo o principal recurso econômico local. De acordo com o Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul – COREDE-SUL (2010), as atividades agrícolas e de pecuária que tem maior destaque são: suínos, bovinos, laticínios, milho, feijão, soja, arroz, batata, cebola, fumo, aspargo, pimenta, alho e amendoim. Das propriedades rurais do município de São Lourenço do Sul, 95% delas pertencem a pequenos e médios produtores.

Outra atividade que tem destaque na dinâmica socioeconômica local e é de interesse para essa pesquisa é a atividade turística de sol e praia, a qual está alicerçada nas características geográficas e naturais do município, visto que este está localizado às margens da Lagoa dos Patos, a qual é atrativa em tempos de veraneio. Dessa forma, o turismo, levando um grande número de visitantes para o município, também auxilia na geração de recursos.

É nesse contexto, de um município povoado por pessoas de diversas origens, em que as atividades agropastoris e o turismo são as principais fontes de recursos econômicos, que estão o Roteiro Caminho Pomeranos e a Associação Caminho dos Pomeranos, presentes objetos dessa pesquisa.

Seguindo essa breve contextualização, em que apresentamos os lugares em que estão inseridos os grupos estudados, adentraremos nas perspectivas conceituais que fundamentam a discussão analítica, apresentada posteriormente.

4 TURISMO NO ESPAÇO RURAL E ASSOCIATIVISMO

Antes de adentrarmos na descrição e discussão sobre o que seja e ocasiona o turismo praticado no espaço rural, faz-se necessário percorrer alguns conceitos e visões que permeiam a atividade, independente do tipo de turismo⁵ e do espaço onde essa esteja inserida, visto que, a elucidação de conceitos e perspectivas em torno do turismo, considerando as visões do meio acadêmico e político, dará subsídios para se pensar como essa atividade está contribuindo para transformações sobre a ruralidade, bem como, o associativismo pode estar se tornando um importante instrumento para o seu fortalecimento, operando como forma de gestão da atividade.

As perspectivas conceituais e paradigmáticas contempladas neste trabalho foram pensadas a partir das transformações sociais ocorridas, considerando a perspectiva temporal como delineadora dessas mutações. A correlação temporal entre os paradigmas moderno e pós-moderno, bem como, entre o turismo, o desenvolvimento rural e o associativismo pode ser observada na figura 5.

⁵ Os tipos de turismo derivam da segmentação da atividade. De acordo com Brasil (2006, p.03), “A segmentação é entendida como uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado. Os segmentos turísticos podem ser estabelecidos a partir dos elementos de identidade da oferta e também das características e variáveis da demanda. A partir da oferta, a segmentação define tipos de turismo [...] Tipos de Turismo: Ecoturismo, Turismo Rural, Turismo de Aventura, Turismo Cultural, Turismo de Pesca, etc.”

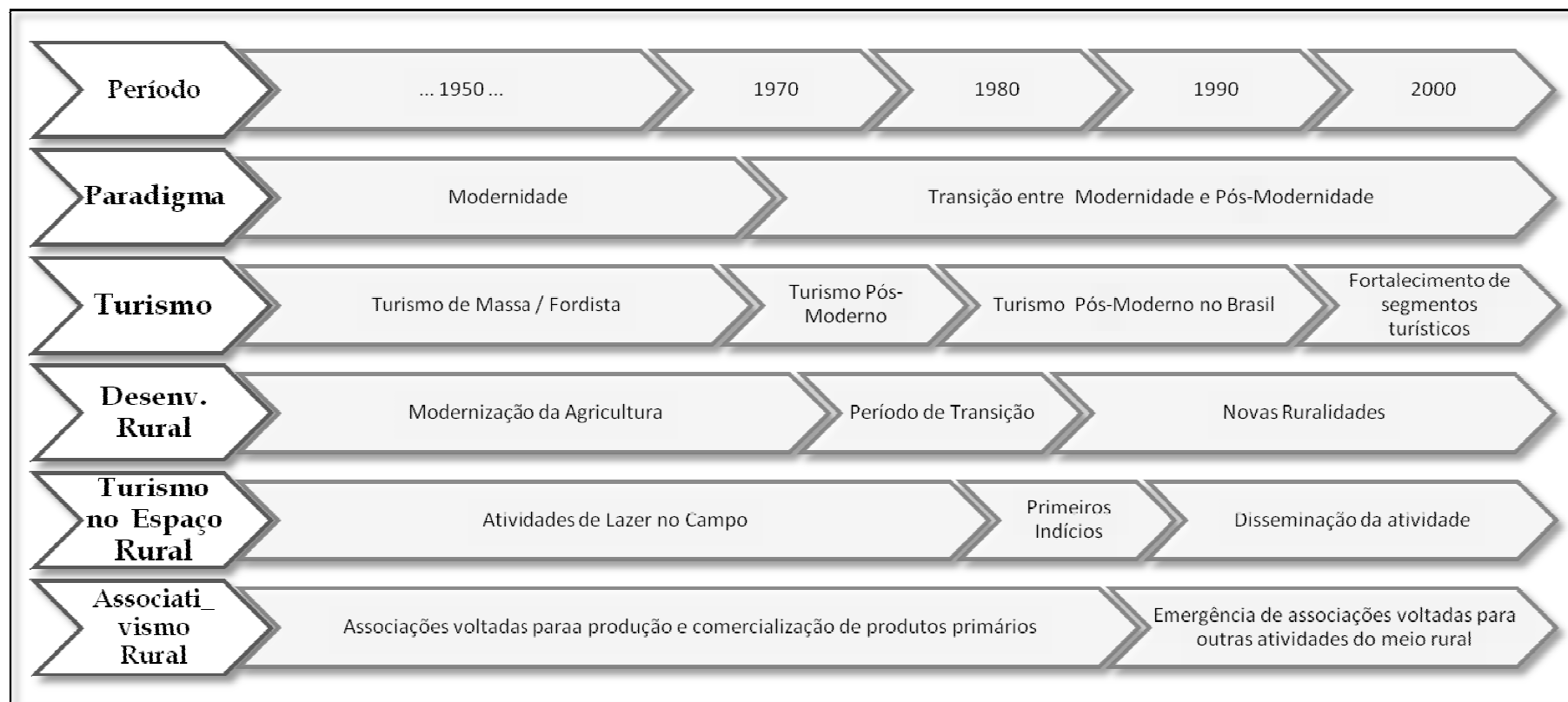


Figura 5 - Processo de evolução do desenvolvimento rural, do turismo no espaço rural e do associativismo no contexto dos paradigmas da modernidade e pós-modernidade.

Fonte: Elaborada pela autora (2011).

4.1 O TURISMO COMO COMPLEXIDADE

Os prazeres do turismo derivam de processos complexos de produção e consumo. (URRY, 2001, p. 140).

O turismo, assim como toda atividade humana, é estudado e fundado por conceitos que divergem e complementam-se, variando de acordo com a visão e/ou interesse daqueles que os concebem. As diversas conceituações da atividade emergem de organizações ligadas à atividade, de órgãos públicos, do meio acadêmico, etc. Suas variações são induzidas em parte pela própria complexidade apresentada pela atividade, visto a diversidade de elementos que a mesma congrega.

Dentre as diversas conceituações que tangem a atividade turística, está a delineada pela Organização Mundial do Turismo (2001), a qual a caracteriza como “[...] atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras.” Sendo esse o conceito incorporado pelo Ministério do Turismo, órgão público máximo vinculado à atividade no Brasil (BRASIL, 2006, p. 4).

Ao relatar os primeiros esforços conceituais que contornaram a atividade turística na década de 1930, Molina e Rodriguez (2001) observam limitações sobre esses conceitos, visto a complexidade que o turismo foi adquirindo a partir do crescimento da atividade. Os autores enfatizam que:

Atualmente, este fenômeno alcançou conotações, significados e conseqüências altamente complexas que transcendem elementos quantitativos e de crescimento numérico. Em nossa época, o turismo é resultado de processos sociais e culturais não inteiramente quantificáveis, e que são imprescindíveis para sua compreensão e para implementar ações que permitam obter dele os melhores rendimentos globais, sejam eles financeiros ou não. (MOLINA; RODRIGUEZ, 2001, p. 12).

O espectro acadêmico apresenta-se multifacetado, no que concernem as conceituações sobre turismo, visto que a atividade analisada sob variadas perspectivas e nas mais diversas áreas do conhecimento tem agregado um amplo

leque de conceitos não divergentes, mas complementares, uns analisando a atividade no âmbito técnico e outros sob a ótica social. Oliveira (2005), imbuindo sua análise em um viés social, projeta o turismo como:

[...] atividade humana que é capaz de produzir resultados de caráter econômico, financeiro, político, social, e cultural produzidos numa localidade, decorrentes do relacionamento entre os visitantes com os locais visitados durante a presença temporária de pessoas que se deslocam de seu local habitual de residência para outros, de forma espontânea e sem fins lucrativos. (OLIVEIRA, 2005, p. 36).

A partir das considerações auferidas pode-se compreender o turismo como uma atividade abrangente, que envolve diversos elementos e exerce influências sobre outros. Dessa forma, as conceituações que permeiam a atividade apresentam focos diferenciados, compreendendo o turismo conforme a área de atuação. Para tanto, considerando a linha de interesse dessa pesquisa, o último conceito, defendido por Oliveira (2005), apresenta-se como o mais pertinente para o processo de análise, visto a ótica social em que a mesma incide, compreendendo os elementos que engendram a sua complexidade, enquanto atividade humana empreendida sobre o espaço.

O turismo como atividade humana, envolve uma diversidade de características, dentre as quais, destaca-se a própria relação de apropriação do espaço pela atividade, em que agentes comunitários, privados e públicos estabelecem relações com o lugar e entre si. Sobre as relações instigadas pela prática turística, Coriolano elucida que:

É no conteúdo do espaço de relações sociais que se engendram os processos, pois é nessa formação histórica que se estabelecem, se recriam, se transformam as relações sociais e espaciais. Mas esse produto social não se faz sem conflitos, contradições e resistências. É justamente dessas contradições que emergem as relações de dominação e de poder na produção do espaço [...] (CORIOLANO, 2008, p.283).

A apropriação do espaço por atividades turísticas flui da relação instituída pelo homem com o lugar, a qual estabelece formas de uso do espaço para a

efetivação da atividade. Para tanto, Cruz (2003) enfatiza que, em função do turismo, o homem introduz objetos no espaço e também se apropria de outros já existentes para possibilitar o desenvolvimento turístico, configurando assim o território do turismo. Contudo, esses territórios criados são efêmeros, pois conforme Cruz:

A história do turismo no mundo mostra que montanhas e praias, campos e áreas densamente povoadas, entre outros, têm se alternado como preferência nos fluxos turísticos dominantes. Além disso, ocorre também em função daquela diversidade cultural, com a valorização concomitante no tempo de diferentes territórios pelo turismo. (CRUZ, 2003, p. 13).

Observa-se, também, que o turismo estabelece uma complexa trama de relações entre o visitante e a comunidade receptora, a qual é impregnada por “mecanismos culturais e simbólicos” que exercem na comunidade receptora consequências no nível das representações sociais, através dos novos conhecimentos, oriundos dos agentes externos, os turistas (RODRIGUES, 2006).

A diversidade e a complexidade de relações estabelecidas a partir do turismo se instauram em diversos domínios da sociedade e do espaço, sejam esses econômicos, culturais, ambientais ou políticos. Tais relações concernem da diversidade de elementos que o turismo compreende, os quais constituem o sistema turístico.

A partir dos apontamentos sobre as relações que envolvem a complexidade da atividade turística, entende-se porque a mesma é analisada por muitos autores como um sistema⁶, ou seja, como um conjunto de elementos que arranjados propiciam a efetivação da atividade de forma organizada, produzindo uma série de influências sobre os lugares e comunidades por ele atingidas, compreendendo desde novas relações sociais, constituídas pela inserção de novos atores sobre os espaços, que passam a se delinear como turísticos, até a reconfiguração das relações do homem com o espaço. Boullón assinala que:

⁶ Um sistema pode ser definido como um conjunto de elementos em interação mútua, sendo que, cada sistema pode, tanto ser constituído por sub-sistemas, como estar inserido em outros sistemas maiores. Tal definição pode ser utilizada para o entendimento do indivíduo, da família ou mesmo para o entendimento da sociedade. (BERTALANFFY, 1973).

[...] a iniciativa privada, primeiro, e o poder público, depois, foram resolvendo as necessidades dos viajantes, ao incorporar um número cada vez maior de serviços destinados a aumentar o conforto do turista e a multiplicar suas oportunidades de lazer. Assim, ao redor do turismo foi-se formando uma trama de relações que caracterizam seu funcionamento. Essas relações formam um sistema. (BOULLÓN, 2002, p. 37).

Considerando a complexidade apresentada pelo turismo a partir das relações e implicações estabelecidas no lugar e com a comunidade local, defende-se que a emergência da gestão do turismo a partir das comunidades receptoras seja talvez a forma mais adequada de lidar com a complexidade do turismo, visto que são essas comunidades as grandes influenciadas pela implementação da atividade.

Observaremos, posteriormente, que esse sistema complexo e dinâmico, que varia constantemente no ambiente e contexto em que se insere, vem se moldando conforme a conjuntura que perpassa o cenário mundial nos últimos sessenta anos.

4.1.1 Mutações do Modelo de Desenvolvimento Turístico

O turismo, assim como a agricultura, a indústria e outras atividades socioeconômicas têm sua concepção interpenetrada pela conjuntura que permeia a sociedade num dado momento, sendo, desta forma, constantemente remodelado conforme a tessitura que prepondera no cenário mundial. Desse modo, traçar um breve relato do processo que compreende a evolução do turismo na história recente, abarcando as diferentes concepções da atividade, conforme os períodos que convergem para o desenvolvimento socioeconômico, é de fundamental importância para a compreensão das motivações que induziram o surgimento do turismo nos espaços rurais, bem como, do modelo e dos valores que alicerçam a inserção da atividade nesses espaços. Para tanto, na busca em projetar um paralelo com o processo de desenvolvimento rural traçado posteriormente, descreve-se o desenvolvimento turístico a partir do período pós-guerra. Assim, para compreendermos a ascensão e o desenvolvimento do turismo, tendo como ponto inicial de análise a década de 1950, é importante nos determos em matrizes

conceituais que explicam o contexto socioeconômico da época e, por consequência, as concepções que vem permeando a atividade turística.

Sob a égide da modernidade, o período posterior a Segunda Guerra Mundial é marcado pelo ápice do fordismo, modelo de gestão produtiva surgido na segunda década do século XX, o qual, baseado na produção em massa e em inovações tecnológicas e organizacionais, delineou alguns pressupostos da forma de produção industrial, os quais se alastraram por outros campos da conjuntura social e econômica mundial. Para Lipietz e Leborgne, a partir de uma visão essencialmente econômica, o fordismo é caracterizado como:

[...] a conjunção de três aspectos compatíveis: uma forma de organização do trabalho (um paradigma industrial), uma estrutura macroeconômica (um regime de acumulação), um conjunto de normas implícitas e de regras institucionais (um modo de regulação), no que toca a relação salarial, a concorrência entre capitais, etc. (LIPIETZ; LEBORGNE, 1988, p. 12).

Contudo, Harvey (2006) analisa o fordismo por outra ótica e ressalta que o diferencial do fordismo frente ao modelo produtivo que o precedeu, o taylorismo⁷, foi reconhecer que o consumo de massa, ponto nodal destas duas perspectivas, dependia de transformações sociais que conduzissem ao consumo massivo. Nesse sentido, o autor especifica que o diferencial do fordismo foi:

[...] o reconhecimento explícito de que a produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista. (HARVEY, 2006, p.121).

Apreende-se, assim, que o modelo fordista trouxe embutido nas mudanças tecnológicas e organizacionais novos padrões comportamentais e sociais, os quais conduziram ao consumo em massa, gerando a demanda necessária para a

⁷ “*Os Princípios da Administração Científica* de F. W. Taylor – um influente tratado que descrevia como a produtividade do trabalho podia ser radicalmente aumentada através da decomposição de cada processo de trabalho em movimentos componentes e da organização de tarefas de trabalho fragmentadas segundo padrões rigorosos de tempo e estudo dos movimentos [...]” (HARVEY, 1998, p. 121).

produção em massa, fator determinante para a perpetuação do modelo. Para tanto, Harvey (2006) aponta que no período subsequente ao fim da Segunda Guerra Mundial, apesar das variações entre as formas de intervenção dos países de capitalismo avançado, faz-se notável como ponto nodal da atuação desses governos, de matizes ideológicas diversas, o favorecimento de um crescimento econômico estável através de regulação que envolveu a acumulação e o estado de bem-estar social, o que assinala o fordismo emergente no pós-guerra como um “modo de vida total”, que transcende o sistema produtivo.

Entremeado pelas características do fordismo e da modernidade, o modelo turístico ofertado a partir do pós-guerra, veio arquitetado no intento da oferta em grande escala, marcada pela rigidez e homogeneização, frutos da inflexibilidade de planejamento, o qual induziu por muito tempo a concentração espacial da oferta, promovendo a saturação dos espaços receptivos. Coriolano (2006) destaca que, na sociedade industrial, a atividade tornou-se um fenômeno de massa, estandardizado, podendo atender a um maior número de pessoas das classes médias. Passou a gerar lucros e divisas, algumas vezes, à custa de degradações, descaracterizações espaciais e discriminações sociais.

O avanço e consolidação da atividade turística nessa fase ocorreram paralelos ao incremento tecnológico, a partir do qual os meios de comunicação e de transporte vieram facilitar a mobilidade das pessoas no espaço e, por conseqüência, a possibilidade de praticar o turismo. Contudo, Coriolano (2006), em complemento, destaca que o incremento tecnológico propiciou o aumento do tempo livre, outro fator importante para a consolidação da atividade turística. Coriolano destaca, ainda que:

À medida que o taylorismo e o fordismo exigiam maior controle dos trabalhadores e do tempo, com a especialização constante da mão de obra, e a produção em série e em massa, todas as demais atividades seguiram esse caminho, inclusive o turismo, que assimilou todos os valores da industrialização, incorporando o discurso da “indústria” de turismo. (CORIOLANO, 2006, p. 33).

Os discursos que assinalam o turismo como indústria foram, por muito tempo, e ainda são hoje, em menor escala, recorrentes, vangloriando a face econômica da atividade em detrimento da social. Para Coriolano:

O turismo foi chamado de indústria, do ponto de vista econômico, mas, na verdade, ele é uma prestação de serviço à própria indústria, uma atividade cultural própria do setor terciário. A rotulação indústria do turismo indica um equívoco conceitual, reduz a dimensão da atividade ao setor econômico, quando ele é, também, um fenômeno sociocultural. (CORIOLANO, 2006, p. 31).

Pode-se dizer que tal concepção fez-se notória, visto o posto assumido pela atividade turística no contexto da modernidade e do fordismo, “[...] estando subordinado aos atores hegemônicos que capitaneiam a economia global, assumindo, como tal, um cariz importante no modelo de acumulação capitalista contemporâneo.” (RODRIGUES, 2006, p. 297).

Esse modelo turístico, mesmo sem chaminé, trouxe uma série de problemas sociais, ao expropriar comunidades de seus lugares de vida em função da implantação da atividade, também propiciou a degradação dos locais explorados, visto a concentração espacial e conseqüente visitação massiva que o modelo estandardizado originou. Esses malefícios provocados pela inserção da atividade turística em determinados espaços e comunidades está, em parte, vinculado às transformações que a atividades acarreta, pois, conforme destaca Cruz (2003), na atividade turística os núcleos receptores sofrem transformações que convergem para o atendimento das necessidades dos turistas, e, portanto, acabam sendo instalados nesses locais elementos de infraestrutura, bem como, outros elementos já existentes no espaço podem ser apropriados. Assim, o turismo impõe nestes locais a sua lógica organizacional em detrimento das lógicas já existentes.

Os danos provocados pelo modelo turístico de massa, que convergem em grandes transformações sobre os lugares receptores, em função da grande demanda, têm ainda, como elemento limitador, a relação estabelecida entre a comunidade receptora e os visitantes, pois o turista apresenta-se como um intruso, visto que, nesse arquétipo de turismo as comunidades locais e seus modos de vida não são estimados como peças-chave da atividade, nem da oferta, nem da

organização de mesma. Dessa forma, a chegada do turista não gera benefícios para as comunidades, visto que consomem o espaço das comunidades ou as expropriam conforme as regras ditadas pelos agentes gestores da atividade.

Tais limitações apresentadas pelo turismo de massa, balizadas por padrões rígidos e excludentes acarretaram transformações em torno da atividade. Para Vera e Monfort ⁸ (1995 apud Donaire, 1998), foram cinco os aspectos de desequilíbrio do modelo turístico tradicional que conduziram as transformações no setor, as quais são: desequilíbrios setoriais causados pela concentração espacial e ausência de critérios de segmentação; desequilíbrios tecnológicos causados pela deficiência na incorporação dos avanços tecnológicos vigentes; desequilíbrios ambientais gerados pela visitação massiva, excedendo a capacidade de carga dos lugares em função do “culto ao número”; desequilíbrios espaciais configurados pela concentração espacial da oferta, e, por fim, desequilíbrios socioculturais caracterizados pela tensão social entre anfitriões e hóspedes.

Para Donaire (1998), esses desequilíbrios conduziram o declínio do turismo de massa e as transformações no setor a partir da década de 80 do século passado, tendo se fortalecido na década posterior. Nesse sentido, foi instaurando um contexto de reestruturação, em que passou a se dar uma difícil transição do modelo de turismo fordista (turismo de massa) para o modelo pós-fordista. Para tanto, o modelo emergente criou respostas à estandardização, ampliando as fronteiras e diversificando a oferta, redefinindo a autenticidade ausente no modelo anterior, aderindo a novas tecnologias que favorecem a segmentação do mercado, expandindo os lugares potencialmente turísticos para além dos tradicionais.

Sobre os lugares potencialmente turísticos, Urry (2001, p. 131) assinala que “todo tipo de lugar se tornou o centro do espetáculo e da exibição e a nostálgica atração exercida pela “tradição” podem ser vistos como elementos da pós-modernidade.” Corroborando, Harvey enfatiza que:

[...] a tradição é agora preservada com frequência a ser mercadificada e comercializada como tal. A busca de raízes termina, na pior das hipóteses sendo produzida e vendida como imagem, como um simulacro ou pastiche (comunidade de imitação construídas para evocar imagens de algum

⁸ VERA, F. Y. Monfort, V.M. Agotamiento de modelos turísticos clásicos. Una estrategia territorial para la cualificación. La experiencia de la comunidad valenciana. **Estudios Turísticos**, n. 171, 1995.

passado agradável, o tecido de comunidades operárias tradicionais apropriado por uma pequena nobreza urbana). (HARVEY, 2006, p. 273).

Essa busca por novos lugares turísticos, que deriva no surgimento de uma ampla gama de tipos e segmentos no âmago da atividade, dispersa o turismo por diferentes espaços, dentre os quais estão as zonas rurais. Para Urry (2001), há um relacionamento complexo entre a obsessão que os turistas vêm apresentando pelo campo e a pós-modernidade, a qual é regida pela desilusão com o moderno e os elementos que o compõem, os quais vestem as cidades, e não o campo.

Em virtude de as apropriações contemporâneas do campo implicarem tratá-lo como um espetáculo, até mesmo como um “tema”, pode-se encarar tal fato como uma atitude pós-moderna em relação ao campo, ao ser contrastada por meio de uma abordagem que enfatize seu “uso”. Em reação à primeira atitude, muitas pessoas que vivem em áreas rurais passaram a produzir determinados ambientes, por meio dos quais uma representação relativamente depurada da vida rural é constituída e apresentada aos visitantes. (URRY, 2001, p. 137).

A emergência de novos lugares turísticos suscita outra transformação que vem ocorrendo gradativamente na sociedade, sob a égide do novo paradigma: a emergência da participação cidadã como meio de combater o sistema dominante e excludente, a partir da participação da sociedade civil nas tomadas de decisão e, também, na construção de ações que visem o desenvolvimento local.

Molina e Rodriguez (2001) ao explanar alguns enfoques do planejamento turístico, abarca, dentre esses, o planejamento participativo, destacando-o como um enfoque mais recente e em fase de consolidação. Para os autores:

No caso do turismo, o planejamento participativo apresenta-se como uma excelente alternativa para fazer oposição aos excessivos desequilíbrios gerados nos pólos turísticos, especialmente se se leva em conta que neles prolifera a marginalização em suas dimensões ideológica, cultural, política, econômica e social. (MOLINA; RODRIGUEZ, 2001, p. 126).

Em meio às transformações do setor turístico, o planejamento permanece como instrumento fundamental para orientar os rumos da atividade. O Estado permanece desempenhando esforços em torno do planejamento do turismo. Contudo, as transformações do setor têm projetado a descentralização do planejamento, favorecendo as ações participativas, de maneira que os interesses e as realidades dos grupos locais sejam evidenciadas, visto que a singularidade insurgida da atividade demanda o planejamento adequado a cada realidade. (MOLINA; RODRIGUEZ, 2001).

Contudo, algumas das características do modelo fordista de fazer turismo permanecem no modelo emergente, tal como a incorporação de tecnologias. Por esse motivo, Donaire (1998, p. 13) assinala que “[...] a fratura entre um modelo e outro não é tão evidente. Ao contrário, tudo parece indicar que na lenta transição do modelo, há mais elementos de continuidade que de ruptura.”⁹.

Assim, cabe ressaltar que, embora tenham surgido respostas ao turismo de massa e aos seus danos, este não deixa de vigorar no cenário mundial, permanecendo forte e reunindo um grande número de visitantes adeptos. O que acontece, a partir das transformações geradas pelos desequilíbrios do modelo tradicional, é o surgimento de outro padrão turístico, com embasamento em outras concepções de desenvolvimento e num outro paradigma, o qual passa a coexistir ao lado do turismo de massa, da mesma forma como coexistem elementos do fordismo e do pós-fordismo, ou mesmo, da modernidade e da pós-modernidade.

4.2 A COMPLEXIDADE DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL

Nessa subseção são abordadas as complexidades específicas do turismo no espaço rural, as quais abrangem desde a questão conceitual até a relação da atividade com o desenvolvimento rural.

⁹ Do original: “[...] la fractura entre un modelo y otro no es tan evidente. Más bien al contrario, todo parece indicar que en la lenta transición del modelo, hay más elementos de continuidad que de ruptura.”

4.2.1 A Complexidade das Conceituações

O turismo em espaço rural, como meio de dinamizar comunidades rurais e promover a melhoria de vida das pessoas que vivem no campo, por meio do aumento de recursos financeiros, melhoria da autoestima, valorização do espaço, melhoria da infraestrutura, etc. vêm sendo concebido a partir de uma multiplicidade de tipos turísticos, tais como: agroturismo, cultural, histórico, pedagógico, ecoturismo, etc.

Considerando a diversidade de tipos de turismo que vem adentrando nos espaços rurais, as conceituações que convergem no delineamento do turismo no campo variam. Abarca desde conceituações voltadas para as atividades intimamente vinculadas com o modo de vida do homem rural, até aquelas que compreendem uma ampla variação de tipos de turismo praticados nesses espaços.

Tulik (2003) ressalta essas variações numa perspectiva espacial, discorrendo a partir de conceitos internacionais e nacionais, destaca que na Europa e Estados Unidos as terminologias Turismo Rural (TR), Turismo no Espaço Rural (TER) e Turismo nas Áreas Rurais (TAR) são comumente utilizadas como sinônimos, que se referem à generalidade de atividades turísticas praticadas no campo. Para a autora,

Turismo Rural, nesse sentido amplo, consiste no aproveitamento turístico do conjunto de componentes existentes no espaço rural, incluindo aqueles basicamente rurais e culturais (principalmente o patrimônio arquitetônico) e, também, os elementos da natureza. (TULIK, 2003, p. 32).

Na literatura nacional¹⁰, bem como, em documentos de órgãos públicos envolvidos com a atividade no Brasil, observa-se, em contraponto às afirmações anteriores, que o termo turismo rural, na maioria dos casos, vem sendo empregado de forma mais restrita, referindo-se as atividades turísticas praticadas no campo e entremeadas por atrativos que estejam vinculados as particularidades da vida rural.

¹⁰ Dentre os autores que defendem a idéia de que a terminologia turismo rural deve ser resguardada às atividades turísticas que decorrem do relacionamento do turista com as atividades do vinculadas ao modo de vida rural, estão Rodrigues (2000, 2001), Ruschmann (2000), Graziano da Silva (2000), Tulik (2003, 2010).

No Brasil, as abordagens conceituais sobre turismo no espaço rural refletem essa diversidade, mas já se aceita, até mesmo no plano oficial, existência de diversas manifestações do turismo no espaço rural que não se incluem no turismo rural propriamente dito. (TULIK, 2010, p. 19).

Observa-se que as diferenças conceituais que permeiam a prática da atividade turística no espaço rural, diferentemente das conceituações voltadas para o turismo que são complementares, apresentam divergências e pouco se conhece sobre os critérios utilizados para traçar tais delimitações.

O Ministério do Turismo, diante das imprecisões conceituais, tem feito uso de um único marco conceitual, que vem sendo apresentado em diversos documentos oficiais desde 2004, o qual tem norteado os rumos da atividade no país, no que se refere a planejamento e políticas públicas. O conceito apresentado pelo Ministério do Turismo explica que: “Turismo Rural é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.” (BRASIL, 2004, p. 11).

Em concordância com as idéias que relatam o turismo rural como tipo de turismo que contempla as particularidades da vida rural, e em discordância que esta terminologia deva ser utilizada sob a amplitude das atividades turísticas praticadas no campo, faz-se uso, nesse trabalho, dos termos turismo no espaço rural e turismo nas áreas rurais, considerando-os como os termos mais adequados a serem empregados para designar todo e qualquer tipo de turismo praticado em espaços rurais. O uso de tais terminologias se faz mais adequado no contexto dessa pesquisa, pois os roteiros estudados compreendem uma variedade de tipos turísticos, que não tem, em alguns casos, vínculo com as particularidades do campo. Contudo, cabe enfatizar que os outros tipos de turismo, além do turismo rural, não deixam de estar contribuindo para a dinamização de propriedades e de localidades rurais. Exemplificando, Graziano da Silva destaca que:

As atividades ligadas a essas outras modalidades de turismo, como o ecoturismo, podem vir a ser fonte alternativa de renda para algumas propriedades rurais em determinadas situações especiais, em que as atividades agropecuárias são restritas ou mesmo não podem ser praticadas, como ocorre com as áreas naturais preservadas [...] são empreendimentos que se instalam na zona rural sem nada ter a ver com a dinâmica da

agropecuária da região. Eles devem ser analisados na ótica das “novas funções” que o meio rural vem adquirindo – além das atividades produtivas tradicionais -, como a de propiciar o já mencionado lazer, a conservação do ecossistema e dos recursos naturais, a educação ambiental, a proteção da paisagem, a manutenção do território, o que tem sido chamado de produção de bens e serviços não materiais. (GRAZIANO DA SILVA et al, 2000, p. 20).

Podemos ressaltar, assim, que as questões de conceituação e tipologia são itens que contribuem para pensar-se no turismo praticado em espaços rurais enquanto complexidade. Essa ambiguidade conceitual tem derivado da diversidade de tipos de turismo praticados no campo, conduzindo a distorções sobre as terminologias utilizadas para sua conceituação. Sobre essas imprecisões Tulik (2003; 2010) ressalta que a conceituação sobre o que seja turismo rural está vinculada a própria concepção do que seja rural, assim, por consequência das diferenças de concepções sobre o rural, teremos as variações do entendimento sobre o turismo rural. A questão das tipologias está vinculada ao estabelecimento de critérios e métodos que estabeleçam padrões.

Após a descrição do processo de transformação transcorrido no setor turístico, o qual contribuiu para a entrada do turismo no campo, e a caracterização do que vem a ser o turismo praticado no espaço rural, adentraremos na descrição do processo que conduziu a transformações nos espaços rurais, que também contribuíram para que o turismo passasse a fazer parte das atividades praticadas nesses meios.

4.2.2 A Manifestação do Turismo no Campo no Contexto do Desenvolvimento Rural

A inserção da atividade turística no espaço rural transcorreu na trilha em que se delinearam rompimentos com as noções da modernidade, paradigma que alicerçou e ainda alicerça o turismo de base fordista e a modernização da agricultura. A partir desses rompimentos, o turismo pós-fordista surgiu como resposta a um modelo turístico desgastado, mas ainda vigente, vindo ancorado pela

flexibilização do setor e pela necessidade de criação de novas estratégias para a perpetuação de algumas famílias nos meios rurais.

Destarte, a gradual quebra com alguns preceitos da modernidade, nos diversos setores da sociedade, abrangeu também o meio rural e provocou rupturas no processo de desenvolvimento desses espaços, gerando transformações que atuaram como um dos baluartes do surgimento do turismo no espaço rural, o qual despontou primeiramente na Europa e Estados Unidos, expandindo-se, posteriormente, para outros países como o Brasil.

O desenvolvimento deriva de uma constante metamorfose que traz para o momento atual o resultado de processos históricos, oriundos das relações estabelecidas pelo homem com os espaços vivenciados, que conduzem a ações e contornos sobre o mesmo. Nesse sentido, Schneider destaca que:

[...] o estudo do desenvolvimento leva a análise dos processos de natureza social, que ocorrem por intermédio das relações e interações entre grupos humanos que vão mudando a natureza, moldando o espaço e os territórios em que vivem, adaptando e melhorando os meios de produção que utilizam, bem como transformando sua cultura e seus valores. (SCHNEIDER, 2007, p. 4).

Da mesma forma, o desenvolvimento de um espaço rural é o resultado de um processo que compreende a evolução de uma série de valores, concepções e objetivos, os quais resultam de uma conjuntura social complexa que extrapola o rural, sendo marcado temporalmente pelas diversas mudanças que ocorrem no processo histórico. Assim, as perspectivas mais recentes de desenvolvimento rural resultam da evolução de concepções e valores de modelos de desenvolvimento que não atendiam às necessidades emergentes da sociedade atual, em que as esferas social, cultural e ambiental ganham maior destaque, vindo a permear novas formas de pensá-lo. Corroborando, Kageyama (2008, p. 24) afirma que “[...] a evolução do conceito de rural reflete a própria evolução do rural, de espaço quase exclusivamente agrícola para um tecido econômico e social diversificado.”.

A fim de elucidar o cenário que configura o espaço rural atual faz-se importante remeter, primeiramente, às etapas do processo histórico que precederam a emergência de novas formas de pensar o desenvolvimento dos espaços rurais,

pois, como destaca Santos (1978, p.145) “[...] o espaço não pode ser apenas o reflexo do modo de produção atual porque é a memória dos modos de produção do passado.”.

Para Navarro (2001), o rumo do desenvolvimento rural, nas últimas cinco décadas, foi balizado por duas etapas, cada qual norteadas por diferentes pressupostos, as quais conduziram os distintos setores da sociedade na busca pelo desenvolvimento. O primeiro momento remete às décadas de 50, 60 e parte dos anos 70 do século XX, no qual a expansão capitalista, caracterizada, dentre outros aspectos, pelo crescimento econômico, industrial, tecnológico e urbano, foram os dinamizadores do desenvolvimento da época. E sem esquivar-se dessa conjuntura, os espaços rurais foram tomados pelo modelo produtivista, baseado na Revolução Verde¹¹, idealizado e concretizado com base na modernização e consequente aumento da produção. Tal fato levou as famílias rurais a se moldarem a um padrão de racionalidade em que a relativa autonomia dos agricultores foi abolida. Em conformidade com isso, Santos (2010, p. 89) ressalta que “[...] a agricultura, científica, moderna e globalizada acaba por atribuir aos agricultores modernos a velha condição de servo da gleba.”. Isso porque:

Tal experiência é tanto mais sensível porque decorre de uma demanda “externa” de “racionalidade” e das respectivas dificuldades de oferecer uma resposta. Resta, como consequência, a tomada de consciência da importância de fatores “externos”: um mercado longínquo, até certo ponto abstrato; uma concorrência de certo modo “invisível”; preços internacionais e nacionais sobre os quais não há controle local [...]. (SANTOS, 2010, p.90).

Esse período, no qual se pressupunha que com o incremento da tecnologia e aumento da produtividade aumentaria a renda e, por fim, atingiria o desenvolvimento das zonas rurais, entrou em crise quando os resultados do aumento produtivo não refletiram na diminuição da pobreza rural. Wanderley (2001) acrescenta que paralelo ao sucesso da modernização veio a crise do modelo, pois, assim como este gerou o esperado aumento da produtividade, também causou consequências negativas na economia com a superprodução afetando o dinamismo agrícola; na

¹¹ “[...] “Revolução Verde”, fundada basicamente em princípios do aumento da produtividade através do uso intensivo de insumos químicos, de variedades de alto rendimento melhoradas geneticamente, da irrigação e da mecanização [...]” (ALMEIDA, 1998, p.33).

sociedade ao reduzir a necessidade da força de trabalho com a incorporação cada vez maior de máquinas; e conseqüências ambientais com o desgaste natural do ambiente em função da grande adesão a insumos químicos.

A queda desse modelo foi seguida por um período de transição, em que as discussões e ações sobre desenvolvimento, não só no meio rural, foram esmaecidas, tendo voltado à tona, sob a influência de outras perspectivas, a partir dos anos 90, motivado pela insatisfação e desesperança e conduzido pela crescente emergência de pautas de cunho social e ambiental. Nesse processo, o desenvolvimento rural é marcado pela busca da revalorização do rural, enquanto sociedade e espaço (NAVARRO, 2001).

Contudo, no que concerne aos espaços rurais, cabe ressaltar ainda, que foi em resposta às conseqüências negativas do modelo produtivista que começaram a se delinear novas perspectivas de pensar o processo de desenvolvimento dos espaços rurais, alargando seus objetivos ao contemplar, além da dimensão econômica, as dimensões social, cultural e ambiental. Sobre este contexto, Kageyama (2008) ratifica que nas diversas ideias que vem permeando o desenvolvimento rural mais recentemente, pode-se conceber como consenso que os aspectos econômico, social e ambiental devem estar atrelados, agregando ainda a diversificação das atividades que geram renda.

Em meio à emergência de outras concepções sobre o desenvolvimento rural e as várias transformações instauradas paulatinamente no campo, há um distanciamento das visões tradicionais sobre o que vem a ser ruralidade. Assim, o rural contemporâneo passa a compreender, em muitos lugares, novas relações com os espaços urbanos e passa a aderir a outras atividades socioeconômicas, que diversificam as economias locais e atribuem outras funções às famílias e aos espaços rurais. Desta forma, transcendem um rural tradicional, pautado teoricamente, entre outras visões, na concepção dicotômica rural – urbano¹². Nessa dicotomia, o rural vinha sendo observado como um resquício do urbano, estando em

¹² A visão dicotômica entre o rural e o urbano, ou entre o campo e a cidade estabelece uma relação de contradição, em que diferentes olhares são traçados, um oriundo do urbano, onde este é tido como um espaço moderno, inovador, dinâmico, exercendo poder sobre o rural e em que o rural é visto numa posição extrema, ou seja, como um meio tradicional, atrasado, fornecedor de recursos e de função passiva. Mas há também a visão advinda daqueles que vivenciam e estudam os espaços rurais e a ruralidade, estabelecendo parâmetros opostos e vendo o rural como um todo harmonioso, estável e de relações de cooperação e o urbano na posição extrema, como fonte de todos os males. (VEIGA, 2005).

desvantagem pelo isolamento e subordinação às políticas e demandas oriundas do urbano.

De modo geral, observa-se, na literatura, que a base das transformações mais recentes do campo está na diversificação das funções atribuídas ao campo (PIRES, 2004, p. 154), a partir da convergência de outras atividades, que extrapolam o rural enquanto espaço de produção primária. Essa diversificação disseminada em alguns espaços rurais revela o rural como um espaço multifuncional.

Abramovay (2000), ao traçar uma análise da ruralidade, tendo como base a realidade europeia, em que as atividades agropecuárias se apresentam, consideravelmente, menos relevantes no contexto do desenvolvimento rural, se confrontadas ao contexto rural brasileiro, destaca que as análises sobre o rural, que buscam transpor as limitações das apreciações norteadas pela visão do rural, enquanto setor de produção de alimentos, vêm convergindo na valorização da “relação com a natureza, a importância das áreas não densamente povoadas e a dependência do sistema urbano.” Do mesmo modo, pensando em consonância com contexto europeu Covas (2006, p. 108) acrescenta que:

[...] é necessário, simultaneamente, conservar recursos escassos, acrescentar valor a actividades tradicionais, criar produtos novos e recrear as amenidades. Isto é, encontrar o ponto de equilíbrio entre produção, conservação e recreação, os três pólos da nova economia do desenvolvimento rural. (COVAS, 2006, p. 108).

Embora, no Brasil, as ações locais, as políticas públicas e os estudos acadêmicos, direcionem esforços para traçar modelos de desenvolvimento numa perspectiva semelhante à europeia, a nossa realidade, extremamente diversificada, apresenta concomitantemente modelos de desenvolvimento diversificados, onde muitos espaços permanecem voltados para a produção massiva de alimentos, voltados para o constante incremento tecnológico e permanecendo fortemente atrelados ao modelo produtivista, ancorado pela revolução verde, e, em contraponto, outros espaços rurais buscam harmonizar as esferas social, cultural e ambiental com a econômica, aderindo a modelos de desenvolvimento, normalmente, fundados em perspectivas locais. Desta forma, o contexto de transformação que atribui ao rural novos valores, que alicerçam esses espaços em bases não só econômicas, mas

também sociais, culturais e ambientais, não se apresenta com mesma intensidade em todos os espaços rurais, diferindo em intensidade e forma, ou mesmo inexistindo em alguns lugares. Nesta perspectiva Carneiro destaca que:

é importante considerar que o “campo” não está passando por um processo único de transformação em toda a sua extensão. Se as medidas modernizadoras sobre a agricultura foram moldadas no padrão de produção (e de vida) urbano-industrial, seus efeitos sobre a população local e a maneira como esta reage a tais injunções não são, de modo algum, uniformes, assim como tais medidas não atingem com a mesma intensidade e proporções as diferentes categorias de produtores. Nesse sentido não se pode falar de ruralidade em geral; ela se expressa de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos. (CARNEIRO, 1997, p.148).

Nessa perspectiva, Saraceno (1996) defende que a tradicional visão de ruralidade tem como uma de suas debilidades a visão setorial do rural, a qual estabelece critérios de análise simplificados, que não contemplam a diversidade dos espaços rurais, visto que, atualmente, é precário ver o rural como o meio das atividades primárias, pura e simplesmente, ou mesmo como o oposto ou resíduo dos espaços urbanos, devendo-se compreender o rural em sua heterogeneidade. Nesse sentido, para Saraceno (1996) “Há necessidade de repensar as tipologias de áreas não apenas sobre a base da diversificação interna das áreas, mas também sobre a base das ligações externas que as zonas rurais conseguem estabelecer.” Em concordância Pires ressalta que:

Levar em conta a multidimensionalidade significa, por assim dizer, considerar que o rural não é mais o lugar privilegiado das atividades agrícolas. Embora elas ainda sejam importantes, a sociedade rural não pode mais ser considerada como sinônimo de uma sociedade setorial. A idéia da multidimensionalidade envolve a relação entre setores agrários e não-agrários, o que implica uma mudança nas formas de análise e de políticas públicas que durante muito tempo foram desenvolvidas. (PIRES, 2004, p. 157).

A partir das transformações instauradas, as quais vêm sendo absorvidas gradualmente e que vêm constituindo uma “nova ruralidade”, apresenta-se o contexto de inserção do turismo no espaço rural. A atividade emergiu como uma

estratégia para proprietários rurais que não conseguiram se inserir no contexto da modernização do campo, e como um cenário turístico alternativo frente a uma demanda emergente por um turismo que se diferencie do turismo tradicional de sol e praia, ancorado no modelo turístico fordista. Contudo, em concordância com a observação de Castrogiovanni, cabe ressaltar que:

Durante muito tempo, no entanto, o turismo existia a partir de um caráter economicista. Parecia ser a salvação para todas as economias em processo de estagnação. Esse caráter economicista com que o turismo já foi interpretado tende a assumir, ainda em muitas situações, o desejo pela oferta do turismo rural. A ele é atribuída à salvação do campo, em muitas situações. Não podemos negar que o turismo rural pode ser mais uma das possibilidades do campo, mas não admissível vê-lo como a tábua de salvação, numa ótica apenas econômica. É preciso profissionalizar, inclusive, o turismo rural. (CASTROGIOVANNI, 2009, p.61).

Considerando a complexidade apresentada pela atividade turística, visto a diversidade de elementos que o caracterizam, as novas relações que estabelece e as transformações que derivam da tomada de determinado espaço pela prática do turismo. A participação dos atores locais emerge como elemento fundamental da gestão e planejamento da atividade. Para Mielke (2009, p. 103-104), as organizações sociais direcionadas para o desenvolvimento da atividade turística devem atuar como um “elo entre as partes diretamente interessadas nos benefícios que o turismo traz.”

Para tanto, na seção posterior será apresentado o associativismo, foco desse estudo dentro da temática do turismo no espaço rural, ressaltando o contexto de emergência de ações coletivas e o associativismo, observando sua importância e características.

4.3 ASSOCIATIVISMOS COMO FORMA DE GESTÃO TURÍSTICA

No contexto das mutações sociais, em que perpassamos por um processo de rompimento com diversos elementos do paradigma da modernidade, tendo em

contraponto o paradigma pós-moderno, as transformações decorrem em diversos setores da sociedade e, assim como afetam o setor econômico, cultural e ambiental, introduzindo várias mudanças nas concepções de desenvolvimento, as quais vêm penetrando na atividade turística, também perpassam a esfera política, tendo dentre as transformações, a elevação de uma sociedade participativa, em meio à revalorização do local e de novas necessidades e formas de se conceber a política e a própria democracia.

Entretanto, Santos (1995) enfatiza que para isso é necessária a renovação das configurações democráticas, em que a democracia representativa se articule com a democracia participativa, ou seja, são necessários “[...] critérios democráticos de participação política não confinem esta ao acto de votar.” (SANTOS, 1995, p. 270).

Para o autor, essa nova teoria democrática pós-moderna, significando um rompimento com a teoria democrática liberal, pressupõe novos exercícios de cidadania, a combinação de formas individuais com formas coletivas de cidadania, sendo constituída por obrigações políticas entre cidadão e Estado e entre cidadãos, conduzindo à valorização do princípio de comunidade e de igualdade (SANTOS, 1995).

Portanto, a prática associativa, enquanto ação coletiva, que pressupõe a cooperação entre cidadãos e que favorece a articulação dos cidadãos com o Estado, afirma-se como uma contribuinte para a formação de outra democracia, mais justa, que atenda as reais necessidades dos cidadãos.

Para Scherer-Warren (1998), há uma profunda diferença da análise de ações sociais a partir do pensamento pós-moderno comparado a outras abordagens clássicas, como pode ser observado no Quadro 1. Para a autora,

Trata-se de introduzir na análise de processos políticos concretos a idéia de complexidade e de diversidade de sujeitos e ações sociais. [...]. Proponho-me a mapear e comparar alguns dos pressupostos subjacentes em ambas as visões (estruturalista e culturalista), a fim de encaminhar uma reflexão acerca de seus alcances e limites. O quadro a seguir servirá como guia aos meus comentários. (SCHERER-WARREN, 1998, p. 221).

Quadro1 - Quadro de referência aos estudos dos Movimentos Sociais Rurais

Categorias e Dimensões Analíticas	Visões	
	Estruturalista	Culturalista
Lógica para explicação das ações coletivas	Lógica dos condicionantes	Lógica da mobilização
Raízes da ação política	Macrofundamentos econômicos	Microfundamentos Socioculturais
Definições dos sujeitos coletivos	Relações classistas genéricas	Relações específicas e contingentes
Temporalidades das ações	Processos históricos de longa duração	Processos sociais de duração mais curta
Espacialidade das ações	Territorialidade abrangente com unidades globalizadas	Territorialidades mais localizadas com conexões local-global
Utopia emancipatória	Transformações revolucionárias	Transformações pela resistência democrática

Fonte: Adaptado de Scherer-Warren (1998, p.222).

Em meio às explicações sobre os aspectos que diferenciam as análises sobre ações coletivas, Scherer-Warren (1998) destaca que a análise estruturalista fundamenta-se numa lógica amparada por determinantes econômicos e estruturais. Portanto, essa vertente busca a explicação para a formação de grupos de ações coletivas no meio rural, na estrutura fundiária e no processo produtivo. Deste modo, para os estruturalistas os sujeitos estão inclusos em categorias como categorias e proletários, o que denota a análise no âmbito classista.

No que concerne às dimensões espaciais e temporais, os estruturalistas analisam ambas de forma mais aberta. Ou seja, “Trata-se de examinar os movimentos sociais em função de processos históricos feudais, capitalistas ou neoliberais, através de suas configurações continentais, nacionais, regionais e locais [...]” (SCHERER-WARREN, 1998, p. 223). Desta forma, para os estruturalistas, as ações coletivas têm como objetivo gerar “transformações sistêmicas

revolucionárias”, as quais abarquem transformações históricas de longa duração, tais como os processos históricos que os fundamentam.

Em contraponto, a análise culturalista, amparada pela pós-modernidade, é alicerçada pela lógica da mobilização coletiva, enquanto as raízes da formação desses grupos estão nas relações sociais cotidianas, ou seja, nas identificações sociais e culturais específicas. Assim, as raízes da ação política, pela ótica culturalista, estão assentadas em grupos particulares, aleatórios, podendo variar de acordo com a:

[...] práxis que se desenvolve no interior de cada movimento, seja étnica, de gênero, de classe, ou ainda mais particularizada, como, por exemplo, dos “atingidos pelas barragens”, das “quebradeiras de côco”, cuja autoidentidade pode ser construída em torno de critérios singulares, porém múltiplos [...] (SHERER-WARREN, 1998, p. 223).

As dimensões espacial e temporal são analisadas pelo viés culturalista, numa ótica menos abrangente, pois consideram ações locais e momentos específicos da conjuntura social. De acordo com Sherer-Warren os culturalistas as ações coletivas são:

[...] específicas e localizadas, buscando os significados mais abrangentes apenas nas articulações que estas, porventura, estabeleçam com outras organizações. Centra-se também em processos históricos de duração mais curta, tais como os relativos a conquistas cidadãs e a democratização no cotidiano. (SHERER-WARREN, 1998, p. 224).

Por fim, enquanto a utopia emancipatória dos estruturalistas está centrada em transformações revolucionárias, os culturalistas analisam as modificações originadas pelas ações coletivas no âmbito local e em momentos específicos, podendo ser exemplificadas através de conquistas cidadãs e a democratização no cotidiano. (Scherer-Warren, 1998). Contudo, a afirmação de Santos (1995) sobre a noção de localidade, instituída a partir da pós-modernidades, deve ser considerada. De acordo com o autor:

Isto significa que a totalidade abstracta das lógicas da racionalidade acabou por se fragmentar em miniracionalidades múltiplas que vivem à sombra de uma irracionalidade global e que, como tal, não são capazes de ver. Esta situação deve-nos precaver contra a tentação de caracterizar a pós-modernidade como cultura da fragmentação. A fragmentação maior e mais destrutiva foi-nos legada pela modernidade. A tarefa é agora a de, a partir dela, construir um arquipélago de racionalidades locais, nem mínimas nem máximas, mas tão só adequadas às necessidades locais, quer existentes quer potenciais, e na medida em que elas forem democraticamente formuladas pelas comunidades interpretativas. (SANTOS, 1995, p. 110).

Destarte, observamos no viés ancorado pela pós-modernidade, em que o local e o sujeito (indivíduo) se destacam no processo de análise, o viés pertinente à análise desse estudo, onde buscamos o entendimento das ações de grupos associativos, que buscam transformações no contexto local, em que as raízes de suas ações contemplam uma identidade em torno de aspectos singulares.

4.3.1 Associativismo

Nessa conjuntura, o associativismo apresenta-se como um instrumento estratégico, capaz de propiciar de forma organizada ações da sociedade civil, de forma a colaborar para a melhoria das condições de vida das pessoas envolvidas, bem como de suas comunidades.

Os alicerces de uma sociedade participativa se inscrevem dentro de um movimento de ampliação da democracia que vem ganhando novos matizes a partir da crescente instauração de organizações sociais, as quais vêm sendo revigoradas pelas mudanças paradigmáticas em curso. Corroborando Pateman ressalta que:

A existência de instituições representativas a nível nacional não basta para a democracia; pois o máximo de participação de todas as pessoas, a socialização ou 'treinamento social', precisa ocorrer em outras esferas, de modo que as atitudes e qualidades psicológicas possam se desenvolver. Esse desenvolvimento ocorre por meio do próprio processo de participação. A principal função da participação na teoria da democracia participativa é, portanto, educativa; educativa no mais amplo sentido da palavra, tanto no aspecto psicológico quanto no de aquisição de prática de habilidades e procedimentos democráticos. Por isso, não há nenhum problema quanto à

estabilidade de um sistema participativo; ele se auto-sustenta por meio do impacto educativo do processo participativo. A participação promove e desenvolve as próprias qualidades que lhe são necessárias; quanto mais os indivíduos participam, melhor capacitados se tornam para fazê-lo. (PATEMAN, 1992, p.60-61).

O sistema turístico vem gradativamente incorporando formas de gestão e planejamento da atividade que emergem de organizações civis, oriundas das comunidades receptoras da atividade. Nesse contexto, as práticas associativas têm surgido como meio de promover a consolidação da gestão da atividade com bases locais.

Formas de gestão participativa que incitem a atuação da sociedade civil nos processos de tomada de decisão por meio de organizações vêm sendo destacado entre as políticas públicas de turismo no plano nacional. O Ministério do Turismo destaca que:

[...] o desafio de conceber um novo modelo de gestão pública, descentralizada e participativa, de modo a gerar divisas para o País, criar empregos, contribuir para a redução das desigualdades regionais e possibilitar a inclusão dos mais variados agentes sociais. (BRASIL, 2007, p. 42).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário ao estabelecer um programa de apoio ao turismo rural na agricultura familiar, incita que a gestão da atividade deve ser praticada por meio de organizações comunitárias ao estabelecer como um dos princípios básicos do programa “1. A prática do associativismo [...]” (BRASIL, 2003, p.12).

As associações se caracterizam como organizações que preconizam a formação de grupos sociais que tenham objetivos comuns. Esses grupos sociais, instituídos por meio do associativismo, podem se estabelecer enquanto grupos formais ou informais. Sendo o grupo formal de interesse no contexto dessa pesquisa, “sistematicamente constituído para desempenhar determinadas funções e operar em conformidade com certas regras de procedimentos previamente estabelecidas por regimentos, estatutos, etc. De modo geral, os grupos formais, são

chamados de organizações.” (ALENCAR, 2001, p. 7). Em complemento destaca-se Barros:

A organização formal dos produtores corresponde à uma estrutura sócio-profissional e voluntariosa. Ninguém torna-se membro da associação por essência ou por nascimento como no caso do sítio ou da comunidade, mas por escolha livre e voluntária e através de uma relação contratual (pagamento da cota). (BARROS, 1999, p. 5).

Nesse sentido, Alencar (2001, p.8) destaca que “[...] como as associações são grupos sociais, o associativismo também pode ser de natureza informal ou formal”. Considerando-se, ainda, que esses grupos também podem se constituir de acordo com a localidade ou o interesse, ou seja, os grupos de localidade são aqueles que estabelecem relações e têm interesses por estarem num mesmo lugar, enquanto os grupos de interesse são formados por possuírem objetivos comuns.

Tocqueville (1987), com base na realidade dos Estados Unidos da América, destaca a importância do associativismo como forma de manutenção da democracia, e como meio de afastamento do individualismo presente na sociedade. Corroborando, Putnam enfatiza que:

[...] as associações civis contribuem para a eficácia e a estabilidade do governo democrático, não só por causa de seus efeitos “internos” sobre o indivíduo, mas também por causa de seus efeitos “externos” sobre a sociedade. No âmbito interno, as associações inculcam em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público [...]. A participação em organizações cívicas desenvolve o espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum para com os empreendimentos coletivos. Além disso, quando os indivíduos pertencem a grupos heterogêneos com diferentes tipos de objetivos e membros, suas atitudes se tornam mais moderadas em virtude da interação grupal e das múltiplas pressões. Tais efeitos, é bom que se diga, não pressupõem que o objetivo manifesto da associação seja político. Fazer parte de uma sociedade orfeônica ou de um clube de ornitólogos pode desenvolver a autodisciplina e o espírito de colaboração. (PUTNAM, 2005, p. 103-104).

Observamos, portanto, o associativismo enquanto grupo social e de cooperação que pode contribuir para a formação de uma democracia mais eficaz, que conduza a uma sociedade mais justa. Para tanto, o associativismo tem como base de consolidação a participação cidadã, a qual será explanada no item que segue.

4.3.2 Participação

Considerando as diversas concepções de desenvolvimento a que o rural vem sendo atrelado, é recorrente que a participação dos atores locais, que criam novos espaços e instrumentos de participação que possibilitem a gestão de base local, é agente imprescindível para o incremento do desenvolvimento. Conforme destaca Lima:

A crescente participação da sociedade civil e a importância que tem adquirido, o envolvimento de suas entidades na promoção de um desenvolvimento social mais justo, garantem, por sua vez, o direito à responsabilidade e co-participação dos cidadãos, à valorização da participação social, à descentralização administrativa, gerando um diálogo (equilíbrio) entre o Estado e a sociedade civil. (LIMA, 2003, p.15).

Dessa forma, a participação social, como forma de expressar demandas e defender interesses comuns, seja de cunho econômico, político ou social, pode direcionar-se a ação política e social coletiva, atuando como agente dinamizador do desenvolvimento (BORDENAVE, 1994; LIMA, 2003).

Conforme enfatiza Bordenave (1994), existem diversas formas de participação, as quais podem ser diferenciadas por níveis, os quais têm como elementos chaves para diferenciá-los o grau de controle dos membros sobre as decisões e a importância das decisões das quais estes podem participar. Na figura 5, a seguir, observa-se as diversas formas de participação conforme o grau de intervenção dos membros e dirigentes.

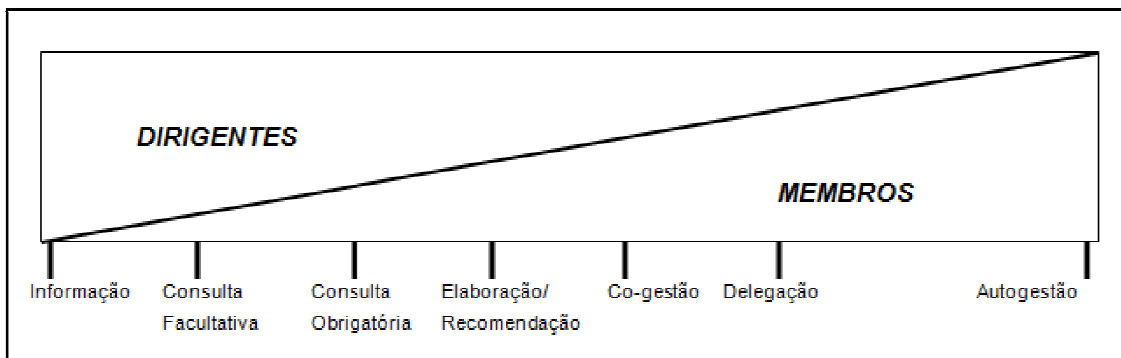


Figura 6 - Formas de participação.
Fonte: Bordenave (1994).

Dentre as diversas formas de participação, visualiza-se na Figura 5 que a que possui menor grau de participação é a participação por meio da informação, na qual os membros da organização são apenas informados pelos dirigentes sobre decisões já tomadas, não havendo nenhuma forma de intervenção dos membros nas decisões. Já a forma de participação denominada como Autogestão aparece como o nível mais alto de participação, visto que, nesta “o grupo determina seus objetivos, escolhe seus meios e estabelece os controles pertinentes, sem referência a uma autoridade externa. Na autogestão desaparece a diferença entre administradores e administrados, visto que nela ocorre a auto-administração.” (BORDENAVE, 1994, p. 32-33).

A autogestão surge como a forma mais elevada de participação, que interessa para o transcorrer dessa pesquisa. Cabe salientar que essa forma participação precisa ocorrer de forma organizada, estando os atores preparados para gestar seus interesses e conduzirem suas próprias demandas. Para Pedro Demo:

Organizar-se para conquistar seu espaço, para gerir seu próprio destino, para ter vez e voz, é o abecê da participação. Aí a negociação surge, não como boa vontade ou concessão, mas como necessidade de sobrevivência. Somente então haverá “vantagens comparativas”, ou cooperação horizontal, não ajudas, favores, tutelas. (DEMO, 1988, p.26).

Dentre as diversas formas de organização, que privilegiam a participação nos diferentes aspectos ressaltados anteriormente e que se caracterizam pela autogestão, destacar-se-á a associação, forma de organização comunitária, foco deste estudo, a qual Ricciard e Lemos caracterizam da seguinte forma:

A expressão associativismo designa por um lado à prática social da criação e gestão das associações (organizações providas de autonomia e de órgãos de gestão democrática: assembléia geral, direção, conselho fiscal) e, por outro lado, a apologia ou defesa dessa prática de associação, enquanto processo não lucrativo de livre organização de pessoas (os sócios) para a obtenção de finalidades comuns. (RICCIARDI; LEMOS, 2000, p. 82).

Dentre outros aspectos relevantes sobre associações destaca-se ainda que: estas não possuem fins lucrativos; o objetivo de grupo deve ser mais importante que os objetivos individuais; todos os associados são responsáveis pela gestão e organização da mesma (RICCIARDI; LEMOS, 2000).

Ricciardi e Lemos (2000), ao focarem o discurso das associações no espaço rural, destacam-na como uma complexa organização que atua como instrumento de luta dos pequenos produtores, favorecendo a permanência do homem no campo e auxiliando na melhor reprodução econômica de seus sócios, sendo provida também de caráter social, desempenhando importantes e complexas funções.

Percebe-se, assim, que as organizações associativas são um produto social, pois refletem a articulação e o fortalecimento das relações entre atores locais em torno de objetivos comuns, onde estes poderão exercitar plenamente a cidadania como agentes sociais atuantes ao assumirem seus deveres e usarem do direito de participação e intervenção, como meio de resolver os próprios problemas e atingir os objetivos almejados. Para Mamede,

À medida que a população desenvolve a capacidade de diagnosticar os próprios problemas, aumenta a visibilidade social e com isso são introduzidas novas formas de sociabilidade e solidariedade, que permitem aflorar as necessidades e as aspirações da população local. (MAMEDE, 2003, p.25).

A seguir são apresentados alguns resultados de estudos que analisaram se associações vinculadas ao turismo vêm contribuindo, tanto para o incremento do turismo como para maior visibilidade social das comunidades envolvidas.

4.3.3 Alguns Estudos Sobre Turismo e Associativismo

Observa-se que na prática as associações vêm se destacando enquanto forma de organização dos atores locais para a gestão da atividade turística nos espaços rurais. Para Szmulewicz et al, o associativismo no setor turístico apresenta as seguintes vantagens:

Permite alcanzar una escala de producción suficiente para llegar a los mercados. Aprovechar los beneficios de colaborar en el proceso de adquisiciones. Solucionar problemas públicos (recolección de basuras, arreglo de caminos, acceso a luz eléctrica, medios de comunicación, transporte público, etc.). Permite crear y fortalece lazos de solidaridad entre los miembros de las comunidades rurales y, de esta forma, enfrentar unidos las dificultades económicas, humanas y sociales. Acceder con mayor facilidad a las ayudas estatales para capacitación, asistencia técnica en aspectos legales, contables entre otros. La mayoría de los aportes o apoyos provienen del Estado y de instituciones no gubernamentales que favorecen y se orientan a las organizaciones. Hacer un frente común para obtener el mejoramiento de la infraestructura, el acceso a servicios básicos, el desarrollo de cierta normativa ad-hoc, en general, efectuar planteamientos conjuntos frente a las autoridades y a los organismos públicos. (SZMULEWICZ et al, 2002).

Szmulewicz et al (2002), ao descrever seu estudo sobre quatro associações de turismo rural do Sul do Chile, em que objetivou investigar a evolução das habilidades associativas dos integrantes a partir da análise da evolução de aspectos como estabilidade dos membros nas redes, grau de participação, clima organizacional, trabalho em equipe, participação de outras organizações, etc., relatou em suas conclusões alguns aspectos positivos, tais como: participantes ativos; bom clima organizacional favorecido pela existência de vínculos familiares,

que também contribuem para o melhor funcionamento da organização; obtenção de sede própria para a realização de reuniões e prestação de serviços de maneira coletiva. Outros aspectos relatados são o baixo nível comunicacional atrelado ao nível educacional e meios de comunicação, o que afeta a participação em atividades de capacitação e processos de tomada de decisão; o baixo nível de coesão; a dificuldade de trabalho em equipe, observado a partir de deficiências nos planos de trabalho, nas distribuições de função, na tomada de decisões e na falta de técnicas e procedimentos associativos.

Em um estudo mais abrangente sobre turismo no espaço rural, Gonçalves (2003) ao analisar o circuito Terras Altas da Mantiqueira, em Minas Gerais, relata a experiência não prospera da Associação Terras Altas da Mantiqueira. Segundo a autora alguns motivos que levaram ao insucesso da organização foram:

1. O **Planejamento**, apesar de ter apresentado elementos estratégicos, não enfatizou mecanismos efetivos de **participação** nos processos decisórios e na execução, diminuindo as chances de criar uma base de legitimidade para a entidade. 2. A **heterogeneidade** dos atores, recursos e serviços turísticos, não tendo sido adequadamente considerada no **planejamento**, influenciou negativamente a **participação, motivação e auto-responsabilização** (ownership) dos associados da Associação TAM, principalmente por parte dos pequenos empresários que não viram seus interesses representados na atuação da entidade. 3. O **planejamento** não encaminhou a operacionalização das estratégias sob um **gerenciamento** participativo. 4. A **motivação**, por parte dos associados também foi influenciada pela baixa eficácia do **apoio público**. Ao mesmo tempo, a falta do apoio estadual desmobilizou as prefeituras. 5. O **gerenciamento**, por ter sido centralizado, levou a uma queda de **motivação** por parte dos associados que não se sentiram representados, ao mesmo tempo em que não gerou resultados que justificassem o apoio. (GONÇALVES, 2003, p.149).

No mesmo estudo, Gonçalves (2003) relata, ainda, a resistência por parte da comunidade em participar de organizações comunitárias, evidenciando a partir dos relatos que os motivos para a não participação são: baixa valorização de questões coletivas, descrédito em relação a resultados, intrigas pessoais e entraves políticos.

Ao relatar sobre gestão participativa e turismo Gonçalves traz uma importante consideração sobre o papel do planejamento:

O planejamento é o instrumento central na gestão participativa porque permite a construção e a condução de um projeto ou uma estratégia coletiva. Através dele, promove-se, ao mesmo tempo, a participação, a reflexão crítica sobre a realidade, a concepção de objetivos comuns e as escolhas coletivas. (GONÇALVES, 2003, p. 37).

Observa-se que o associativismo desponta como meio de gestão da atividade turística no espaço rural em outros países e estados do Brasil. Em ambos os estudos, observamos casos em que a participação se constitui como um problema. No estudo realizado no Chile, embora o nível participativo seja satisfatório, o mesmo é prejudicado pela dificuldade de comunicação, o que implica na efetiva participação em atividades de capacitação e nos processos de tomada de decisão. Já no estudo realizado na Serra da Mantiqueira, em Minas Gerais, o problema da participação no grupo associativo estudado é originado pela resistência a entrada nessas organizações.

Posteriormente, apresentaremos os resultados da análise do associativismo como instrumento de gestão turística, elencados a partir dos objetivos traçados nessa dissertação, dentre os quais a participação também será analisada, conforme a ótica dos próprios integrantes dos grupos estudados.

5 TURISMO NO ESPAÇO RURAL E ASSOCIATIVISMO IN LOCO

Sendo o foco de análise desta pesquisa o associativismo, caracterizada como forma de organização da sociedade civil que apresenta abrangência centrada no local e tem nos indivíduos e suas motivações singulares sua base de ação, nossa análise incide sobre a ótica pós-moderna ou culturalista de análise das ações coletivas, apresentada por Scherer-Warren (1998), exposta anteriormente e retomada neste ponto para apresentar a relação entre a visão norteadora deste trabalho com o associativismo, exposta no quadro 2.

Quadro 2 - Relação da visão pós-moderna com o associativismo

Categorias e Dimensões Analíticas	Relação entre	
	Visão pós-moderna	Associações de Turismo
Lógica para explicação das ações coletivas	Lógica da mobilização	Mobilização associativa
Raízes da ação política	Microfundamentos Socioculturais	Dar suporte ao desenvolvimento da atividade turística.
Definições dos sujeitos coletivos	Relações específicas e contingentes	Empreendedores do turismo rural
Temporalidades das ações	Processos sociais de duração mais curta	Democratização das decisões sobre turismo a nível local
Espacialidade das ações	Territorialidades mais localizadas com conexões local-global	Espaço Rural dos municípios onde estão alocadas as associações estudadas
Utopia emancipatória	Transformações pela resistência democrática	Democratização das decisões relativas aos roteiros turísticos

Fonte - adaptado pela autora com base em Scherer-Warren (1998, p. 222).

5.1 CONHECENDO AS ASSOCIAÇÕES ESTUDADAS: DA FORMAÇÃO A COMPOSIÇÃO ATUAL

Essa subseção está direcionada a apresentação dos grupos associativos e roteiros turísticos estudados. Para tanto, aborda-se o surgimento dos mesmos, no contexto do desenvolvimento rural, estabelece-se o vínculo entre o surgimento das associações e dos roteiros e analisa-se a evolução da composição desses grupos.

5.1.1 O Roteiro Caminhos Rurais e a Associação Porto Alegre Rural

O turismo surgiu no espaço rural brasileiro em meados de 1980, no contexto da ascensão do turismo pós-fordista e começou a se expandir e fortalecer nos anos 1990 concomitantemente ao fortalecimento das novas ruralidades, as quais se alicerçaram na adesão dos agricultores a atividades não-agrícolas, atribuindo outras funções ao campo e na pluriatividade da família e na valorização do rural, enquanto lugar de produção, paisagem e cultura. Essas transformações que permearam o campo nos anos 80 e 90, hoje estão consolidadas e disseminadas no rural brasileiro. As mesmas são destacadas por Campanhola e Graziano da Silva (2004), os quais evidenciam, a partir de uma ampla pesquisa, que o meio rural foi tomado pela diversificação das atividades, das quais, muitas são caracterizadas como não-agrícolas, levando ao distanciamento da idéia de que o rural é o espaço da produção primária.

No ano de 1999, no contexto em que o turismo no espaço rural vinha se fortalecendo, algumas propriedades rurais da zona “rururbana” de Porto Alegre começaram a aderir à atividade turística por meio do incentivo de estudantes de turismo, que estimularam o recebimento de visitantes pelos proprietários. Essas atividades eram praticadas isoladamente em algumas propriedades que hoje compõem o roteiro turístico Caminhos Rurais, que foi lançado em 2005, e que surgiu via incentivo da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Sob a ótica de um dos integrantes da associação e do roteiro

[...] o turismo rural em Porto Alegre tem porque as propriedades começaram há muitos anos atrás né. A prefeitura simplesmente juntou uma coisa que já acontecia e botou o logotipo, claro teve seus méritos, isso já acontecia desde a gestão anterior, sabia que existia coisa e tal. Ai chegou uma pessoa com vontade política e em seis meses botou o negócio pra funcionar. (EMPREENDEDOR 10A¹³, Pesquisa de Campo, 2011).

O roteiro está distribuído por diversos bairros da Macrozona “Rururbana” de Porto Alegre, sendo constituído, atualmente, por trinta e dois empreendimentos, que compreendem uma diversidade de tipos de turismo no espaço rural, os quais são distinguidos em cinco tipos turísticos, que são: ecoturismo, turismo rural, turismo cultural, turismo de estudos e intercâmbios e turismo de negócios e eventos; além de serviços e equipamentos que também constituem o roteiro. Deve-se destacar que esses tipos turísticos não são excludentes, mas complementares.

O turismo praticado no roteiro Caminhos Rurais apresenta similitude com o conceito apoiado e indicado anteriormente, sendo caracterizado pelo vínculo com os modos de vida do campo, e, principalmente, pela utilização da produção agrícola como atrativo turístico. De acordo com a COODESTUR (2010), o turismo rural no roteiro é dividido em três temáticas que são: o turismo agroecológico, o turismo de flores e plantas ornamentais e o turismo eqüestre. O ecoturismo, outro tipo de turismo que vem sendo muito praticado nos espaços rurais, é propiciado pela presença de recursos naturais ainda conservados, os quais conformam grandes áreas naturais. O ecoturismo é praticado no roteiro a partir de caminhadas, trilhas e atividades de observação. O turismo de estudos e intercâmbio, caracterizado por práticas pedagógicas direcionadas à aprendizagem, tanto para estudantes do ensino fundamental e médio, quanto para estudantes universitários, é praticado, em sua maioria, por propriedades voltadas à produção agroecológica e a conservação da natureza e paisagem local. As tematizações apresentadas para o roteiro a partir desse tipo turístico são: Vivência/Pedagógico e Turismo Científico. Já o turismo cultural praticado no Caminho Rurais, caracterizado pelas temáticas do enoturismo, turismo religioso e turismo esotérico, apresenta-se em menor proporção, mas

¹³ Para fins de organização e não exposição dos entrevistados, citados nesta seção do trabalho, os mesmos serão identificados por números e letras, sendo o número o indicativo de ordem de entrevista na associação e a letra o indicativo da associação, sendo a letra “A” relativa à Associação Porto Alegre Rural e a letra “B” a Associação Caminho dos Pomeranos.

caracteriza a diversidade do roteiro. Outro tipo de turismo que é evidenciado no roteiro é o de Negócio e Eventos, o qual é caracterizado pelo recebimento de grupos com interesses profissionais ou sociais e que buscam esses espaços para realizar reuniões, confraternizações, retiros, etc. Por fim, destaca-se que o roteiro é composto por outros empreendimentos que são caracterizados como serviços e equipamentos, os quais aparecem em apoio aos atrativos e oferecem serviços de alimentação, hospedagem e pontos de venda.

Dos trinta e dois empreendimentos que formam o roteiro turístico, vinte e dois tem seus proprietários como integrantes da Associação Porto Alegre Rural, a qual atua como forma de gestão do roteiro. A Associação Porto Alegre Rural, constitui-se em uma organização de proprietários rurais formal, a qual surgiu com o propósito específico de fazer a gestão e o planejamento do roteiro turístico Caminhos Rurais, por meio de ações dos atores envolvidos com o mesmo. Sua criação se deu no ano de 2006, por incentivo da Prefeitura Municipal, e tendo como sócios fundadores os participantes do roteiro turístico no momento de sua instituição.

Relembrando Alencar (2001), destacamos essa associação enquanto um grupo de interesse que tem por objetivo o incremento do turismo rural, como grupo formal constituído a partir do associativismo e por integrantes do Roteiro Caminhos Rurais, o qual forma a associação em questão, conforme pode ser observado na Figura 6.



Figura 7 - Formação da Associação Porto Alegre Rural.
Fonte: Elaborada pela autora (2011).

A Associação Porto Alegre Rural é regida por um estatuto (anexo A), o qual explicita como objetivo primordial da associação:

Art. 3º - É objetivo principal da Associação: promover a integração entre os espaços rural e urbano, através da troca de experiências, ao possibilitar o convívio dos visitantes com os empreendedores de turismo rural, promovendo o desenvolvimento sustentável das atividades turísticas rurais e dos atrativos da região, em harmonia entre a comunidade rural e o meio ambiente [...]. (ASSOCIAÇÃO PORTO ALEGRE RURAL, 2006, p. 1).

Observa-se assim, que a associação deve promover ações que contribuam para o incremento do turismo e para que essa atividade atue como promotora do desenvolvimento, visto que se propõe a auxiliar no incremento do desenvolvimento sustentável, e na integração entre campo e cidade, tendo como balizadora de suas ações a concepção do desenvolvimento sustentável.

A associação é voltada e constituída por atores sociais que também integram o roteiro turístico. Contudo, nem todo integrante do roteiro Caminhos Rurais é obrigado a fazer parte da associação. De acordo com o estatuto, “A ‘Associação Porto Alegre Rural’- POA Rural é constituída por número ilimitado de associados, mediante preenchimento e assinatura de Ficha de Inscrição, que compartilhem os objetivos e princípios da Associação.” (ASSOCIAÇÃO PORTO ALEGRE RURAL, 2006, p. 2)

A associação é administrada por uma diretoria executiva composta por presidente, vice-presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro, os quais devem permanecer no cargo por dois anos. Assim sendo, a associação está sendo gestada, atualmente, pela terceira diretoria. Sendo que se percebe que há pouca renovação no quadro, no que concerne aos atores que se dispõe compor a diretoria.

5.1.2 O Roteiro Caminho Pomerano e a Associação Caminho dos Pomeranos

No início deste século, o turismo no espaço rural já se apresentava em tempos de consolidação em muitos lugares do Brasil, bem como vivenciava um processo de expansão, ao ser incorporado por outros espaços rurais, nas diversas regiões do país. A consolidação é evidenciada, a partir de roteiros e propriedades que já conduziam a atividade há algum tempo e, também, a partir de políticas públicas que passaram a focar o turismo rural como instrumento de desenvolvimento de comunidades rurais. De acordo com Tulik (2003), as primeiras iniciativas de turismo no espaço rural no Brasil surgiram em fazendas de Lages (SC) e se expandiram de forma difusa, irregular e pontual por outros estados brasileiros, impulsionadas pelo sucesso das iniciativas precursoras.

Foi nesse contexto de consolidação e expansão da atividade, que o roteiro turístico Caminho Pomerano surgiu, tendo sido fundado em 2006, a partir da ideação e do incentivo de agentes públicos municipal que vislumbraram a constituição do mesmo como meio de valorização da zona rural local e da cultura Pomerana. Estabelecido em diversas comunidades rurais do município de São Lourenço do Sul (RS), o roteiro incorpora, atualmente, seis propriedades rurais que podem ser caracterizadas a partir de diferentes tipos turísticos, dentre os quais se observam o turismo rural e cultural.

O turismo rural é evidenciado pela utilização da produção como recurso turístico, propiciando aos visitantes a vivência das atividades agrícolas praticadas no dia a dia dos agricultores. O turismo cultural é evidenciado pela apresentação de aspectos da cultura Pomerana, dentre os quais destacamos a gastronomia.

Dos seis empreendedores rurais que compõem o roteiro, todos participam da Associação Caminho dos Pomeranos, visto que a participação no roteiro tem como um de seus condicionantes a participação junto à organização Caminho dos Pomeranos. Cabe ressaltar que além dos empreendedores do turismo também compõem a associação as agências turísticas que promovem o roteiro.

Observa-se, assim, que a associação não é restrita a proprietários rurais, estando aberta a participação de todos aqueles que tiverem interesse em colaborar com os objetivos propostos pela organização. Configurando uma associação composta por uma diversidade de atores que, na sua maioria, residem e trabalham

no espaço rural do município. Hoje a associação conta com cinquenta e seis associados, dos quais sete estão intimamente vinculados ao desenvolvimento da atividade turística a partir do desenvolvimento do roteiro Caminho Pomerano.

Remontando Alencar (2001), destacamos essa associação, enquanto um grupo de interesse que tem por objetivo comum o desenvolvimento comunitário, no qual o turismo no espaço rural entra como estratégia, podendo ser caracterizada, ainda, como grupo formal constituído a partir do associativismo e composto pelos integrantes do Roteiro Caminhos Rurais, o qual forma a associação em questão, conforme pode ser observado na figura 7.

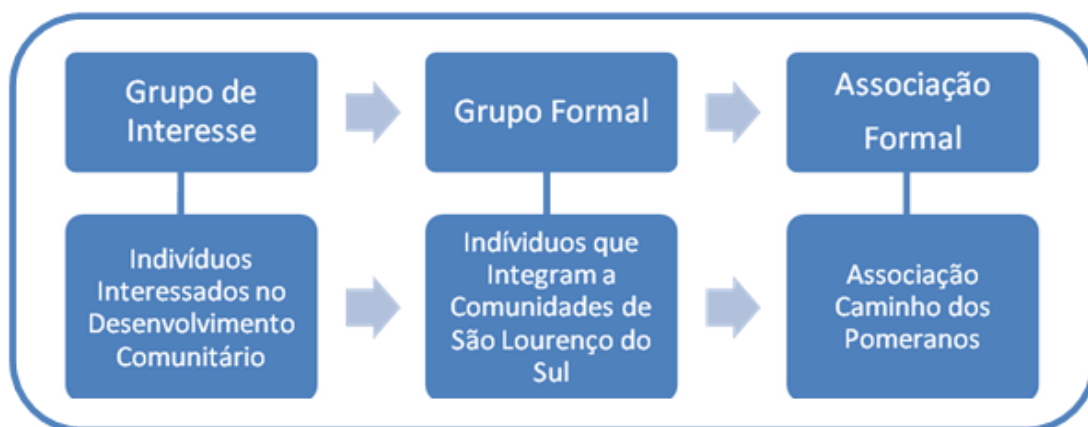


Figura 8 - Formação da Associação Caminho dos Pomeranos.
Fonte: Elaborada pela autora (2011).

A associação, criada no ano de 2005, pelo incentivo do poder público, denota objetivos abrangentes, visto que procura gerar benefícios em torno do desenvolvimento sustentável, considerando as esferas social, econômica, com especial ênfase aos aspectos culturais, pois se propõe a desenvolver ações que favoreçam a conservação do patrimônio histórico, arquitetônico, paisagístico e os saberes da comunidade local.

A Associação Caminho dos Pomeranos possui um estatuto (anexo B), o qual destaca como principal objetivo da associação:

Art. 5º - É objetivo da Associação Caminho dos Pomeranos a viabilização e o fortalecimento das pessoas físicas e jurídicas que compõe seu quadro de associados, bem como, proporcionar a obtenção e o desenvolvimento de atividades educativas, artísticas, culturais, bem como, a criação de alternativas de Turismo Sustentável. (ASSOCIAÇÃO CAMINHO DOS POMERANOS, 2005, p.1).

Observa-se assim, que a presente organização tem seu foco de ação voltado para o desenvolvimento como um todo, aparecendo o turismo como um dos instrumentos utilizados pela associação, a fim de contribuir para o incremento do desenvolvimento local. Por isso, a associação não impõe restrições à adesão de associados.

No que concerne à administração da associação, o estatuto estabelece que essa tem sua gestão composta por quatro instrumentos, os quais são: assembléia geral as quais podem ser compostas por todos os associados em dia com as mensalidades; diretoria executiva, presidente, vice-presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro, à qual compete administrar e gerir os interesses da associação; conselho deliberativo composto por seis membros titulares e 3 suplentes, os quais têm a função de julgar, como instância final; e o conselho fiscal composto por três membros efetivos e outros três suplentes, tendo como função apreciar e fiscalizar os atos contábeis da associação.

5.2 DA CONSCIÊNCIA À PRÁTICA ASSOCIATIVA: AS VISÕES SOBRE AS FUNÇÕES E AS AÇÕES DA ASSOCIAÇÃO JUNTO A ATIVIDADE TURÍSTICA

Os espaços rurais, até há pouco tempo, intimamente vinculados com as práticas estritamente agrícolas, tinham, da mesma forma, nas associações de proprietários rurais o objetivo de melhorar, além dos aspectos comunitários, as formas, os meios, e a comercialização dos produtos agropecuários. Alencar (2001) atribui o aumento do associativismo rural formalizado à necessidade de aumento dos ganhos de escala da produção, bem como à compra e à venda de produtos, devendo, ainda, favorecer o acesso a programas governamentais, o que pode ser beneficiado pelo associativismo.

Contudo, o rural atual, com um campo de atuação mais abrangente o qual transcende as funções tradicionais de produção de bens primários, tem agregado em seus espaços atividades secundárias, de transformação e, ainda, atividades do setor terciário, de prestação de serviços, passa também a agregar associações que compreendem a melhoria e fortalecimento dessas, não mais novas, mas consolidadas atividades do campo.

Deparamo-nos, de acordo com esse contexto, com a expansão de associações rurais que têm como objetivo o fortalecimento do turismo no espaço rural, as quais não apresentam as funções expressas por Alencar (2001). Isso porque essas associações rurais, que não excluem, necessariamente, a produção de matéria-prima de seus objetivos, estão direcionadas ou incorporam as suas metas o fortalecimento de outras atividades, as quais denotam um rural mais abrangente e dinâmico, que transcende a produção, e concomitantemente torna as associações rurais mais abrangentes, passando a transcender antigas funções. De acordo com Mielke (2009), que analisa o turismo concebido a partir das comunidades receptoras, o associativismo vinculado à atividade turística visa ao fortalecimento da mesma a partir da promoção coletiva do produto turístico, atuando como elo em que convergem os diferentes elementos da cadeia turística, devendo assim ser indutoras das relações entre os elementos internos e externos à comunidade.

Para tanto, esses grupos sociais, formalizados como associações, vêm emergindo enquanto meio de gestão coletiva da atividade turística, ou seja, um meio pelo qual muitos roteiros turísticos rurais vêm sendo administrados, a partir do comprometimento dos atores locais que formam os roteiros. Assim, a gestão associativa, enquanto manifestação da sociedade civil organizada, a qual atua em torno de objetivos comuns, deve trazer benefícios para os atores sociais envolvidos e para suas comunidades. Considera-se, para tanto, que a gestão do turismo no espaço rural, por meio do associativismo, deve projetar funções que conduzam a otimização do funcionamento da atividade, satisfazer os interesses de seus colaboradores e das necessidades sociais como um todo, bem como, contribuir para a estruturação de um planejamento que esteja voltado para o uso adequado dos recursos turísticos locais, eliminar intermediários que possam estar impondo normas ou idéias para o desenvolvimento da atividade, levar recursos advindos da prática turística para fora das comunidades. Tais ações podem ser concebidas no intuito de

contribuir para o desenvolvimento rural das comunidades atingidas, visto que o turismo no espaço rural emerge com o propósito de dinamizar e incrementar comunidades rurais.

Considerando que todo grupo social concerne a diferentes atores sociais, com diferentes histórias e visões, por conseguinte a forma como se entende o papel e as ações das associações varia dentre os indivíduos que formam os grupos sociais estudados. Corroborando, Alencar (2001) destaca que as sociedades são heterogêneas, comportando diferentes interesses, distintas visões de mundo, problemáticas diferenciadas, diferentes possibilidades de acesso a recursos como educação, financiamento, etc.

5.2.1 Da Noção Associativa

Os integrantes do roteiro Caminhos Rurais apresentaram uma diversidade de visões sobre qual é o papel da associação, variando entre opiniões que demonstram uma consciência associativa, tendo em mente o papel da associação enquanto espaço de convivência, trocas, ajuda mútua, a partir do qual devem ser construídas ações em torno de objetivos comuns, como pode ser denotado na fala a seguir:

A associação é muito importante porque ela reúne um grupo de pessoas, aí podem debater, juntar experiências para solicitar algumas coisas junto aos órgãos, governo estado, município né, no caso. Então a união faz a força, porque não adianta um puxar pra um lado, outro pra outro, o individualismo não existe, tem que ser associativismo, eu penso assim, a coisa tem que funcionar dessa maneira, em cooperativa, associativismo. (EMPREENDEDOR 5A, Pesquisa de Campo, 2011).

Outra visão manifestada na fala dos associados é a que evidencia como funções da organização a busca por melhorias de infraestrutura para as propriedades, desconsiderando questões mais abrangentes, que abarquem melhorias para além das propriedades e para o roteiro como um todo.

Por fim, há, ainda, aqueles que têm dificuldade de perceber quais as funções que a associação deve exercer e atribuem como papel da organização os benefícios

que esta gerou a partir de suas ações, como pode ser percebido na fala de um dos associados: “O que trouxe até hoje né, várias melhorias, várias coisas, contrato que a gente fez com a Coodestur, tudo né, através da associação né. Coisa que a gente conseguiu graças à associação. As placas que a gente conseguiu. Nada foi dado né.” (EMPREENDEDOR 6A, Pesquisa de Campo, 2011).

Já os atores sociais que constituem a Associação Caminho dos Pomeranos apresentaram uma visão mais restrita sobre o que eles entendem como papel da associação junto à atividade turística rural, sendo que, para dois integrantes a organização tem a função de divulgadora do turismo, não entendendo que essa deva atuar como uma gestora sobre aspectos econômicos, sociais ou de planejamento turístico. Para outros dois membros, a associação tem o papel de unir e organizar os associados em torno de objetivos comuns, porém estes não sabem destacar quais ações a organização deve cumprir para efetivar este papel. Para um dos integrantes, a função da associação é auxiliar na legalização dos produtos e do turismo rural. Corroborando, enfatizamos a fala do associado (EMPREENDEDOR 5B, Pesquisa de Campo, 2011), o qual destacou que “a associação vem pra legaliza, pra facilita, porque sozinho a gente não consegue.”

À luz das visões apresentadas pelos atores sociais que compõem as associações em análise percebe-se a disparidade de pontos de vista. Dentre os associados da Porto Alegre Rural destaca-se uma diversidade que compreende desde a consciência associativa até a falta de noção das funções que podem ser desempenhadas por uma organização desse tipo, enquanto os componentes da Associação Caminho dos Pomeranos apresentam regularidade e certa restrição nas visões que concernem às funções que podem ser exercidas pela associação. Poderá se perceber, em parte, a implicação dessas visões na análise posterior, a qual diz respeito à visão que os associados apresentam sobre a prática associativa, suas funções e gestão.

5.2.2 Da Prática Associativa: Visões sobre Ações e Gestão e sua Importância para o Desenvolvimento do Turismo

Apresenta-se, nesta seção, a visão dos integrantes das associações sobre a atuação de suas respectivas organizações, ou seja, depois de ter-se explorado a visão associativa dos integrantes dos grupos, apresenta-se a visão que esses têm sobre as associações na prática, a partir da análise de suas funções e gestão. Assim, apresentamos, também, uma breve análise sobre as funções e gestões desempenhadas nessas organizações, a partir da análise documental das atas das reuniões, nas quais se podem compreender as atividades desenvolvidas pelas associações numa perspectiva temporal. Entretanto, cabe ressaltar que essas atas não vêm sendo redigidas, em ambas as associações, nos últimos anos.

Para os empreendedores que compõem a Associação Porto Alegre Rural é unânime a opinião de que o associativismo é um bom meio para a promoção da gestão do roteiro turístico, sendo que a associação vem dando conta do papel que cabe a ela, embora possa melhorar. Dentre os aspectos favorecidos pela ação associativa, o mais citado pelos associados é a qualificação propiciada pelas capacitações que os integrantes do roteiro passaram a receber, as quais visam à melhoria da prestação de serviço por parte dos proprietários rurais. Outro aspecto importante que a organização vem desempenhando, e que é destacada por quase todos os entrevistados, é a união entre os integrantes do roteiro, o que só é possível por meio dessas formas de gestão que contemplam a ação coletiva. As outras funções desempenhadas a partir da prática associativa e que foram ressaltadas pelos associados foram a captação de recursos a partir do acesso a políticas públicas e, também, as melhorias de infra-estrutura. A fala de um dos associados mostra a percepção da importância da ação coletiva da organização associativa para se atingir determinadas conquistas:

A seleção dos projetos, se nós não tivesse organizado ia ser bem complicado assim. Apesar de, da associação não tá ainda, não tá usando completamente da ferramenta que é assim, ela é, ela representa a sociedade civil organizada né. Apesar de eu achar que tem que avançar muito ainda e tá avançando. E, é um diferencial assim, é muito fácil organizar um projeto, seria inviável se não tivesse um coletivo de

associados né, seria bem mais complicado. Tendo a associação é um diferencial pra participar de um projeto. Eu acho que a associação também mobilizou, inclusive, diversos produtores, que, acho que a mobilização dos produtores agroecológicos foi legal assim. (EMPREENDEDOR 6A, Pesquisa de Campo, 2011).

Um aspecto importante sobre a prática associativa e sobre o qual os entrevistados foram questionados é o papel desempenhado pelos agentes externos que mantêm relação com a associação e que buscam contribuir para o aprimoramento das ações associativas e do roteiro. Sobre este aspecto todos associados ressaltaram a atuação de três agentes externos que são: o poder municipal a partir de representantes da Secretaria Municipal de Turismo (SMTUR), a Cooperativa de Turismo (COODESTUR¹⁴) e as agências de turismo.

No que concerne à atuação do poder público, os associados apresentam uma diversidade de olhares, havendo uma divisão de opiniões, pois para 4 membros a prefeitura desempenha um papel importante, ao ter um representante atuando continuamente junto aos associados. Contudo, para os outros 7 associados entrevistados o poder municipal poderia ser melhor, visto que esse agente externo atua apenas com a liberação de recurso humano. “A prefeitura é um órgão público, né! Eu acho que poderia fazer mais.” (EMPREENDEDOR 2A, Pesquisa de Campo, 2011). De acordo com outro associado:

É baixíssimo o investimento público nos Caminhos Rurais, até do Governo Federal foi que a gente recebeu esses projetos, mas da cidade de Porto Alegre é baixíssimo, pra gente receber as placas que foi uma coisa de 180 mil, coisa assim, só um lado recebeu, que era pra toda cidade ter recebido, só a parte do Lami recebeu, e esse pessoal do lado de cá, a minha parte, o pessoal que acessa pela Lomba ou pela Restinga não tem sinalização nenhuma, eles só sinalizaram pela orla e pela Oscar Pereira. Então nem a parte da sinalização toda a gente recebeu. Agora quando a gente fez os 5 anos, ah fizeram uma festa, todos os políticos lá. E a gente no balançar a peneira, ah o ônibus que a gente ganhou que esse ônibus seria adesivado, o ônibus só sai se tiver 20 pessoas, ele não é exclusivo pros Caminhos Rurais, então na verdade foi uma empresa privada que destinou e adesivou um ônibus pra nós e que não é só pra nós. A gente imaginou ali que teve um evento, aquela coisa da mídia, e ai passado aquilo ali a gente vê que

¹⁴ “A COODESTUR é uma cooperativa que oferece assessoria a empreendedores públicos e privados que desejam agregar o turismo às suas atividades e aos seus negócios. Conta com equipes multidisciplinares na realização de cursos, pesquisas e projetos voltados para o turismo.” (COODESTUR). Disponível em: <http://www.coodestur.com.br/Conteudos_HTML/Quem_Somos/quem_somos.htm>. Acesso em: 04 fev. 2011.

não resultou quase nada. (EMPREENDEDOR1A, Pesquisa de Campo, 2011).

Percebemos dois aspectos recorrentes nas falas de diversos associados, os quais podem ser apreciados na fala anterior. Um que se relaciona a atuação da prefeitura, a qual não estimula a associação a tornar-se uma organização independente, que “ande com as próprias pernas”, a fim de colaborar para a autonomia da gestão e concomitantemente dos integrantes do roteiro, e, também, com vistas a trazer mais recursos para os empreendedores. Outro aspecto notável é a percepção de uma atuação que vem mais do interesse em mostrar “trabalho” do que, de fato, “trabalhar”.

Sobre à atuação da Cooperativa de Turismo, organização contatada e procurada pela própria associação, observou-se uma visão quase homogênea de que essa entidade externa desempenhe um trabalho eficiente e de fundamental importância para o andamento dos trabalhos associativos. Corroborando alguns empreendedores destacam que:

a COODESTUR sempre foi parceira, desde o início, então assim acho que é o agente exterior com maior inserção e resultados mesmo, às vezes alguns pra corrigir pelo caminho, e que às vezes não deu pra corrigir que se passou, e que sem dúvida tem uma atuação sistemática dentro da associação e mesmo independente de projetos ou não e as pessoas dali a gente sempre associou. (EMPREENDEDOR 1A, Pesquisa de Campo, 2011).

As visões mais críticas sobre a atuação das entidades externas recaem sobre as agências receptoras de turismo, as quais mantêm relação com a associação por atuarem enquanto prestadora de serviços para o roteiro. Para os associados, que apresentam espectros diferentes, verificou-se que: para três membros da associação elas fazem um serviço satisfatório, divulgando o roteiro e conduzindo os turistas e, para outros oito associados as agências estão tendo uma autonomia nas decisões sobre as visitas:

Eu acho que as agências de turismo têm com uma autonomia um pouco maior do que deveriam ter, assim, eu acho que têm muito de salto alto. Tá legal são importantes, vocês vendem a história. A meu ver momentaneamente vocês vendem, porque a associação pode vender, mas a gente não tem grau de organização pra vender. (EMPREENDEDOR 6A, Pesquisa de Campo, 2011).

Corroborando com a visão anterior o relato de outro empreendedor mostra que:

O que tá acontecendo é que as agências tem seus preferidos sabe, então quem leva bastante lá não traz aqui, quem traz bastante aqui, não leva lá. Outros não recebem nada. [...] A partir de março nós vamos fazer a agenda do domingo no campo. Ah e porque uns fazem precinho. (EMPREENDEDOR 3A, Pesquisa de Campo, 2011).

Observa-se que as agências receptoras vêm fazendo um papel que poderia ser uma função desempenhada pela própria associação, eliminando assim um intermediário e proporcionando maior autonomia e ganhos aos empreendedores, além de possibilitar o barateamento dos preços das visitas para os turistas. Porém, mesmo a associação não desempenhando tal função, é notável que essa devesse ter maior participação e poder de decisão sobre o arranjo das visitas, ou seja, deveria haver maior interação entre os associados e as agências receptoras, cabendo à associação o papel de oferecer os roteiros possíveis, buscando contemplar todos os empreendimentos e diversificar a oferta.

No que compreende à dependência que a associação tem em relação aos parceiros, é unânime a opinião de que a associação continuaria sem a presença dessas entidades. Contudo, há divergência de opiniões no que concerne à capacidade de a associação desempenhar alguns dos papéis exercidos por esses agentes, visto que, enquanto cinco membros expressam acreditar na capacidade de a associação preencher todas as funções exercidas por essas entidades, os outros seis membros acreditam que a associação não teria capacidade de cumprir com algumas dessas funções tendo restringidas suas funções com a ausência de alguma delas, o que pode ser observado a seguir:

Não, não, a associação não tem organização pra captar recursos. Não tem grau de organização pra tá sendo proponente, fechamento de contas. Se a COODESTUR saísse hoje, a Porto Alegre Rural seria o que era antes, fazer uma vaquinha, 50, 70 pila de cada um pra fazer um jornalzinho meia boca, fazer um banerzinho de seis em seis meses, ia ser aquela mesmice. Quem entende um pouco de ONG dentro de associação, acredito que tenha que assumir que não tem grau de organização pra captar recurso e fechar conta, pode até tentar, mas vai ser um tiro no pé. (EMPREENDEDOR 6A, Pesquisa de Campo, 2011).

De modo geral, considerando os três agentes externos citados, a fala a seguir contempla a maioria das visões dos atores entrevistados.

Ai, eu acho que é isso aí, eu acho que o poder público poderia tá ajudando mais. E a Rota Cultural, as agências são aquela história né, tão no mundo capitalista né, podendo baratear aqui pra ganhar mais ali. Mas o poder público em si recebe muitos méritos, o pessoal acha que o poder público ajuda muito. E acaba que a Associação Porto Alegre Rural faz alguma coisa, se articula com a COODESTUR. Eu acho que tá ganhando mérito fazendo muito pouco. Porque uma proposta de turismo rural numa capital é muito bonito, e esse projeto vai mostrar, esse projeto da COODESTUR vai mostrar isso, vai ter muito recurso pra divulgação, vai botar muito isso pra fora de Porto Alegre e a prefeitura vai ganhar mérito fazendo muito pouco. A câmara de vereadores mesmo entrou como parceira e eu perguntei, o que eles colocam?, nada. Então tem os eventos políticos lá, o aniversário da Associação, teve aniversário agora, de 5 anos acho. Foi lá a prefeitura, foi o prefeito lá falar e foram apresentar um ônibus dizendo que tavam dando um ônibus pro Caminhos Rurais e o ônibus é da TurisSilva. O ônibus é da agência de turismo, é só a logomarca, a prefeitura tá ganhando um monte de mérito, emprestou a logomarca pros caras, os caras pegaram um ônibus que não utilizavam tava atirada num canto. Ah, porque um ônibus que foi dado, não foi dado, é um ônibus da agência de turismo, se quiser lá vai ter que fazer um orçamento e colocar na jogada. Então é isso que to dizendo, esse é só um exemplo de como o poder público acaba aparecendo fazendo muito pouco ou quase nada, não tem recurso pro turista, eles investem em turismo de eventos em Porto Alegre. (EMPREENDEDOR 10A, Pesquisa de Campo, 2011).

Contudo, é importante esclarecer que, mesmo sendo a associação uma forma de autogestão, em que os atores articulam-se e tomam suas decisões de forma autônoma, a relação com agentes externos como órgãos públicos, privados, organizações não-governamentais, etc. pode ser sustentada, de forma que estes colaborem para o incremento das ações, mas sem interferir nos interesses dos membros da organização, ou em interferir na autogestão. Destarte Lima destaca que:

Atualmente, as organizações sociais (ou organizações da sociedade civil ou organizações não-governamentais), buscando eficácia na solução de problemas concretos, formam parcerias com órgãos públicos municipais, estaduais, nacionais, empresas, organizações não-governamentais e outras instituições, nos planos local, nacional e internacional. Criam-se novos canais que potencializam as práticas de apresentação de propostas, da contribuição para a formulação e execução de projetos e programas de interferência para que as políticas públicas sejam direcionadas em conformidade com as necessidades e os anseios da população, na perspectiva da participação cidadã. (LIMA, 2003, p.17).

No que envolve à prática associativa, a partir da análise das atas que documentam as reuniões dos associados da Porto Alegre Rural, vislumbra-se que a atuação da associação vem sendo aprimorada com o passar do tempo, visto que, no princípio, denotava-se maior preocupação com aspectos de divulgação, tendo, no decorrer da existência da associação, crescido a preocupação com questões sociais, como a problemática espacial, fruto da expansão urbana em direção as áreas onde estão as propriedades do roteiro. Evidencia-se ainda, maior preocupação com aspectos de planejamento e preocupações no que diz respeito às ações de entidades externas junto a associação. Passaram a entrar na pauta das reuniões e se tornar ações desenvolvidas pela associação a busca por acesso a recursos públicos.

A avaliação dos integrantes da Associação Caminho dos Pomeranos, quanto ao desempenho da gestão do turismo através do associativismo, apresenta variação, sendo que, para quatro associados a organização através da ação coletiva vem dando conta do papel a ela designado, exercendo uma boa gestão. Para um dos entrevistados, a gestão é importante, mas, por ser uma associação recente, ainda não atingiu todo o potencial que uma organização coletiva oferece. Os aspectos ressaltados como práticas da associação que vêm colaborando para o andamento dessa gestão são as ações que favorecem a legalização dos produtos vendidos pelos produtores, devido às questões de qualidade e certificação exigidas pelo turismo, sinalização do roteiro, divulgação e acesso a projetos. De acordo com um dos associados:

Essas placas que estão aí né, isso aí são tudo questões da associação que se reuniu com o secretário, coisa mais, que conseguiu essas placas que foi um baita dum dinheiro. A associação, quando tem atividades dentro do município, ela se reúne e aí avisa fulano de tal, fulano de tal, aí tem um evento pra quem quiser participar. Então agiliza de entra ganhos pra dentro do caminho, pra movimentar o caminho. (EMPREENDEDOR 3B, Pesquisa de Campo, 2001).

Já no que se refere à atuação da associação direcionada à gestão do roteiro turístico, a Associação Caminho dos Pomeranos, a mesma está voltada para funções mais específicas, ou seja, essa associação, mesmo apresentando maior abrangência quanto aos objetivos, não se detendo só ao incremento do turismo, apresenta na prática seu foco na atividade, principalmente na divulgação da mesma. A pesquisa documental, realizada a partir da análise das atas de reunião dessa organização, demonstrou pautas focadas basicamente na participação de representantes da associação em eventos, com a finalidade de divulgar o Caminho Pomerano, bem como outras pautas, mas também voltadas para a divulgação do mesmo. Não se denotam mudanças ou aprofundamento de discussões referentes ao planejamento da atividade turística, por exemplo.

Sobre a atuação dos agentes externos, que são parceiros da Associação Caminho dos Pomeranos no desenvolvimento das atividades turísticas, os entrevistados ressaltaram a atuação do poder público municipal, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), agências receptoras de turismo e AD Costa Doce¹⁵.

Bom, o SEBRAE, primeira coisa, essas consultorias que vem do SEBRAE faz toda a diferença, não fosse isso a gente não teria essa formatação toda, principalmente na área de formatação administrativa, jurídica, de formata a associação, tudo isso. O executivo aqui, o município faz tudo. Eu tenho participado, nesses lugares que eu vou eu vejo, se a secretaria do município não tem interesse a gente vê que não rola, não acontece nada. Tu vê, a nossa associação existe, mas ela não é, ela não fomenta muita coisa, ela vai sempre um pouco na carona. Agora se não tem o município, se não tem um secretário que cutuca, que faz a coisa não vai, então faz toda a diferença. Nós aqui ainda mais com nós a AD Costa Doce, que se formou também, a idéia é transformar a Costa Doce num destino turístico, hoje se

¹⁵ “Agência de Desenvolvimento do Turismo na Costa Doce é uma organização privada, sem fins econômicos (associação), formada por empresários, entidades de classe, organismos públicos e universidades da Região Turística Costa Doce.” (AD Costa Doce). Disponível em: <<http://www.costadoce.com.br/site/adApresentacao.asp>>

tu olhar no mapa tu já vê a Costa Doce há uns anos atrás tu não enxergava isso, eles falavam em Metade Sul e falavam pejorativamente [...]. (EMPREENDEDOR 1B, Pesquisa de Campo, 2011).

Para quatro entrevistados esses agentes são fundamentais para o desempenho do roteiro turístico, exercendo funções, as quais a associação não teria condições desempenhar atualmente, devido o seu nível organizacional. Corroborando, um dos entrevistados ressalta que a associação tem dependência total dos agentes externos, salientando que “Total, total, o que é ruim [...] às vezes essas entidades externas fazem algumas funções e nos deixam um pouco preguiçoso.” (EMPREENDEDOR 3B, Pesquisa de Campo, 2011). Um único empreendedor analisa que a associação não é dependente dos agentes externos e que a mesma conseguiria desempenhar as funções preenchidas pelos agentes externos, caso fosse necessário.

Percebe-se que, para três dos atores envolvidos no roteiro e na Associação Caminho dos Pomeranos, é complexo falar sobre a importância das ações desempenhadas pelo roteiro e do papel dos agentes externos, da mesma forma que é difícil falar sobre o que eles pensam ser a função da associação, não transcendendo o conceito do que se faz para o que pode ser feito. Isso denota então a falta de consciência de qual é o papel de uma associação. O que pode ser observado na fala a seguir:

Hoje a associação tá caminhando muito sozinha, mas a gente tem muita participação, a parte dos administradores do turismo né. É excelente, no meu ponto de vista né. Olha assim, que a associação realmente faz é a qualificação, seguir as regras do estatuto, do regimento interno. É um ponto bem positivo da nossa associação. (EMPREENDEDOR 4B, Pesquisa de Campo, 2011).

Compreende-se que as funções que cada entidade vem desempenhando estão intimamente vinculadas à noção que os membros de cada associação têm sobre a mesma, ou seja, a consciência que se tem sobre o associativismo está restrita à realidade vivenciada. Não há, pois, uma visão que transcenda a realidade e que, por fim, influencie a própria prática.

Observa-se que os integrantes da Associação Porto Alegre Rural demonstram uma visão sobre a atuação dos agentes externos, enquanto os atores sociais que compõem a Associação Caminho dos Pomeranos apresentam uma visão menos crítica, o que vai ao encontro da falta de noção da capacidade associativa, apresentada em itens anteriores.

Neste item, buscamos mostrar qual a visão que os empreendedores associados têm sobre a função a ser desempenhada pelo associativismo junto ao turismo rural e se essas funções vêm sendo, de fato, desempenhadas. Além disso, buscamos explicar a visão que os mesmos têm sobre o papel do associado para que essas atividades sejam desempenhadas, e se esse papel vem sendo executado por parte dos associados.

Posteriormente, incide-se na análise sobre a opinião que os integrantes das associações têm sobre suas participações nos grupos associativos, procurando traçar a relação entre essas com as visões apresentadas nessa seção.

5.3 PARTICIPAÇÃO

Quando os atores são incapazes de assumir compromissos entre si, eles têm que renunciar – pesarosamente, porém racionalmente – a muitas oportunidades de proveito mútuo. (PUTNAM, 2005, p. 174).

O associativismo enquanto forma de organização civil, baseada na ação coletiva, tem seus alicerces instaurados na capacidade de seus integrantes assumirem e desenvolverem ações que contribuam para com os objetivos e metas estabelecidas pela organização. Destarte, é em consequência da capacidade de participação e de envolvimento de seus integrantes que cada associação se desenvolve, perpetuando-se ou não no tempo, trazendo ou não resultados que, de fato, contribuam para a efetivação dos objetivos traçados. Corroborando, um entrevistado explica que:

Então assim, a gente que tá cobrando um pouco mais isso, que sabe que a associação só vai ser do tamanho da força que a gente conseguir somar juntos, a gente tá brigando com os que não querem somar força com a gente e aí claro que aqueles que estão acostumados a ser caroneiros não estão gostando de ser cobrados. (EMPREENDEDOR 1A, Pesquisa de Campo, 2011).

É no contexto participativo, da atuação dos integrantes das associações estudadas que se discorre nessa seção. Para tanto, abordar-se-á o tipo de participação dos associados nas tomadas de decisão, bem como a visão dos associados sobre suas participações e sobre a participação dos demais integrantes de seus respectivos grupos associativos, buscando, ainda, confrontar esses conceitos com as ações que cada associação vem desenvolvendo, as quais já foram referidas anteriormente.

A Associação Porto Alegre Rural, integrada ao Roteiro Caminhos Rurais, realiza reuniões mensais, nas quais todos os integrantes são chamados e instigados a participar, pois, conforme o estatuto, o associado tem o dever de participar de todas as atividades associativas, sendo que, conforme o mesmo estatuto da Associação Porto Alegre Rural (2006, p. 4), “Será automaticamente desligado aquele associado que não se fizer presente em pelo menos três assembleias consecutivas, ou a totalidade de assembleias, ordinárias ou não, realizadas no exercício com período anual.”

Já a Associação Caminho dos Pomeranos denota outro nível de participação, pois, embora seja de direito do associado apresentar sugestões e proposições, votar, requerer convocação de assembleia, etc., os mesmos, na prática, participam de apenas uma reunião anual da associação, sendo as demais reuniões restritas aos dirigentes da associação.

De acordo com Bodernave (1994), referido anteriormente, a participação dos atores sociais pode ser classificada em sete níveis (FIGURA 5). Com base na sua classificação foram analisados os tipos de participação estimulados pelas práticas associativas estudadas no interior dos grupos analisados. Assim, observou-se, com base nos relatos acima, que a Associação Porto Alegre Rural está direcionada a autogestão, visto que incita que todos os membros participem das decisões tomadas em torno das ações associativas. Contudo, cabe ressaltar que, no caso desta associação, embora se busque a autogestão, na prática esta vem sendo construída

paulatinamente. Já na Associação Caminho dos Pomeranos, os associados são pouco estimulados à participação, sendo informados das decisões em alguns casos e consultados em outros, o que mostra uma associação voltada para os níveis de participação informativo e consultivo.

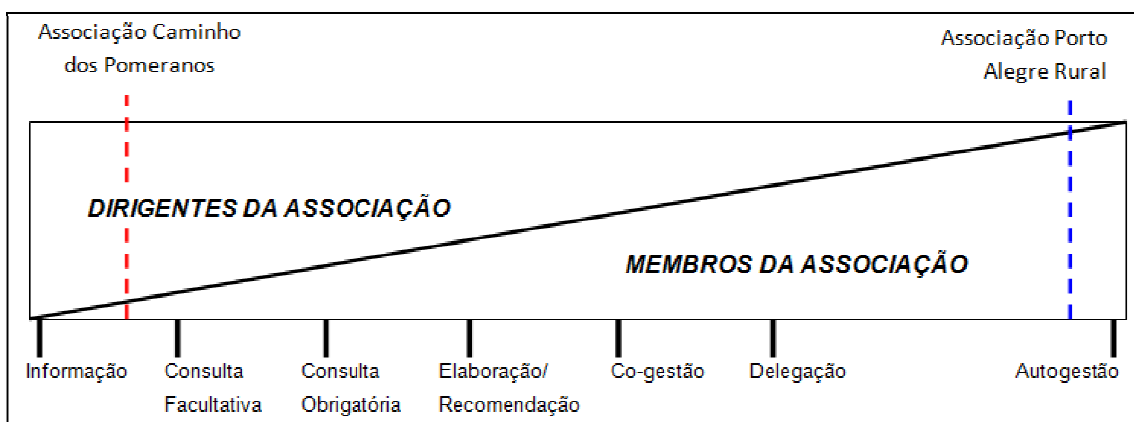


Figura 9 - Formas de participação dos associados.
Fonte: Adaptada de Bordenave (1994).

Os entrevistados foram questionados sobre o tipo de participação que têm nas atividades associativas, tendo três opções de resposta, as quais são: ativa – participa das reuniões com o intuito de expor suas opiniões e reivindicar seus direitos, auxilia nas atividades, etc.; passiva – participa das reuniões apenas para estar inteirado dos acontecimentos e marcar presença, etc.; não participa.

Dos onze membros da Associação Porto Alegre Rural que foram entrevistados, seis consideram que tem uma participação ativa e outros cinco consideram suas participações passiva. Ver tabela 3, abaixo:

Tabela 3 - Tipo de Participação dos Integrantes da Associação Porto Alegre Rural

Tipo de Participação	Ativa	Passiva	Não Participa	Total
Associados	6	5	0	11

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2011).

Dentre os entrevistados que relataram ter uma participação ativa, cinco já compuseram ou compõem a direção da associação, bem como todos esses já integraram ou integram outras organizações da sociedade civil. Podemos ressaltar que os mesmos apresentam noções de associativismo em que destacam a atuação do grupo no todo para o andamento satisfatório da associação.

Dos entrevistados que ressaltaram ter uma participação passiva, alguns, antes mesmo de relatar sobre suas participações, justificam-se quanto ao nível de participação. Isso porque, os mesmos comungam da idéia de que todo o associado deve ter um papel ativo, contribuindo para as decisões e ações da associação. Dentre os que consideram sua participação passiva, dois apresentam um espectro de que o associado deve participar apenas das reuniões, sendo que as ações são uma função dos dirigentes da associação. Corroborando, um dos associados justifica sua participação passiva destacando que:

Eu acho que a minha participação é de um sócio, tô ali porque tem que dá força pra associação. Sabe o que me deixa sem graça na reunião, os cara só ficam falando em site, youtube, não sei o que, não sei o que, e eu não entendo nada disso e nem quero entender. Então eu vejo que eles falam uma linguagem diferente e não me interessa também. Me considero totalmente deslocado, mas não faço a menor vontade de querer saber, lembra que eu tava falando das origens, não vou me fresquia só por causa de hoje. (EMPREENDEDOR 10A, Pesquisa de Campo, 2011).

Dos onze entrevistados, enquanto integrantes da associação, dez já compuseram, em algum momento, a direção da associação. Dentre esses, quatro relataram participar da associação por vontade de auxiliar de forma mais efetiva das ações e do desenvolvimento associativo. Enquanto os outros seis que já estiveram na direção da associação relataram participar da associação enquanto dirigentes por falta de pessoas para integrar a direção. Pode-se ressaltar, ainda, que os dois entrevistados, enquanto presidentes da organização relataram ter assumido o cargo de forma espontânea.

Sobre a visão que os membros têm em torno da participação do grupo associativo como um todo, é unânime a opinião de que a participação poderia ser melhor no que se refere a quantidade de participações, sendo que, os associados

que têm uma atuação constante desempenham papéis importantes, os quais são fundamentais para a performance do grupo associativo.

Cabe ressaltar nessa seção, o porquê dos três entrevistados que estão no Roteiro Caminhos Rurais não integrarem a associação. Dentre eles, um nunca foi membro, pois segundo ele pouco sua propriedade tem participado, na prática do roteiro, uma vez que os visitantes que recebem em sua propriedade não vêm por meio desse roteiro. Os outros dois entrevistados chegaram a integrar a organização e saíram posteriormente. Um deles justificou sua saída pela falta de tempo em participar efetivamente das atividades associativas, sendo que o outro explicou que, sua saída foi decorrência de divergências com outros integrantes da organização.

Já dos cinco entrevistados da Associação Caminho dos Pomeranos todos ressaltaram ter uma participação ativa, ou seja, participando das reuniões com o intuito de afirmar suas opiniões e reivindicar seus direitos, auxiliando nas atividades, etc. Conforme apresentado na tabela 4.

Tabela 4 - Nível de Participação dos Integrantes da Associação Caminho dos Pomeranos

Tipo de Participação	Ativa	Passiva	Não Participa	Total
Associados	5	0	0	5

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2011).

Dentre os cinco integrantes entrevistados, quatro já participaram da direção da associação, e dentre os quatro, três já participaram da direção mais de uma vez, sendo que todos destacaram participar da associação por vontade de contribuir para o andamento da associação. O integrante da associação entrevistado enquanto presidente também relatou que sua participação enquanto dirigente no roteiro também aconteceu com o intuito de colaborar, e não por falta de outra pessoa para assumir o cargo.

Cabe ressaltar que, dos integrantes do Roteiro Caminho Pomerano, todos integram a associação, visto que a participação é um dos requisitos para compor o roteiro, diferentemente do Roteiro Caminhos Rurais.

No que concerne à visão que cada associado tem sobre a participação dos demais integrantes da organização, esses consideram que a participação dos demais membros da associação que têm vínculo com o turismo é satisfatória, contribuindo para o andamento da associação. Contudo, cabe ressaltar que essa associação que não contempla só objetivos voltados ao turismo e, concomitantemente, transcende em seu quadro de associados os empreendedores rurais do turismo, tem quase toda sua diretoria composta por associados que integram o roteiro turístico.

Ao traçar-se uma relação entre participação dos associados e outros aspectos, como a visão associativa, percebemos que, embora a Associação Porto Alegre Rural, que estimula participação constante de seus associados e, na qual seus membros demonstram uma consciência associativa mais ampla, no que concerne à função da associação e o papel do associado, os mesmos apresentam variação no tipo de participação, bem como nos motivos que os conduziram a participar da direção da organização. Ou seja, a indução da participação nas reuniões mensais e a consciência do papel da associação e do associado não vêm sendo suficientes para tornar o grupo coeso. Sendo assim, cabe ressaltar que alguns dos integrantes que participam de forma passiva da associação possuem atividades que ultrapassam a porteira de suas propriedades e o que é colocado como justificativa pela pouca participação, deve-se principalmente ao tempo reduzido para desempenhar funções da associação.

Contudo, mesmo a Associação Caminho dos Pomeranos não induzindo a participação de todos os associados nas reuniões e seus membros não apresentarem uma visão associativa ampla, os resultados apresentados permitem afirmar que existe uma participação constante dos integrantes do roteiro nas atividades associativas, visto que, dentre esses, quatro associados compõem a direção da associação. Entretanto, cabe ressaltar que traçar um comparativo entre essa associação e a Porto Alegre Rural é complexo, visto que o número de associados voltados para o turismo é diferenciado e que essa associação apresenta ações mais incipientes em relação à associação vinculada ao Roteiro Caminhos Rurais.

5.4 OS ELOS ESTABELECIDOS A PARTIR DA ASSOCIAÇÃO: DAS RELAÇÕES ENTRE ASSOCIADOS À RELAÇÃO COM A COMUNIDADE

Sendo as associações formas de organização social que implicam a existência de objetivos comuns entre os indivíduos que as compõem, pressupõe-se que esses grupos sejam compostos por pessoas que apresentem algum grau de proximidade e que se disponham a ampliar ou fortalecer essas relações. Contudo, nem sempre isso acontece, ainda mais nos grupos estudados, que, conforme relatado, tiveram suas formações induzidas por agentes externos e não como resultado de iniciativas dos atores locais. Nesse contexto, uma importante função que pode ser desempenhada por uma organização associativa é o estabelecimento e/ou fortalecimento dos elos entre os atores sociais que as compõem ou que estão no seu entorno de atuação. Diversos são os estudos que enfocam organizações sociais, sejam cooperativas ou associações, como meio de fortalecimento de relações sociais, muitos abordando essas relações sob as diversas perspectivas do Capital Social¹⁶.

Portanto, nessa subseção descrevem-se as relações estabelecidas e/ou fortalecidas a partir do associativismo, seja entre os integrantes que compõem as associações ou em relação aos atores externos as mesmas.

Nos relatos dos integrantes da Associação Porto Alegre Rural sobre a atuação da associação enquanto meio de fortalecimento das relações entre atores sociais, denota-se que a associação tem favorecido o fortalecimento de relações para poucos integrantes da associação, sendo que tais relações são isoladas e de iniciativas individuais, e não uma ação que compreende o todo dos associados, não envolvendo formas de organização para o estabelecimento das mesmas. Dos integrantes que ampliaram relações, os mesmos afirmam que passaram a estabelecer relações de troca. De acordo com o depoimento de um dos entrevistados, “É como eu citei antes, alguns moradores mais antigos aqui na redondeza eu não conhecia e através da reunião nós fomos nos conhecendo e fazendo amizade e tal, se reunindo aí periodicamente. Isso é importante.” (EMPREENDEDOR 8A, Pesquisa de Campo, 2011). Enquanto que os menos

¹⁶ “[...] o capital social diz respeito a características de organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade [...]” (PUTNAM, 2005, p. 177).

participativos não têm conseguido tirar proveito dessa oportunidade de constituir relações sociais ou mesmo de troca.

No que concerne ao estabelecimento de elos com atores comunitários externos à associação, foi relatado por alguns integrantes que houve a tentativa de incorporar, em alguns momentos, pessoas da comunidade que não estão inseridas na associação, a fim de favorecer a busca por objetivos comuns da associação, que atingissem a comunidade como um todo. Contudo, essas relações não perduraram e, concomitantemente, a atuação desses atores externos a associação não foi profícua.

No caso dessa associação, uma questão que é salientada pelos interlocutores e aparece nas pautas de discussão, analisadas em atas, é a questão do avanço urbano sobre o espaço “Rurbano” de Porto Alegre. Ou seja, mesmo que incipiente, essa discussão pode ser um importante elo entre a associação e a comunidade, em prol da defesa da manutenção dessa área enquanto espaço de produção, de ruralidades, de natureza, etc. onde o próprio turismo pode servir de meio capaz de conduzir a valorização desse espaço e suas funções atuais.

No que concerne ao fortalecimento e estabelecimento de elos relacionais por meio da Associação Caminho dos Pomeranos os associados deixaram evidente, por meio de suas falas, que a organização pouco tem favorecido o estabelecimento e fortalecimento de relações sociais ou de troca. Há relatos em que são destacadas ações de troca ou mesmo relações sociais, seja internamente ou externamente a organização.

Podemos atrelar a pouca influência da associação no estabelecimento de elos sociais às poucas oportunidades que seus integrantes têm para estar reunidos, visto que, das reuniões da associação, apenas uma a cada ano reúne todos os seus associados, sendo que as demais reuniões da associação são direcionadas aos componentes da diretoria da associação.

Já o estabelecimento e fortalecimento de relações dos integrantes da associação vinculados ao turismo com atores externos à associação e à atividade turística foi relatado em dois casos, e as mesmas são estabelecidas pelo contrato de serviços para auxiliar no desenvolvimento da atividade turística e para a compra de produtos para a produção direcionada a atividade, sendo relações estabelecidas por ações individuais e não atreladas a associação.

Percebemos que, em ambas as associações, as relações sociais ou de troca/venda de produtos é muito incipiente, seja no nível interno da associação ou externo a mesma, sendo que as relações construídas por meio do vínculo associativo são resultados de ações individuais, ou seja, não derivam de políticas das associações que objetivem o fortalecimento de relações entre associados ou dos associados com suas respectivas comunidades.

5.5 DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Essas associações, enquanto formas de gestão participativa de roteiros turísticos, passam por um constante processo de maturação, visto que os objetivos, as estruturas e as regras das organizações devem ser sempre repensadas de acordo com as necessidades postas pelos integrantes dos grupos. Para tanto, essas organizações encontram-se constantemente frente a desafios, que devem ser superados para a consolidação e perpetuação, tanto das próprias associações, como dos roteiros turísticos.

Pode-se perceber que os desafios vislumbrados pelos integrantes da Associação Porto Alegre Rural têm perspectivas diferentes. Visualiza-se uma expectativa em que os desafios estariam direcionados ao fortalecimento do grupo associativo, na busca por maior integração e participação dos membros da organização, visando maior autonomia, no que concerne às atividades voltadas ao turismo. Sendo assim, outra perspectiva de desafios, entrevistados pelos associados, está direcionada às atividades pontuais, tais como: qualificação, aperfeiçoamento do estatuto da associação, ou seja, as regras que permeiam a participação no grupo associativo e, ainda, captação de recursos, marketing e maior autonomia em relação às empresas turísticas.

Nos desafios vislumbrados pelos integrantes da Associação Caminho dos Pomeranos, percebe-se uma perspectiva única, direcionada a uma necessidade específica, que deve colaborar para o fortalecimento da atividade. É visto como desafio da associação na atualidade, a atração de mais turistas, principalmente em períodos de férias, em que as empresas turísticas se direcionam pouco ao turismo

rural. Contudo, não são vislumbradas pelos associados quais ações deveriam ser postas para que tal desafio seja superado.

6 CONCLUSÃO

Este estudo proporcionou a revisão de conceitos e idéias, bem como a apreciação da visão de empreendedores rurais e membros de associações, na busca por vislumbrar a compreensão do associativismo a partir dos seus limites e de suas possibilidades concretas de auxiliar para o incremento do turismo no espaço rural, através da aspiração e da ação dos indivíduos no processo de transformação e consolidação das bases locais. Por isso, a ênfase desse estudo se alicerça no crescente surgimento de associações como meio de gerir roteiros turísticos que vêm auferindo destaque no cenário rural.

Assim, para finalizar o estudo, indicamos nesta seção as conclusões a que os resultados analisados, apoiados na incursão a literatura, nos remeteram, sendo que os resultados apresentados, na busca por responder os objetivos específicos, os quais se propuseram a analisar o associativismo, como forma de ação coletiva, enquanto meio de gestão para o desenvolvimento do turismo no espaço rural, têm seu recorte sobre os dois casos estudados, que foram a Associação Porto Alegre Rural, vinculada ao roteiro turístico Caminhos Rurais – Porto Alegre (RS) – e a Associação Caminhos dos Pomeranos, atrelada ao desenvolvimento do roteiro turístico Caminho Pomerano – São Lourenço do Sul (RS). Pretendendo colaborar para o entendimento do associativismo enquanto forma de gestão da atividade turística e de incremento do desenvolvimento rural, a partir de ações endógenas.

Deste modo, primeiramente, faz-se referência ao contexto de formação das associações estudadas, as quais denotaram, nos dois casos, estarem arranjadas a partir da emergência dos roteiros turísticos que as mesmas vêm gerindo, ou seja, o surgimento das associações e dos roteiros é concomitante. Sendo assim, a formação de ambas as associações também apresenta similitude, no que concernem suas idealizações, pois ambas tiveram suas origens estimuladas por órgãos governamentais locais, os quais também incitaram a formação dos roteiros turísticos. Assim, a constituição dessas entidades associativas emergiu com o propósito de perpetuação dos roteiros turísticos, independente do tempo de permanência das gestões públicas locais, idealizadoras dos mesmos.

A lume das visões apresentadas pelos atores sociais que compõem a Associação Porto Alegre Rural, denota-se uma diversidade de compreensões sobre

o que sejam funções possíveis de serem desenvolvidas pela organização, observando-se desde a consciência associativa até a falta de noção das funções que podem ser desempenhadas por uma organização desse tipo. Essa diversidade de compreensão sobre a capacidade de ações que podem ser desenvolvidas no âmbito associativo se reflete sobre a participação dos associados em torno dos interesses coletivos, visto que são poucos os associados que têm uma participação efetiva no desenrolar das atividades associativas, enquanto outros apresentam uma participação tímida nas reuniões, debates e ações desempenhadas.

Embora a condução a Associação Porto Alegre Rural seja permeada pela participação de todos os seus associados nas reuniões e debates, a mesma não exige que todos os integrantes do Roteiro Caminhos Rurais integrem o quadro da associação. Portanto, muito do que é angariado para o fortalecimento do roteiro, emanando do esforço coletivo é, também, direcionado àqueles que não se dispõem a colaborar e trabalhar para o fortalecimento e desenvolvimento das atividades associativas e turísticas.

As opiniões sobre a prática associativa estão refletidas, ainda, nas perspectivas e desafios vislumbrados pelos componentes da Associação Porto Alegre Rural. Eles destacam como carências a serem sanadas pela associação desde aspectos que concernem ao fortalecimento do grupo até elementos pontuais, referentes a ações que favoreçam a prática turística. Essas visões diferenciadas, mas complementares e ambas necessárias para a condução e desenvolvimento do grupo dão ao mesmo a perspectiva de continuação, visto que concomitante a esses olhares podem ser observadas mudanças constantes nos debates do grupo, as quais vão, com o acompanhamento de representantes de entidades externas, incluindo novas pautas nas reuniões e debates do grupo.

Contudo, dentre esses aspectos favoráveis, percebe-se que o avanço de discussões dentro do grupo associativo emana devido à atuação de atores específicos e da entrada de agentes externos. Sendo assim, a participação de entidades externas, que estão acompanhando o grupo associativo, vem apresentando importância fundamental na condução da associação, estando vinculadas à ação dessas entidades as conquistas mais importantes do grupo, como a busca por recursos públicos e o mesmo as questões de planejamento do turismo rural praticado em Porto Alegre.

Assim, a atividade associativa, a partir da ação coletiva, mais centrada em alguns atores do que em outros, vem denotando importância na condução da atividade turística do Roteiro Caminhos Rurais, desempenhando ações que conduzem e incrementam o mesmo. Mesmo as ações que partem das entidades externas acontecem por meio do vínculo estabelecido com a associação. Dessa forma, a mesma atua como um elo para todos aqueles que têm interesse no fortalecimento e manutenção do Caminhos Rurais.

No que concerne ao lugar onde estão inseridos o grupo associativo Porto Alegre Rural e o Roteiro Caminhos Rurais, percebe-se que esses estão circundados por uma realidade que perpassa por um problema socioespacial, de tomada da Macrozona Rururbana pelo urbano. Problemática que atinge diretamente os integrantes da associação, e que, conseqüentemente, torna-se um problema do grupo, por colocar em risco suas propriedades e a própria continuidade do roteiro. Observa-se que os integrantes do grupo vêm desencadeando discussões em torno da problemática, mas não ações concretas ou vínculos com outros grupos que tenham interesse nessa questão.

Os integrantes da Associação Caminho dos Pomeranos apresentam regularidade e certa restrição nas apreciações que concernem às funções que podem ser exercidas pela associação. Sendo assim, essa visão, a qual vai de encontro com o que é desempenhado pela organização, não transcendendo a prática atual, acaba não colaborando para o aprimoramento dos debates e ações que possam estar contribuindo para o incremento do desenvolvimento a partir da prática turística. As funções da associação estão restritas à divulgação do roteiro e pouco a melhoria e fortalecimento do mesmo.

A Associação Caminho dos Pomeranos tem todos os integrantes do roteiro turístico compondo o quadro associativo, visto que, para participar do roteiro, é exigida a participação na associação. Contudo, as reuniões realizadas periodicamente pela associação, são em sua maioria restritas aos dirigentes da mesma, o que não estimula o aumento da consciência associativa, e também, restringe os debates e a ampliação das ações praticadas no âmbito da ação coletiva.

A repercussão da noção associativa incide também sobre as perspectivas e desafios vislumbrados por seus componentes, os quais vêem a necessidade de levar mais turistas ao roteiro, mas não vislumbram quais ações seriam necessárias para atingir tal propósito. Observamos, dessa forma, uma associação e roteiro

estagnados, pouco dinâmicos, visto que raras ações são desempenhadas para o incremento do turismo e do desenvolvimento. Pode-se destacar que, além das ações divulgadoras que a Associação Caminho dos Pomeranos vem desempenhando, outra função exercida pela mesma, é a de ser um elo e base para a atuação de entidades externas vinculadas a organização, principalmente do poder público. Adverte-se, assim, que como na associação descrita anteriormente, esse grupo tem suas principais ações oriundas da atuação de entidades externas, nesse caso o poder público local, o que ao mesmo tempo em que colabora para o incremento das ações gera o enfraquecimento do grupo, que não se esforça para desempenhar ações além daquelas praticadas, criando um vínculo de dependência, e podendo ainda estar sendo um instrumento de divulgação do poder público.

A Associação Caminho dos Pomeranos e o Roteiro Caminho Pomerano estão inseridos em uma realidade permeada por questões culturais, visto que o município de São Lourenço do Sul é composto por uma população de diversas origens, o que remete este grupo e a própria origem do roteiro, como o nome denota, à incorporação de questões de cunho cultural. Contudo, as ações e discussões do grupo não convergem nesses aspectos, de resgate do patrimônio ou de elementos da cultura pomerana.

Por fim, as duas associações estudadas apresentam ações e perspectivas diferenciadas, o que está intimamente vinculado às visões, à participação e às ações de seus integrantes sobre o que seja e o que pode realizar uma entidade associativa, a partir da ação coletiva. Contudo, ainda assim, ambas as associações apresentam importante papel na condução dos roteiros turísticos as quais estão atreladas, pois além de desempenharem funções que colaboram para o incremento da atividade turística, mesmo que em alguns casos essas sejam incipientes, as mesmas atuam como elo indutor de forças provindas de entidades externas que colaboram, da mesma forma, para a condução das atividades turísticas.

Os dois grupos estudados estão inseridos em realidades que apresentam diferenças representativas no que concerne aos aspectos sociais, espaciais, econômicos, culturais e ambientais, oferecendo, dessa forma, bases de atuação que devem conduzir a diferentes objetivos e ações em cada uma das organizações, mesmo que essas tenham em comum o objetivo de desenvolver o turismo em espaços rurais. Contudo, a atuação desses grupos pouco tem interagido com a realidade local em que se inserem.

Pondera-se, contudo, que a maior problemática apresentada por ambas as associações é a relação estabelecida com as entidades externas, visto que, ao mesmo tempo em que tais entidades colaboram para o incremento do turismo, também criam um vínculo de dependência. Pensamos então que essa relação deve ser mantida no estágio inicial, em que se encontram essas organizações, para trazer o aprendizado necessário, para que, num futuro próximo, essas associações, a partir da ação de seus integrantes, consigam desempenhar esses mesmos papéis com maior autonomia, não criando assim um círculo vicioso, de dependência das ações das entidades. Podem, então, essas associações colaborar para o fortalecimento não só do turismo, mas dos lugares onde esses se estabelecem, dos indivíduos que as compõem e dos coletivos. Assim, não colocam em risco, no momento do afastamento de um desses agentes, a existência das associações e de suas funções como agentes perpetuadores dos roteiros turísticos a que estão atreladas.

Por fim, analise-se que uma limitação deste estudo foi à grande abrangência dentro do enfoque escolhido. O que nos induziu a um campo de pesquisa restrito a duas associações. Portanto, vislumbra-se que outros estudos que enfoquem a temática do turismo no espaço rural pelo viés associativo devam ter maior abrangência empírica e objetivos mais focados. Aponta-se como enfoque importante, a análise de como esses grupos têm se preparado para planejar o turismo, a fim de observar qual o nível de conhecimento dos atores que compõem esses grupos sobre planejamento turístico. Ressalta-se, ainda, a importância de contribuições que dêem especial atenção às funções que essas organizações vêm desempenhando para o incremento da atividade turística.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Funções e Medidas da Ruralidade **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

ALENCAR, E. **Associativismo rural e participação**. Lavras, MG: UFLA/FAEPE, 2001.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Org.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998. p. 33-55 .

ALVES-MAZZOTTI, A. J. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1993.

ARISTÓTOLES. **Ética a nicômaco**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Pensadores).

ASSOCIAÇÃO CAMINHO DOS POMERANOS. **Estatuto da Associação Caminho dos Pomeranos de São Lourenço do Sul**. São Lourenço do Sul, RS: Associação Caminho do Pomeranos, 2005.

ASSOCIAÇÃO PORTO ALEGRE RURAL. **Estatuto social**: Associação Porto Alegre Rural. Porto Alegre: Associação Porto Alegre Rural, 2006.

BARROS, E. da R., et al. Desenvolvimento Local e associações de pequenos agricultores: o Caso de Massaroca (Juazeiro-BA). **Documentos da Embrapa Semi-Árido**. nº 127, mai. 1999. p. 1-28

BERTALANFFY, L. V. **Teoria geral dos sistemas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de turismo rural na agricultura familiar**. Brasília: MDA, 2003. Disponível em: <comunidades.mda.gov.br/o/875076> Acesso em: 14 nov. 2010.

_____. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural.** Brasília: MTur,, 2004. Disponível em:
<http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Diretrizes_Desenvolvimento_Turismo_Rural.pdf> Acesso em: 09 nov. 2010.

_____. **Segmentação do turismo:** marcos conceituais. Brasília: MTur, 2006. Disponível em:
<http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf> Acesso em: 11 nov. 2010.

_____. **Plano nacional de turismo 2007/2010:** uma Viagem de Inclusão. Brasília: MTur, 2007. Disponível em:
<http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/plano_nacional/downloads_plano_nacional/PNT_2007_2010.pdf> Acesso em: 09 nov. 2010.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação.** 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos, 95)

BOULLÓN, R. **Planejamento do espaço turístico.** Bauru, SP: EDUSC, 2002.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. (Ed.). **O novo rural brasileiro:** novas atividades rurais. Brasília, DF: Embrapa Formação Tecnológica, 2004. Vol. 6.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no / do mundo.** São Paulo: HUCITEC, 1996.

CARNEIRO, M. J. T. Ruralidade: novas identidades em construção. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35., 1997, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: SOBER, 1997.

CASTROGIOVANNI, A. C. (Pre)ocupações com o turismo rural. In: MEDEIROS, R. M. V.; FALCADE, I. (Org.). **Tradição versus tecnologia.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. p. 59-66.

COELHO, M. S. Uma Rurbanização nos Contrafortes de Meruoca? (ensaio de aplicação de novas categorias em Geografia Urbana). **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, CE, ano 1, n.1, p. 15-28, 1999.

CORIOLOANO, L. N. M. T. Litoral do Ceará: espaço de poder, conflito e lazer. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, Fortaleza, v. 8, n. 2, p. 277-287, set. 2008. Disponível em: <http://www.aprh.pt/rgci/pdf/RGCI-131_coriolano.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2010.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL/COREDE-SUL. **Plano estratégico de desenvolvimento da Região Sul do Rio Grande do Sul**. 2010. Disponível em: <http://www.bancodedadoszonasul.com.br/htmlarea/midia/files/coredesul/PLANO_E_STRATEGICO.pdf>. Acesso em: 02 de dezembro de 2010.

COSTA, J. S. **São Lourenço do Sul cem anos 1884 – 1984**. São Lourenço: Prefeitura Municipal, 1994.

COVAS, A. A ruralidade do nosso tempo: decálogo para uma 2ª modernidade. In: FONSECA, M. L. (Coord.). **Desenvolvimento e território: espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer**. Lisboa: CEG - Universidade de Lisboa, 2006. p. 85-105

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRUZ, R. C. A. **Introdução a Geografia do Turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

DEMO, P. **Avaliação qualitativa**. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1995. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo)

DEMO, P. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.

DESLANDES, S. F. O Projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: MINAYO, M. C. S. et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

DONAIRE, J. A. La reconstrucción de los espacios turísticos: la Geografía del turismo después del fordismo. **Sociedade e Território**, Porto, n. 28, p.7-34, 1998.

FREYRE, G. **Rurbanização**: O que é? Recife: Massanagana, 1982.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOMES, R. Análise e Interpretação de Dados de Pesquisa Qualitativa. In: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 79-108.

GONÇALVES, Y. K. **Perspectivas do desenvolvimento turístico em áreas rurais: o caso das Terras Altas da Mantiqueira (MG)**. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. rev. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1999. (Coleção Pesquisas, 1).

GRAZIANO DA SILVA, J.; VILARINHO, C.; DALE, P. J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: Papirus, 2000. p. 15-62. (Coleção Turismo)

HAMMES, E. L. **São Lourenço do Sul**: radiografia de um município - das origens ao ano 2000. São Leopoldo, RS: Studiozeus, 2010. Vol.1.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 15. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. SIDRA. 2010a. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>> Acesso em: 18 mar. 2010.

_____. **Censo 2010**. 2010b. Disponível em:< <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>> Acesso em: 20 mar. 2011.

KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2001.

LIMA, S. O. Cidadania, participação e organização comunitária. In: MARTINS, C. (Org.). **Turismo, cultura e identidade**. São Paulo: ROCA, 2003.

LIPIETZ, A.; LEBORGNE, D. O pós-fordismo e seu espaço. **Espaço & Debates**: Revista de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, v.3, n. 25. p. 12-20, 1988.

MAMEDE, V. S. M. D. Participação: sejamos capazes de imaginá-la e vive-la. In: MARTINS, C. (Org.). **Turismo, cultura e identidade**. São Paulo: ROCA, 2003.

MENEGAT, R. et al. **Atlas ambiental de Porto Alegre**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.

MIELKE, E. J. C. **Desenvolvimento turístico de base comunitária**. Campinas, SP: Alínea, 2009.

MINAYO, M. C. S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 61-78.

MOLINA, S.; RODRIGUEZ, S. **Planejamento integral do turismo**: um enfoque para a América Latina. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a09.pdf>.> Acessado em: 11 out. 2011.

OLIVEIRA, A. P. **Turismo e desenvolvimento**: planejamento e organização. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

_____. **Introdução à metodologia da pesquisa em turismo**. São Paulo: Roca, 2006.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PIRES, A. Um Sentido dentre outros Possíveis: O Rural como Representação. In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. (Ed.). **O novo rural brasileiro: novas ruralidades e urbanização**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. Vol. 7, p. 149-174.

PORTO ALEGRE. Secretaria de Planejamento Municipal. **Plano diretor de desenvolvimento urbano ambiental – PDDUA**. 1999. Disponível em: <<http://www.portoalegre.rs.gov.br/planeja/pddua.htm>> Acesso em: 10 dez. 2010.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

RICCIARDI, L.; LEMOS, R. J. **Cooperativas a empresa do século XXI**. São Paulo: LTR, 2000.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento e Gestão Participativa (SEPLAG). **Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul**. [ca. 2010]. Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=26>> Acesso em: 08 dez. 2010.

RODRIGUES, A. B. Turismo e territorialidades plurais: lógicas excludentes ou solidariedade organizacional. In: LEMOS, A. I. G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. **América Latina: cidade, campo e turismo**. Buenos Aires: São Paulo: CLACSO: USP, 2006. p. 297-316

RODRIGUES, A. B. Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: _____. (Org.) **Turismo rural: práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 101-116.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

RUSCHMANN, D. M. O Turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: Papirus, 2000. p. 63-74. (Coleção Turismo)

RUIZ, J. A. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. São Paulo: Atlas, 1976.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, M. **Por uma Geografia nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SARACENO, E. **O conceito de ruralidade**: problemas e definições em escala europeia. Programa de seminário Inea sobre desenvolvimento nas áreas rurais: métodos de análise e políticas de intervenção. Roma 30 out. 1996. s. n. t. Tradução do original italiano por Ângela Kageyama, do Insitituto de Economia da Unicamp.

SÁ-SILVA, J. R. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, RS, v.1, n.1, p.1-15, jul. 2009. Disponível em: <www.rbhcs.com>. Acesso em: 20 jul. 2010.

SCHERER-WARREN, I. Novos rumos da pesquisa sobre as ações coletivas rurais. In: COSTA, L. F. C.; COSTA, R.(Org.). **Política e reforma agrária**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

SCHNEIDER, S. **Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil**. 2007. Disponível em: <http://comunidades.mda.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/diversificaonaagriculturafamiliarfumicultura/contents/photoflow-view/content-view?object_id=884924>. Acesso em: 15 out. 2010.

SCHWARTZ, L. H. Organização e reprodução social da agricultura familiar entre descendentes de imigrantes pomeranos no município de São Lourenço do Sul, RS. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA, 19., 2009, São Paulo. **Formação e contemporaneidade da diversidade sócio-espacial no campo**. São Paulo: USP, 2009.

SOUZA, C. F.; MÜLLER, D. M. **Porto Alegre e sua evolução urbana**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.

SZMULEWICZ, P. et.al. **Asociatividad y turismo rural**: evaluación de las habilidades asociativas en redes de turismo rural del sur de Chile. 2002 (Não publicado)

TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América**. 2. ed. Belo Horizonte: São Paulo: Itatiaia: EDUSP, 1987.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução a pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TULIK, O. **Turismo rural**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2003. (Coleção ABC do Turismo)

TULIK, O. Turismo e desenvolvimento no espaço rural: abordagens conceituais e tipologias. In: SANTOS, E. O. ; SOUZA, M. (Org.) **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri, SP: Manole, 2010. p. 02-22

URRY, J. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.



VEIGA, J. F. F. **Território e desenvolvimento local**. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 2005.

WANDERLEI, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: **Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO/ASDI, 2001. p. 31-44.

WANDERLEI, M. N. B. **O mundo rural como espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

YÁZIG, E. **A alma do lugar**. São Paulo: Contexto, 2001.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA ASSOCIADOS

	Roteiro de Entrevista <hr/> <i>Participantes da Associação que Trabalham com Turismo no Espaço Rural</i>	
---	--	---

Data: ___/___/___

Identificação

Associação _____

Nome do Entrevistado: _____ Nº: _____

Sexo: F () M () Idade: _____ Escolaridade: _____

Propriedade: _____

1. A Propriedade e o Turismo

1. Há quanto tempo tem propriedade na zona rural: _____

2. Histórico da propriedade:

3. Histórico de atividades na propriedade:

Atividade	Período

4. Sempre trabalhou com o turismo rural integrado ao roteiro? _____

5. Porque inseriu a atividade turística junto na sua propriedade?

6. Que outras atividades desempenham na propriedade atualmente? São complementares a atividade turística?

7. Quem trabalha com o turismo na propriedade, por tempo de dedicação:

<i>Nome</i>	<i>Tipo de Atuação Junto ao Turismo</i>	<i>Participa nas Reuniões da Associação</i>

2. Participação na Associação

8. Desde que ano você participa da associação? _____

9. Já participou de outra organização comunitária rural? Qual e Onde?

10. Sua inserção na associação tem vínculo com o turismo?

11. Você aderiu facilmente à associação ou foi resistente? Se sim porque?

12. Você participou da formação da associação? Como você participou?

13. Qual sua atuação na associação hoje? Você considera que houve uma evolução de sua participação?

14. Que tipo de participação tem na associação?

a. () Ativa – participa das reuniões com o intuito de colocar suas opiniões e reivindicar seus direitos, auxilia nas atividades, etc.

b. () Passiva – participa das reuniões apenas para estar inteirado dos acontecimento e marcar presença, etc.

c. () Não participa das reuniões.

Caso a resposta seja “b” ou “c” responder:

Por quê?

15. Você faz ou fez parte da diretoria da associação? Porque o senhor (a) quis ou aceitou participar da diretoria associação?

16. Quanto a participação dos demais associados, você considera satisfatória para o andamento da associação e cumprimento das demandas?

17. Na sua visão qual o papel da associação e qual o seu papel enquanto associado?

3. Gestão Associativa

18. Como você avalia a gestão do turismo a partir da associação:

	<i>Excelente</i>	<i>Bom</i>	<i>Regular</i>	<i>Insuficiente</i>
Antes				
Depois				

19. Para você a *gestão* do turismo a partir da associação colaborou para o incremento da atividade? Quais aspectos você ressalta sobre a gestão do turismo a partir da associação?

20. Suas demandas são atendidas pela associação?

21. Há algum (ns) ator (es) específico (s) que seja (m) o (s) grande (s) impulsionador (es) da associação e estimulador (es) dos outros atores a participar da mesma?

22. Como você vê a atuação de entidades externas junto à associação?

23. Você considera que a associação tem conseguido promover a autogestão da atividade turística ou há uma dependência em relação a entidades externas ou intervenção das mesmas de forma a interferir na autonomia da associação?

24. Quais dificuldades e desafios encontrados referentes ao turismo e a associação?

5. A Associação e a Comunidade

25. A associação e o turismo rural ajudaram a fortalecer a relação entre os atores da comunidade?

Caso a resposta da questão 25 seja afirmativa responder a questão 26:

26. Colaborou para o incremento da relação entre os atores envolvidos com o turismo ou para os externos também?



27. Em sua opinião porque a comunidade local só se organizou em função do turismo e não em função de outras atividades?

28. São trazidas problemáticas referentes à comunidade no sentido de buscar minimizá-las a partir do turismo?

29. Quais resultados que a associação trouxe que incidiram para a comunidade rural local no todo?

Observações:

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA INTEGRANTES DOS ROTEIROS E NÃO ASSOCIADOS

	Roteiro de Entrevista <i>Integrantes do Roteiro e Não Associados</i>	
---	--	---

Data: ___/___/___

Identificação

Associação _____

Nome do Entrevistado: _____ Nº: _____

Sexo: F () M () Idade: _____ Escolaridade: _____

Propriedade: _____

1. A Propriedade e o Turismo

1. Há quanto tempo tem propriedade na zona rural: _____

2. Histórico da propriedade:

3. Histórico de atividades na propriedade:

Atividade	Período

4. Sempre trabalhou com o turismo rural integrado ao roteiro? _____

5. Porque inseriu a atividade turística junto na sua propriedade?

6. Que outras atividades desempenham na propriedade atualmente?

2. Associação

7. Já participou de alguma organização comunitária rural? Qual e Onde?

8. Já participou da associação? _____

9. Porque não participa (mais) da associação?

10. Você tem conhecimento das ações da associação em torno do turismo? Por que meio?



11. Como você avalia a gestão do turismo a partir da associação:

	<i>Excelente</i>	<i>Bom</i>	<i>Regular</i>	<i>Insuficiente</i>
Antes				
Depois				

12. Para você a gestão do turismo a partir da associação colaborou para o incremento da atividade e o fortalecimento do roteiro? Porque?

Observações:

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PRESIDENTE DAS ASSOCIAÇÕES

	Roteiro de Entrevista <hr/> <i>Presidente da Associação</i>	
---	---	---

Data: ___ / ___ / ___

Identificação

Associação _____

Nome do Entrevistado: _____ Nº: _____

Sexo: F () M () Idade: _____ Escolaridade: _____

Propriedade: _____

1. A Criação da Associação

1. Ano de fundação: _____

2. Em que contexto e quais motivações levaram a criação da associação?

Aplicar as questões 3,4 e 5 caso à resposta da pergunta anterior denote que a criação da associação tem vínculo com a inserção do turismo rural na comunidade.

3. Já existia outra associação comunitária de proprietários rurais? Porque foi criada esta e não apenas se inseriu o turismo na pauta da outra associação?

4. Houve dificuldades para a criação da associação? Quais?

5. Quem foram os idealizadores da associação?

6. Houve a intervenção ou participação de atores externos à comunidade para a inserção/criação na/da associação? Como foi esta atuação e que papel este ator exerceu junto à comunidade e a atividade?

7. Os atores locais foram receptivos a idéia de participação/formação na/da associação ou ofereceram resistência?

2. Direção da Associação

8. Desde que ano participa da associação? _____

9. Há quanto tempo é presidente da associação? _____

10. Porque o senhor (a) quis ou aceitou ser presidente da associação?

11. Quais dificuldades o senhor(a) encontrou para a condução da associação?

12. Existem dificuldades para a formação das diretorias da associação?

3. Procedimentos da Associação

13. Quais critérios estabelecidos para que um agricultor/empreendedor possa integrar a associação?

14. De que forma são definidas as regras e normas da associação?

15. Como é elaborada a pauta da assembléia?

16. Quais as formas de participação dos associados?

4. Atuação da Associação

17. A associação favoreceu a articulação da comunidade com agentes externos, como órgãos públicos, entidades privadas ou organizações não-governamentais?

18. Com quais entidades a associação estabeleceu contato e em que período?

	<i>Entidade</i>	<i>Ano</i>
1.		
2.		
3.		

19. Qual tipo de atuação e a importância dessas entidades para a associação e o turismo rural?

20. A associação facilitou o acesso a recursos de políticas públicas?

	<i>Política Pública - Edital</i>	<i>Ano</i>
1.		
2.		
3.		

21. A associação tem conseguido dar conta da demanda dos seus integrantes? Como o senhor descreveria as demandas dos empreendedores?

22. A associação atua junto a que outras atividades além do turismo rural? Existe interesse em ampliar a atuação da associação na comunidade?

23. A associação defende algum tipo de desenvolvimento?

Observações:

ANEXO A – PRIMEIRA PÁGINA DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO PORTO ALEGRE RURAL

Associação Porto Alegre Rural - POA Rural
Estatuto Social

ESTATUTO SOCIAL “ASSOCIAÇÃO PORTO ALEGRE RURAL”

CAPÍTULO PRIMEIRO

Da Denominação, Natureza, Sede, Foro e Duração

Art. 1º - A “Associação Porto Alegre Rural”, também denominada pela sigla “POA Rural”, é uma organização da sociedade civil, com personalidade jurídica de direito privado e de interesse público, com sede e foro no Município de Porto Alegre-RS, regida pelo presente Estatuto, seu Regimento Interno e pelas disposições legais aplicáveis.

Art. 2º - A “Associação Porto Alegre Rural”- POA Rural - é uma organização sem fins lucrativos e econômicos, com autonomia administrativa e financeira, e prazo de duração indeterminado.

CAPÍTULO SEGUNDO

Dos Objetivos da Associação

Art. 3º - É objetivo principal da Associação: promover a integração entre os espaços rural e urbano, através da troca de experiências, ao possibilitar o convívio dos visitantes com os empreendedores de turismo rural, promovendo o desenvolvimento sustentável das atividades turísticas rurais e dos atrativos da região, em harmonia entre a comunidade rural e o meio ambiente;

Art. 4º - São objetivos específicos da entidade:

- a. Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos empreendedores e da comunidade rurais, através da organização de atividades de agroturismo, enquanto fonte complementar de renda;
- b. Possibilitar aos empreendedores rurais a sua capacitação e formação profissional nas atividades de turismo, ecologia e outros campos de conhecimentos relacionados ao desenvolvimento rural sustentável;
- c. Articular canais de financiamento que venham a apoiar e desenvolver os associados e a comunidade;
- d. Representar e defender os associados junto ao poder público e ao setor privado, propondo medidas que atendam aos interesses dos associados;
- e. Incentivar o intercâmbio sócio-econômico, profissional e cultural com associações, produtores afins e entidades nacionais e internacionais;
- f. Conscientizar a sociedade para a importância do turismo em área rural como instrumento de crescimento sócio-econômico, geração de emprego e renda, bem como a melhoria da qualidade de vida da população rural, preservação e conservação de seu patrimônio natural e cultural;
- g. Fomentar, apoiar e estimular atividades e empreendimentos de turismo no âmbito do município de Porto Alegre;
- h. Participar do quadro social de outras entidades, conselhos, associações, federações, confederações de interesse comunitário, social ou empresarial;
- i. Promover atividades do interesse dos associados, na área social, cultural, artística, econômica, financeira, educacional, da saúde e outras;

ANEXO B – PRIMEIRA PÁGINA DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO CAMINHO POMERANO

Serviço Notarial e Registral
Registro de Títulos e Documentos
Registro de Pessoa Jurídica

**ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO CAMINHO DOS POMERANOS DE SÃO
LOURENÇO DO SUL**

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO E DURAÇÃO

Art. 1º- A Associação Caminho dos Pomeranos é uma associação sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, que reger-se-á pelo presente estatuto e pela legislação específica, em vigor.

Art. 2º- A entidade tem sua sede na Casa do Turista sito no entroncamento da RS 265 com a BR116 no município de São Lourenço do Sul - RS, CEP 96170-000, e como foro o município de São Lourenço do Sul - RS.

Art. 3º- A sociedade é constituída por um número ilimitado de associados.

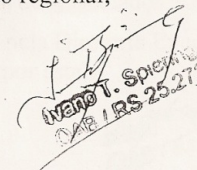
Art. 4º- A entidade poderá compor e manter escritórios em qualquer ponto do território nacional e no exterior, desde que seja conveniente aos associados.

CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS

Art. 5º- É objetivo da Associação Caminho dos Pomeranos é a viabilização e o fortalecimento das pessoas físicas e jurídicas que compõe seu quadro de associados, bem como proporcionar a obtenção e o desenvolvimento de atividades educativas, artísticas, culturais bem como a criação de alternativas de Turismo Sustentável.

Art. 6º- São objetivos específicos da Associação:

- a) desenvolver mecanismos que garantam a preservação do Patrimônio Histórico do município de São Lourenço do Sul;
- b) congregar os associados que exerçam atividades empresariais afins com os objetivos da Associação Caminho dos Pomeranos;
- c) defender os interesses dos associados, promovendo todas as medidas favoráveis e necessárias à defesa da livre iniciativa, e do desenvolvimento regional;


 IVO T. SPECK
 OAB / RS 25.272